



SANTO TIRSO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDITAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534

Fernando Benjamim Oliveira Martins, Presidente da Assembleia Municipal de Santo Tirso:

Torna públicas, para os efeitos do n.º 1 do artigo 56º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações que constam da minuta da ata da sessão da assembleia municipal realizada em 26 de fevereiro de 2026, e que faz parte integrante do presente edital.

Santo Tirso, Paços do Concelho, 19 de março de 2026.

O Presidente,



Assembleia Municipal de Santo Tirso

MINUTA

DATA DA REUNIÃO: VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO. -----

PRESIDIU: FERNANDO BENJAMIM DE OLIVEIRA MARTINS. -----

SECRETARIARAM: CARLA ALEXANDRA ABREU MAIA DO AVE E DIOGO ALVES MOREIRA DA ALMEIDA E SILVA.-----

PRESENCAS E FALTAS: -----

MEMBROS ELEITOS DIRETAMENTE: -----

FERNANDO BENJAMIM DE OLIVEIRA MARTINS – PS – PRESENTE.-----

DIOGO FONTES BARROSO - PPD/PSD.IL - EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR RUI MIGUEL OLIVEIRA PEDROSA BATISTA, DE HARMONIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 79.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO - PRESENTE. -----

CARLA ALEXANDRA ABREU MAIA DO VALE – PS - PRESENTE. -----

DIOGO ALVES MOREIRA DE ALMEIDA E SILVA – PS - PRESENTE.-----

FRANCISCO DE BESSA MARTINS - PPD/PSD.IL - PRESENTE. -----

JOSÉ MARIA DIAS – PS - PRESENTE. -----

ILSA DE FÁTIMA DA SILVA BARBOSA - PPD/PSD.IL - PRESENTE. -----

CARLOS GABRIEL MACHADO DE SOUSA - CH - PRESENTE. -----

SÓNIA ISABEL DA SILVA MACHADO MARTINS - PS - PRESENTE.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

MAFALDA MARIA ARAUJO COSTA – PS – EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR EURICO JOSÉ OLIVEIRA TAVARES, DE HARMONIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 79.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO - PRESENTE. -----

DUARTE NUNO DE ALMEIDA MEIRELES - PPD/PSD.IL - PRESENTE. -----

ELSA MARIA OLIVEIRA MACHADO MOTA – PS - PRESENTE. -----

FRANCISCO SILVA PRATA - PPD/PSD.IL - PRESENTE. -----

JORGE FERNANDO VIEIRA DE FARIA – PS – PRESENTE. -----

ANTÓNIO MOISÉS DE ARAÚJO ANDRADE – PS - PRESENTE. -----

MARIANA BEATRIZ RIBEIRO GOMES - PPD/PSD.IL - EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA ALICE ISABEL SANTOS, DE HARMONIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 79.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO – FALTOU. -----

ELISA DO ROSÁRIO FERREIRA DA CUNHA – CH – PRESENTE. -----

MARIA DE LURDES DA SILVA FERREIRA DOS SANTOS – PS - PRESENTE. -----

FRANCISCO JOSÉ MAIA DA SILVA - PPD/PSD.IL - PRESENTE. -----

LUCIANO ANTÓNIO DEVEZA BENTO DA CRUZ – PS - PRESENTE. -----

JOSÉ MARIA FERREIRA DA SILVA – PS - PRESENTE. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

MÁRIO RUI MOREIRA DIAS VELOSO - PPD/PSD.IL - PRESENTE. -----

ELISABETE DA COSTA BEJA – PS - PRESENTE. -----

HENRIQUE MONTEIRO CARTUCHO - PPD/PSD.IL – EM SUBSTITUIÇÃO DA SENHORA ANA MARGARIDA COSTA PINTO, DE HARMONIA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 79.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO - PRESENTE. -----

JOAQUIM HÉLDER FARIA DA SILVA AMORIM – PS - PRESENTE. -----

TIAGO DA SILVA MOREIRA MATOS - CH - PRESENTE.-----

RICARDO JORGE FERREIRA DOS SANTOS – PS - PRESENTE. -----

POR INERÊNCIA COM AS FUNÇÕES DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA-----

HELENA PATRICIA CARNEIRO PEREIRA – AGRELA - MIAP - PRESENTE.-----

JOSÉ CARLOS DA SILVA CONDE – ÁGUA LONGA - ALEDT - PRESENTE. -----

JOAQUIM RIBEIRO FARIA – AVES - PS - PRESENTE. -----

ANDREIA ALEXANDRA CORREIA DA SILVA – MONTE CÓRDOVA - MIPMC - PRESENTE. -----

JOÃO MIGUEL TRAVANCA CARNEIRO – REBORDÕES - PS - PRESENTE. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

MÁRCIO PAULO DA ROCHA DE PINHO – REGUENGA - PS - PRESENTE.-----

DOMINGOS MAGALHÃES DA SILVA – RORIZ - PS - PRESENTE.-----

ANTÓNIO RUI FERNANDES ALMEIDA – NEGRELOS (S. TOMÉ) - PPD/PSD.IL - PRESENTE.-----

MÁRIO PEDRO SILVA FERREIRA – VILARINHO - PPD/PSD.IL - PRESENTE.-----

DELFIN DA SILVA FERREIRA – AREIAS, SEQUEIRÔ, LAMA E PALMEIRA - PS - PRESENTE.-----

ARMANDO JORGE RODRIGUES CARVALHO – VILA NOVA DO CAMPO - PS - PRESENTE.-----

ANTÓNIO MANUEL OLIVEIRA NOGUEIRA – CARREIRA E REFOJOS - PS - PRESENTE.-----

PEDRO MACIEL NETO DE OLIVEIRA – LAMELAS E GUIMAREI - PS - PRESENTE.-----

JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – SANTO TIRSO, COUTO (STA. CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES - PS – PRESENTE.-----

HORA DO INÍCIO DA REUNIÃO: VINTE E UMA HORAS-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA MADALENA BARROS MOREIRA.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature in the top right corner.

A larger, stylized handwritten signature in the top right corner.

Estiveram presentes o senhor presidente da câmara municipal, **Alberto Manuel Martins Costa**, e os senhores vereadores, **Nuno Miguel Linhares da Silva**, **Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares**, **Fernando Jorge Gomes da Silva**, **Marco Paulo Pinto da Cunha**, **Ricardo Filipe Silva Pereira**, **Fernando Gonçalo Cruz do Vale** e **Sara Micaela Ferreira de Lima**, conforme previsto nos números 1 e 3 do artigo 48.º da Lei 169/99, de 18 de setembro. -----

Não esteve presente nesta sessão da assembleia municipal a senhora vereadora **Ana Maria Moreira Ferreira**.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature in black ink.

A larger, stylized handwritten signature in black ink.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

A) O senhor presidente da mesa da assembleia municipal deu conhecimento do requerimento do membro desta assembleia municipal Tiago João Machado Araújo, de vinte do corrente mês de fevereiro, a renunciar ao mandato para que foi eleito pela lista do Partido Socialista.

Face à renúncia ao mandato do eleito atrás identificado, procedeu-se à convocatória do cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, nos termos previstos no artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que está presente nesta sessão. -----

TOMADA DE POSSE DO SENHOR RICARDO JORGE FERREIRA DOS SANTOS.-----

De harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, o senhor presidente da assembleia municipal, verificada a identidade e legitimidade do eleito, Ricardo Jorge Ferreira dos Santos e presente nesta sessão, declarou-o investido nas suas funções para o mandato 2025/2029, resultante das eleições ocorridas no dia doze de outubro último, podendo consequentemente entrar em funções, a partir deste momento. -----

B) O primeiro secretário da mesa da assembleia deu conhecimento dos seguintes requerimentos:-----

- Presidente da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Miguel e Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães a justificar a falta à sessão ordinária de 09 de dezembro. -----

- Ana Margarida Costa Pinto, Rui Miguel Oliveira Pedrosa Batista e Alice Isabel Santos, eleitos pela coligação PPD/PSD.IL, a solicitarem a sua substituição na sessão de hoje.-----

- Diana Cristina Magalhães Godinho, Bruno Miguel Rodrigues Ferreira, membros da lista da coligação PPD/PSD.IL, a solicitarem a sua substituição na sessão de hoje.-----

- Eurico José Oliveira Tavares, eleito enquanto inscrito na lista do Partido Socialista, a solicitar a sua substituição à sessão de hoje. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

C) De seguida deu conhecimento do demais expediente recebido, no período compreendido entre a sessão ordinária desta assembleia municipal realizada no dia nove de dezembro último, conforme ficará a constar da ata da presente sessão. -----

D) O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou, novamente, da palavra para informar que, foram recebidos nos serviços administrativos da assembleia Municipal, um voto de solidariedade e louvor e uma proposta de recomendação, remetidos pelos representantes da IL desta assembleia, que a seguir se identificam: -----

- Pelo Senhor Francisco da Silva Prata foi apresentado o Voto de Solidariedade e Louvor – Tempestade Krystin e depressões Marta e Leonardo, conforme se anexa à presente minuta da ata constante das subsequentes duas folhas, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

- Pela Senhora Ilsa de Fátima da Silva Barbosa foi apresentada uma proposta de recomendação no âmbito da habitação com nome “Aqui podia morar gente”, conforme se anexa à presente minuta da ata constante das folhas dez e onze da presente minuta da ata, tendo sido rejeitada com vinte e sete votos contra, doze votos a favor, sendo oito votos a favor dos membros eleitos enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.IL, dois votos a favor dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do CHEGA, Carlos Gabriel Machado de Sousa e Tiago da Silva Moreira Matos, e dois votos a favor dos Presidente de Junta de Negrelos (S. Tomé) e Vilarinho, e uma abstenção do membro eleito enquanto inscrito na lista do CHEGA, Elisa do Rosário Ferreira da Cunha. -----

Pelo senhor Carlos Gabriel Machado de Sousa, eleito enquanto inscrito na lista do CHEGA, foi feita a declaração de voto que consta de folhas doze da presente minuta da ata. -----

E) Neste período não houve inscrições para intervir. -----



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

VOTO DE SOLIDARIEDADE E LOUVOR

No decurso do mês de fevereiro, Portugal foi severamente afetado por fenómenos meteorológicos extremos, designadamente pela tempestade **Krystin** e pelas depressões **Marta e Leonardo**, tendo resultado lamentavelmente na perda de várias vidas humanas.

Noutro sentido, as consequências destes eventos traduziram-se em habitações danificadas, e mesmo destruídas, infraestruturas comprometidas, prejuízos significativos na atividade económica e na vida das pessoas.

Contudo, é nos momentos de maior adversidade que se revela o melhor espírito do indivíduo como elemento integrante da comunidade. A par do trabalho hercúleo dos autarcas, dos serviços de proteção civil, das forças armadas, das forças de segurança e dos bombeiros — a quem apresentamos o nosso profundo reconhecimento e agradecimento — destacou-se igualmente a mobilização solidária de milhares de cidadãos.

Têm sido inúmeras as demonstrações de entreaajuda: contributos financeiros, apoio logístico, trabalhos de limpeza de ruas e estradas, auxílio na reparação de habitações e múltiplas outras formas de cooperação altruísta e voluntária que contribuem decisivamente para a reposição, tão célere quanto possível, das condições de normalidade.

Quando os recursos públicos se revelaram insuficientes face à dimensão da tragédia, a sociedade civil mostrou-se mais uma vez presente e solidária, colocando todo o seu engenho e potencial ao serviço do bem comum.

Assim, a Assembleia Municipal de Santo Tirso, reunida em sessão ordinária a 26 de fevereiro de 2026, delibera:

1. Expressar a sua profunda solidariedade para com todas as vítimas e famílias afetadas por estes fenómenos meteorológicos extremos;
2. Manifestar público reconhecimento e agradecimento a todos os profissionais envolvidos nas operações de socorro e recuperação;
3. Aprovar um voto de louvor a todos os cidadãos que, de forma voluntária, dedicada e altruísta, contribuíram para a recuperação das zonas atingidas.



A small, circular handwritten signature in black ink, likely belonging to Ilisa Barbosa.

A larger, more stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to Francisco Prata.

Os eleitos pela Iniciativa Liberal,

Ilisa Barbosa
Francisco Prata



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Proposta de recomendação

Este mandato inaugura-se com a criação de um pelouro autónomo da Habitação, assumido diretamente pelo Senhor Presidente da Câmara, que o próprio apresentou como uma das grandes prioridades para Santo Tirso, o que nos leva a crer que a habitação deixou de ser um tema lateral para passar a ser um eixo central da ação do executivo. A Estratégia Local de Habitação do Município de Santo Tirso identificou, desde logo, a necessidade de reforço da oferta habitacional no concelho, incluindo através da mobilização de património público com aptidão habitacional. A Lei de Bases da Habitação consagra, por seu turno, o dever do Estado e das autarquias locais de identificar, inventariar e mobilizar imóveis devolutos ou subutilizados com potencial habitacional, orientando a ação pública para a efetivação do direito à habitação e para a boa gestão do património.

Nos últimos meses, o Município anunciou e concretizou a entrega de novas habitações municipais, quer no âmbito da Estratégia Local de Habitação, quer com recurso a financiamento do PRR, colocando no terreno alguns projetos que respondem a situações de maior vulnerabilidade. Mas evidencia também algo que a Iniciativa Liberal vem afirmando há muito: não basta dedicar verbas a novos projetos; é decisivo saber o que se faz, de forma sistemática, com o património público que já existe e que continua parado. Construir (e deixar construir) é fundamental, mas uma política de habitação séria não pode ignorar a quantidade de imóveis devolutos ou subutilizados, com localização muitas vezes privilegiada, que permanecem fechados durante anos sem qualquer função social. Se o Município já demonstra capacidade para executar projetos com apoio do PRR e da Estratégia Local de Habitação, tanto mais não se compreende que não exista, ainda hoje, um levantamento público, rigoroso e permanentemente atualizado de todo o património habitacional do Estado e do Município com potencial de uso ou reconversão habitacional.

É precisamente por isso que, da parte da Iniciativa Liberal, entendemos que este pelouro da Habitação tem agora um teste ainda mais claro pela frente: passar de intervenções pontuais, muitas vezes dependentes de candidaturas específicas, para uma estratégia global e transparente de mobilização de imóveis devolutos e subutilizados. A pergunta que se impõe é simples: qual é, afinal, o plano concreto para o conjunto do património público com potencial habitacional que já existe em Santo Tirso, para além dos projetos que já foram anunciados? A boa gestão da habitação pública exige previsibilidade, metas mensuráveis e critérios claros, não apenas cerimónias de entrega de chaves.

A proposta que trazemos chama-se “Aqui Podia Morar Gente” e assenta numa ideia simples, mas estruturante: fazer um levantamento rigoroso e público de todos os imóveis devolutos ou subutilizados do Estado e do Município em Santo Tirso, e definir uma estratégia de reconversão para colocar o máximo possível desses imóveis no mercado habitacional, preferencialmente em regime de habitação acessível. Falamos de prédios e fogos municipais sem utilização, de edifícios do Estado transferidos para gestão da Câmara, de património que muitas vezes está bem localizado, junto a

serviços e transportes, e que permanece fechado durante anos à margem de qualquer política pública consistente. O primeiro passo de uma verdadeira política de habitação é saber exatamente o que existe, onde está, em que estado se encontra e qual o potencial de o transformar em casas onde as pessoas possam viver com dignidade.

Assim, propomos que, nos próximos 6 meses, o pelouro da Habitação apresente:

- Um inventário completo dos imóveis devolutos e subutilizados do Estado e do Município com potencial habitacional em Santo Tirso, incluindo localização, caracterização jurídica, estado de conservação, custos estimados de reconversão e proposta de uso para cada imóvel
- Um plano de reconversão faseado, com metas anuais de fogos efetivamente colocados no mercado habitacional, distinguindo reabilitação ligeira, reabilitação profunda e, quando tecnicamente faça sentido, adaptação de usos
- A integração explícita destes objetivos na execução da Estratégia Local de Habitação, garantindo que os recursos do PRR e de outros programas públicos são utilizados em articulação com esta política de mobilização de património devoluto, e não em paralelo.

Propomos ainda que todo este processo seja transparente, com:

- Um portal público onde qualquer cidadão possa consultar o mapa destes imóveis, o estado administrativo e físico de cada um, o calendário das intervenções e o número de fogos que vão sendo disponibilizados em cada fase.
- Relatórios regulares à Assembleia Municipal sobre a execução das metas definidas, incluindo o número de imóveis reconvertidos, os custos efetivos das intervenções e o tipo de regimes de ocupação adotados (arrendamento acessível, arrendamento apoiado, outras soluções).

Se a habitação é verdadeiramente uma prioridade, então o mínimo que se exige é que o Município comece por dar o exemplo na forma como gere o seu próprio património, articulando a construção nova com uma política sistemática de reabilitação e de reconversão de imóveis devolutos. A iniciativa “Aqui Podia Morar Gente” é um instrumento concreto para transformar prédios fechados em casas, para aproximar o discurso político da realidade das famílias tirsenses e para demonstrar que este pelouro da Habitação existe para produzir resultados visíveis, mensuráveis e escrutináveis, e não apenas para constar no organigrama. Ao exigir inventário, metas, transparência e responsabilização, queremos garantir que cada euro investido em habitação pública se traduza em casas onde, de facto, pode morar gente.

Os eleitos pela Iniciativa Liberal,
Ilsa Barbosa
Francisco Prata

O Grupo Municipal do CHEGA vota favoravelmente a presente proposta de recomendação, por entender que a questão da habitação exige medidas concretas, fiscalização rigorosa e coragem política para enfrentar os problemas estruturais que afetam as famílias tirsenses.

A criação de um pelouro autónomo da Habitação assumido como prioridade política obriga o executivo a apresentar resultados claros, mensuráveis e transparentes. Não basta anunciar projetos ou realizar cerimónias públicas de entrega de chaves. É fundamental garantir uma gestão eficiente, responsável e estratégica de todo o património público existente no concelho.

O CHEGA sempre defendeu que o dinheiro dos contribuintes deve ser bem aplicado e que o património público não pode permanecer devoluto ou subutilizado enquanto existem famílias com dificuldades no acesso à habitação. É inaceitável que existam imóveis fechados durante anos, sem qualquer função social, quando poderiam estar ao serviço da comunidade.

Consideramos, por isso, essencial que seja realizado um levantamento rigoroso de todos os imóveis devolutos ou subutilizados do Estado e do Município com potencial habitacional, acompanhado de um plano faseado de reconversão com metas anuais objetivas. Defendemos igualmente que este processo seja totalmente transparente, com prestação de contas regular à Assembleia Municipal e informação acessível aos cidadãos.

No entanto, deixamos claro que qualquer política de habitação deve, antes de mais, garantir prioridade às famílias portuguesas e aos residentes legais que contribuem para o desenvolvimento do concelho. A solidariedade social não pode ser desorganizada nem descontrolada. É necessário assegurar critérios justos, rigorosos e transparentes na atribuição das habitações.

O CHEGA vota favoravelmente porque entende que esta proposta reforça a exigência de responsabilidade política, boa gestão do património público e foco nas reais necessidades das famílias de Santo Tirso. A habitação não pode ser apenas um discurso — tem de ser uma prioridade traduzida em ação concreta.



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
MINUTA DA ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA. -----**



SANTO TIRSO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534

14

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26/02/2026

ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 09/12/2025
- 2 - Apreciação da informação do senhor presidente da câmara acerca da atividade municipal, situação financeira do município e processos judiciais pendentes
- 3 - Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Santo Tirso - 2025 - Conhecimento
- 4 - Declarações previstas no artigo 15.º da Lei n.8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA) - Conhecimento
- 5 - Organização dos serviços do Município - Definição das atribuições e competências das diversas unidades orgânicas - Conhecimento da deliberação da câmara
- 6 - Proposta de alteração do mapa de pessoal
- 7 - Abertura de procedimentos concursais para recrutamento de titulares de cargos de dirigentes - Designação dos elementos dos respetivos júris
- 8 - Desvinculação do Município de Santo Tirso da qualidade de associado da ARTEMAVE - Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave
- 9 - 1.ª Alteração Orçamental Modificativa - Integração do Saldo de Gerência do ano de 2025 - Aprovação
- 10- 52.ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 - Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 11 - 54.ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025 - Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 12 - Regulamento Municipal de Apoio à atividade Cultural - Aprovação
- 13 - Freguesia de S. Tomé de Negrelos - Pedido de subsídio para o Cortejo Carnavalesco

Santo Tirso, 23 de fevereiro de 2026

O Presidente,

Fernando Benjamim Martins



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 09/12/2025. -----

Presente a ata da sessão ordinária realizada no dia nove de dezembro último, da qual se forneceu cópia a todos os membros desta assembleia municipal. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a assembleia deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A referida ata foi aprovada por unanimidade, com a aprovação da retificação da votação do ponto dezasseis daquela ata, no sentido de que onde se lê “*A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de pessoal do Município de Santo Tirso para o ano de 2026 foi aprovada com vinte e oito votos a favor e onze votos abstenções, sendo nove abstenções os membros eleitos diretamente enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, e duas abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do partido CHEGA*”, fica a constar “*A proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de pessoal do Município de Santo Tirso para o ano de 2026 foi aprovada com vinte e oito votos a favor e onze votos contra, sendo nove votos contra dos membros eleitos diretamente enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, e dois votos contra os membros eleitos enquanto inscritos na lista do partido CHEGA.*” -----

Não participaram na discussão e votação da referida ata os senhores Diogo Fontes Barroso, Henrique Monteiro Cartucho, as senhoras Elisa do Rosário Ferreira da Cunha e Mafalda Maria Araujo Costa, por não terem estado presente na referida sessão. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES. -----

Presente informação do presidente da câmara municipal, prestada em cumprimento do disposto no n.º 2, alínea c), do artigo 25.º, em conjugação com o disposto no n.º 4 do artigo 35.º, ambos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, sobre os seguintes aspetos: -----

1 - Atividade mais relevante do município no período relativo aos meses de dezembro de dois mil e vinte e cinco a fevereiro do ano em curso; -----

2 - Situação financeira do município, reportada a trinta e um de janeiro findo;-----

3 - Processos judiciais pendentes em fevereiro de dois mil e vinte e seis. -----

Junta-se cópia da referida informação à ata da presente sessão e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma. -----

Sobre a aludida informação usou da palavra o senhor presidente da câmara que se colocou à disposição dos membros da assembleia municipal para esclarecer os pontos que entendessem necessários. -----

A assembleia municipal tomou conhecimento de todo o teor da informação a que se reporta o presente ponto da ordem do dia. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

**3. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA CPCJ DE SANTO TIRSO - 2025 –
CONHECIMENTO.** -----

Presente ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santo Tirso, de vinte e nove de janeiro findo, a remeter, para conhecimento da assembleia municipal, o Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Santo Tirso relativo ao ano de dois mil e vinte e cinco, conforme previsto na alínea j) do n.º 2 do artigo 18.º da Lei 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).-----

A assembleia municipal tomou conhecimento daquele relatório. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature in the top right corner.

A larger, stylized handwritten signature in the top right corner.

4. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA) – CONHECIMENTO. -----

Presente extrato da ata da reunião da câmara municipal realizada no dia cinco do corrente mês de fevereiro, da qual constam cópias das declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, para conhecimento deste órgão deliberativo, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas. -----

Anexa-se à ata da presente sessão a listagem com a identificação dos devedores do município, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da ata. -----

A assembleia municipal tomou conhecimento. -----



Alma Fagundes

3. DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA) – CONHECIMENTO. -----

Presente informação da Divisão Financeira, de quinze de janeiro findo, registada com o número trezentos e setenta e três, a informar sobre o disposto no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

O senhor vice-presidente da câmara municipal apresentou as declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do referido artigo 15.º, das quais, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, se juntam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas. -----

Anexa-se à presente ata a listagem com identificação dos respetivos devedores do município, em atraso, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da ata. -----

A Divisão Financeira deverá promover as diligências necessárias para dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do mesmo artigo (publicitação no sítio institucional do município na Internet e integração nos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2025). -----

A câmara municipal tomou conhecimento. -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Manuel Martins da Costa, declara nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2025, se encontram devidamente registados no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). -----

Santo Tirso, 9 de janeiro de 2026.

Alberto Costa,

Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Manuel Martins da Costa, declara para os efeitos previstos na alínea b), do nº 1, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, que o Município de Santo Tirso não tem pagamentos em atraso à data de 31 de dezembro de 2025. -----

Santo Tirso, 9 de janeiro de 2026.

Alberto Costa,

Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Alberto Manuel Martins da Costa, declara para os efeitos previstos na alínea b), do nº 1, do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei 22/2015 de 17 de março, que o montante de recebimentos em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2025 é de 12.836.017,70€ (doze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, dezassete euros e setenta cêntimos), encontram-se devidamente registados no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). -----

Santo Tirso, 9 de janeiro de 2026.

Alberto Costa,

Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A circular electronic signature stamp.

A handwritten electronic signature.

5. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO - DEFINIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS DIVERSAS UNIDADES ORGÂNICAS - CONHECIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA. -----

Presente a deliberação da câmara municipal tomada em reunião realizada no dia vinte e três de dezembro último, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha. -----

A assembleia municipal tomou conhecimento. -----



3. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO – DEFINIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS DIVERSAS UNIDADES ORGÂNICAS.-----

Presente informação da diretora do Departamento Jurídico, Financeiro e da Transição Digital, de dezoito do corrente mês de dezembro, registada com o número nove mil oitocentos e sessenta e oito, a remeter proposta relativa às atribuições e competências das diversas unidades orgânicas que integram a estrutura dos serviços do município, aprovada por deliberação da assembleia municipal de nove do corrente mês de dezembro. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, deliberasse definir as atribuições e competências das diversas unidades orgânicas, nos termos do documento que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como Anexo I, e remeter a deliberação para a assembleia municipal para conhecimento. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com seis votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

6. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL. -----

Presente para discussão e votação a deliberação da câmara municipal de vinte e três de dezembro último, constante da subsequente folha da presente minuta da ata, referente à proposta de alteração do Mapa de Pessoal. -----

Junta-se à presente minuta da ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I a proposta de alteração do Mapa de Pessoal.-----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto. -----

A proposta de alteração do Mapa de Pessoal foi aprovada com vinte e nove votos a favor e onze abstenções, sendo oito abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.IL e três abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do CHEGA. -----



4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL. -----

Presente informação da diretora do Departamento Jurídico, Financeiro e da Transição Digital, de dezoito do corrente mês de dezembro, registada com o número nove mil oitocentos e sessenta e oito, a remeter proposta de alteração do mapa de pessoal, que resulta dos ajustamentos à nova estrutura orgânica do município, aprovada por deliberação da assembleia municipal de nove do corrente mês de dezembro. -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A competência para aprovação da referida proposta cabe à assembleia municipal, de harmonia com as disposições conjugadas das alíneas a) e h) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 29.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;-----

Considerando que as alterações ao mapa de pessoal decorrem unicamente dos ajustamentos à nova estrutura orgânica do município, já aprovada pelo órgão deliberativo;-----

Considerando que se pretende implementar a nova estrutura orgânica aprovada, de modo a melhorar os serviços do município, de acordo com os princípios de atuação previstos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;-----

Proponho que a câmara municipal delibere aprovar a proposta de alteração ao mapa de pessoal do município, nos termos do documento que se anexa à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, como anexo II, e remeter a deliberação para a assembleia municipal para ratificação.-----

A proposta foi aprovada por maioria, com seis votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL.-----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

7. ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO DE TITULARES DE CARGOS DE DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS RESPETIVOS JÚRIS. -----

Presente para discussão e votação a deliberação da câmara municipal de dezanove do corrente mês de fevereiro, que aprovou a proposta de composição dos júris de recrutamento para os procedimentos concursais a abrir para recrutamento de titulares de cargos de chefia (cargo de diretor municipal e cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau, identificados naqueles documentos).--

Anexa-se à presente ata cópia da deliberação, que constitui as subseqüentes duas folhas. -

Junta-se à presente minuta da ata a identificação dos elementos dos júris dos procedimentos concursais para recrutamento dos cargos dirigentes referidos na proposta anexa à deliberação da câmara, constituindo o anexo II da presente ata, que integra também uma síntese curricular de cada um dos elementos dos júris.-----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto. -----

Após debate, a assembleia municipal deliberou, no uso da sua competência prevista no n.º 1 do artigo 13.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, designar os júris para os procedimentos concursais referidos na proposta do senhor presidente da câmara anexa à aludida deliberação da câmara municipal.-----

A proposta foi aprovada com vinte e nove votos a favor e onze abstenções, sendo oito abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.IL e três abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do CHEGA.-----



2. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE CARGOS DIRIGENTES E DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS RESPETIVOS JÚRIS--

Presente informação da Divisão de Recursos Humanos, de treze do corrente mês de fevereiro, que informa sobre a necessidade de se proceder à abertura de procedimentos concursais para os cargos dirigentes das unidades orgânicas referidas naquela informação, bem como da designação dos júris dos respetivos procedimentos. -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor da aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da deliberação da câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo;-----

Face à grande diversidade dos domínios de atuação e complexidade das atribuições do município, considera-se que o provimento daqueles cargos dirigentes é essencial para assegurar a eficiência e qualidade dos serviços;-----

PROPONHO: -----

A) Que a câmara municipal delibere proceder à abertura de procedimento concursal para o recrutamento de titulares para dos cargos dirigentes das unidades orgânicas identificadas na aludida informação, em regime de comissão de serviço, sendo pelo período de cinco anos para o cargo de direção superior (Direção Municipal) e de três anos para os cargos de direção intermédia;-----

B) Que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Local do Estado), delibere propor à assembleia municipal a designação dos elementos dos respetivos júris de recrutamento, identificados no documento que se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes vinte e sete folhas, cuja escolha se baseou no seu perfil pessoal e profissional, nomeadamente pela sua experiência na administração local e valorização profissional, apresentando-

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 4 Fl. 79
19 de fevereiro de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Costa'.

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

se uma síntese curricular, que ficará anexa à ata da presente reunião e dela ficará a fazer parte integrante, como Anexo I da mesma. -----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor.-----

Abstiveram-se os edis eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.II. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

8. DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO DA ARTEMAVE - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DAS ARTES E MÚSICA DO VALE DO AVE.-----

Presente para discussão e votação a deliberação da câmara municipal de vinte e dois de janeiro findo, constante das subseqüentes quatro folhas da presente minuta da ata, referente à desvinculação do município de Santo Tirso da qualidade de associação da ARTEMAVE – Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave.-----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto.-----

A assembleia municipal deliberou tomar a decisão de desvinculação do município de Santo Tirso da associação ARTEMAVE – Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave, comunicando-se posteriormente esta decisão à ARTEMAVE, de harmonia com o previsto na alínea g) do artigo 8.º dos respetivos estatutos.-----

Esta deliberação foi tomada com vinte e oito votos a favor e doze abstenções, sendo oito abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.IL, duas abstenções dos Presidente de Junta de Negrelos (S. Tomé) e Vilarinho e duas abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do CHEGA, os senhores Carlos Gabriel Machado de Sousa e Tiago da Silva Moreira Matos.-----



Alina Fagundes

6. DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO DA ARTEMAVE - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DAS ARTES E MÚSICA DO VALE DO AVE.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de doze do corrente mês de janeiro, registada com o número duzentos e cinquenta e sete, a expor sobre a existência de fundamentos constitucionais, legais e estatutários claros que justificam a demissão do Município de Santo Tirso da associação denominada ARTEMAVE - ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DAS ARTES E MÚSICA DO VALE DO AVE, devendo a câmara municipal propor à assembleia municipal a aprovação da correspondente decisão de desvinculação, de harmonia com a alínea g) do artigo 8.º dos Estatutos da Associação, com subsequente comunicação formal ao órgão de administração da mesma, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea ccc) e 25.º, n.º 1 alínea n), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A decisão de integrar a identificada associação, como associado fundador, foi tomada por deliberação da assembleia municipal de vinte e três de fevereiro de dois mil e cinco, sob proposta da câmara municipal aprovada em reunião de dezasseis do mesmo mês de fevereiro. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da deliberação da câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo, proponho que a câmara municipal delibere propor à assembleia municipal que tome a decisão de desvinculação do município de Santo Tirso da qualidade de associado da ARTEMAVE, comunicando-se, posteriormente, a decisão à referida associação, nos termos previstos na alínea g) do artigo 8.º dos respetivos estatutos.-----

No momento da discussão da proposta, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL apresentaram pedidos de esclarecimentos, conforme consta das



Alina Fagundes

subsequentes duas folhas desta ata. -----

Seguidamente interveio o senhor presidente da câmara, que disse que as questões colocadas iriam ser posteriormente respondidas por escrito.-----

Disse ainda que o que estava a colocar à votação era a proposta de desvinculação ARTEMAVE, que nada implicava com nenhum dos esclarecimentos solicitados, e que, portanto, essa era a sua proposta, e que cada um votaria da forma que muito bem entendesse. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com seis votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL. -----



Ex.mo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

Alberto Costa



Santo Tirso, 22 de janeiro de 2026

Assunto: Ponto 6 - Pedido de Esclarecimentos - Desvinculação do Município de Santo Tirso da qualidade de associado da ARTEMAVE - Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave Revisão do PDM

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Antes dos vereadores do Partido Social democrata poderem votar este ponto, é indispensável esclarecer algumas contradições entre a fundamentação apresentada e a prática recente do próprio Município, nomeadamente a celebração de contratos significativos com a ARTEMAVE em 2024. Para que a decisão seja tomada com **rigor e total transparência**, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

Em **primeiro lugar**, gostaríamos de saber se o executivo confirma que a Lei 50/2012 proíbe apenas a atribuição de subsídios e não impede a celebração de contratos de aquisição de serviços com entidades onde o Município participa. Perguntamos também se existe algum impedimento legal à celebração de contratos públicos com a ARTEMAVE enquanto o Município for associado e se o executivo confirma que a proibição se refere exclusivamente a subsídios ao investimento e à exploração, e não a contratos com contraprestação.

Em **segundo lugar**, importa esclarecer como explica o executivo que, em 2024, o Município tenha celebrado um contrato de 123.000 euros com a ARTEMAVE, estando já em vigor o regime jurídico que agora é invocado para justificar a saída. Esse contrato foi considerado legal pelos serviços jurídicos e financeiros. E, se era legal contratar a ARTEMAVE em 2024, o que mudou agora para justificar a desvinculação?

Em **terceiro lugar**, gostaríamos de saber se foi realizada alguma avaliação concreta do **interesse público** atual da participação na ARTEMAVE. Existe algum relatório **técnico, cultural** ou educativo que demonstre que a participação deixou de ter utilidade para o Município? E foram **ponderadas alternativas à saída**, como renegociação estatutária, redefinição da participação ou modelos de cooperação não financeira?

Em **quarto lugar**, importa perceber se a **saída** do Município implica perda de representação institucional em projetos culturais e educativos regionais, se impede o Município de participar em iniciativas conjuntas com outros municípios associados e se permite ou impede continuar a contratar a ARTEMAVE para projetos educativos, como aconteceu em 2024.

Em **quinto lugar**, gostaríamos de saber se o executivo confirma que outros municípios saíram exclusivamente por razões financeiras, ou se existiram outros motivos. Confirma também que esta decisão não resulta de divergências institucionais ou operacionais com a associação? E pode garantir que a saída não compromete projetos em curso ou previstos no âmbito da **Rede Local de Promoção do Sucesso Escolar**?

Por fim, perguntamos se o executivo ponderou solicitar um parecer atualizado à **CCDR-N** ou à **DGAL** antes de propor a desvinculação, se foi solicitado parecer jurídico interno sobre a legalidade de manter a participação **sem** atribuição de subsídios e se confirma que a proposta de saída não decorre de qualquer risco real de responsabilidade financeira, mas apenas de uma interpretação preventiva.

E termino com a questão essencial, se pode o Município continuar a contratar a ARTEMAVE legalmente, como fez em 2024, qual é então a razão **objetiva e concreta** para a **desvinculação**?

Os Vereadores do PSD

Ricardo Pereira

Fernando Vale

Alexandre Gonçalves
(em regime de substituição Sara Lima)



Assembleia Municipal de Santo Tirso

9. 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DO ANO DE 2025 – APROVAÇÃO. -----

Presente para discussão e votação a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2026, por integração do saldo de gerência do ano anterior, que consiste na 1.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos, conforme consta dos documentos juntos à deliberação da câmara municipal de dezanove do corrente mês de fevereiro, da qual se junta cópia à presente ata, constituindo as subseqüentes vinte e sete folhas. -----

O saldo de gerência do ano anterior é no montante de 11.182.238,65 € (onze milhões cento e oitenta e dois mil duzentos e trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos) a incorporar no Orçamento de 2026. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto. -----

A assembleia municipal, no exercício da sua competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea a), do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar os Documentos de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa, Demonstração Orçamental da Receita e Demonstração do Desempenho Orçamental relativos à gerência de 2025, e, de harmonia com o previsto no artigo 124.º da Lei 73-A/2025, de 30 de dezembro, aprovar a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2026, nos precisos termos da proposta enviada pela câmara municipal. -----

A presente deliberação foi tomada com vinte e nove votos a favor e onze votos contra, sendo oito votos contra dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL e três votos contra dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do CHEGA. -----



3. 1.^a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - INTEGRAÇÃO DO SALDO GERÊNCIA DO ANO DE 2025. -----

Presente informação da Divisão Financeira, de treze do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil trezentos e dois, a remeter os documentos de Demonstração da Execução Orçamental, Demonstração da Execução Orçamental da Receita e Demonstração da Execução Orçamental da despesa relativos à gerência de 2025, bem como proposta de 1.^a Alteração Orçamental Modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2026, por integração do saldo de gerência do ano anterior, que consiste na 1.^a Alteração Orçamental Modificativa aos Orçamentos da Receita e da Despesa, ao Plano de Atividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

O saldo de gerência do ano anterior é no montante de 11.182.238,65€ (onze milhões, cento e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

O senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal: -----

A) A aprovação dos documentos de Demonstração da Execução Orçamental da Despesa, Demonstração Orçamental da Receita e Demonstração do Desempenho Orçamental relativos à gerência de 2025 (Mapas dos fluxos de caixa), dos quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes dezasseis folhas; -----

B) A aprovação da primeira alteração orçamental modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2026, por incorporação do saldo de gerência atrás referidos, conforme documentos que se anexam à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as folhas cinquenta e seis a sessenta e uma da mesma. -----

A câmara municipal deliberou, com seis votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, aprovar as propostas atrás referidas e remeter para a assembleia municipal, para aprovação. -----

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 4 Fl. 397
19 de fevereiro de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Costa'.

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.I.L. -----

Rubrica	Designação	Despesa por pagar de per. anteriores	Dotações corrigidas	Caráter	Descrição	Dotações disponíveis	Cobramentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas em out. exercícios	Respostas abataidas as pag. devidas		Despesas pagas líquidas de respostas	Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros					Per. seguintes		
											(10)	(11)				(12)	(13)	(14)	(15)	(16)		(17)	(18)
00.0000	DESPESA CORRENTE	1.013.849,29	58.455.454,37			66.179,37	58.417.074,00	59.302.542,12	52.088.976,00	49.734.564,00	8.018,20	8.018,20	68.007.829,15	6.171.547,12	2.302.428,52	10.742.181,79	8.422.443,63						
01	Despesa com pessoal	137.394,91	18.154.334,01			10.004,39	18.144.329,62	18.344.654,03	18.249.827,94	18.249.225,15		18.249.225,15	18.052.282,62	35.205,07	259.356,81	347.277,34	194.177,72						
01.01	Remunerações certas e pendentes	132.971,20	14.765.864,79			1.004,38	14.765.864,79	14.765.165,69	14.761.165,69	14.507.598,41		14.507.598,41	14.507.598,41	4.599,10	253.566,88	157.245,92	67.490,10						
01.01.01	Tributação de imposto de renda e contribuições sociais	8.425,20	280.125,07				280.125,07	280.125,07	280.125,07	272.064,64		272.064,64	272.064,64		8.159,43								
01.01.02	Pessoal dos quadros - Regime de emprego público	157.042,57	9.580.059,99			131,00	9.579.928,99	9.579.928,99	9.579.928,99	9.561.842,96		9.561.842,96	9.561.842,96		218.112,95								
01.01.03	Pessoal em emprego	153.415,42	9.242.229,11			131,00	9.242.098,11	9.242.098,11	9.242.098,11	9.242.098,11		9.242.098,11	9.242.098,11		214.749,52								
01.01.04	Atividades obrigatórias de pós-graduação	3.427,15	133.926,24				133.926,24	133.926,24	133.926,24	130.956,63		130.956,63	130.956,63		3.166,41								
01.01.05	Pessoal contratado a termo	10.616,37	1.105.935,68			873,50	1.105.062,18	1.105.062,18	1.105.062,18	1.093.610,32		1.093.610,32	1.093.610,32		11.449,66								
01.01.06	Pessoal em emprego	8.391,03	1.026.636,75			873,50	1.026.765,25	1.026.765,25	1.026.765,25	1.015.226,13		1.015.226,13	1.015.226,13		9.225,12								
01.01.07	Recrutamento de Pessoa. para novos postos de trabalho	2.225,34	81.236,93				81.236,93	81.236,93	81.236,93	78.882,13		78.882,13	78.882,13		2.244,74								
01.01.08	Pessoal em regime de taçada ou prazo	7.405,55	556.076,07				556.076,07	556.076,07	556.076,07	557.225,21		557.225,21	557.225,21	100,00	6.618,86	15.245,92	67.490,10						
01.01.09	Pessoal e expansão aposentação	189,00	33.283,81				33.283,81	33.283,81	33.283,81	32.711,50		32.711,50	32.711,50		570,31								
01.01.10	Pessoal em qualquer outra situação	3.914,19	146.945,74				146.945,74	146.945,74	146.945,74	144.779,25		144.779,25	144.779,25		4.136,49								
01.01.11	Representação	4.920,99	142.321,07				142.321,07	142.321,07	142.321,07	138.413,08		138.413,08	138.413,08		3.907,99								
01.01.12	Subsídio de retenção	1.041.492,08	1.041.492,08				1.041.492,08	1.041.492,08	1.041.492,08	1.036.900,98		1.036.900,98	1.036.900,98		4.591,10								
01.01.13	Subsídios de férias e de licenças	763,13	1.829.224,74				1.829.224,74	1.829.224,74	1.829.224,74	1.828.807,55		1.828.807,55	1.828.807,55		407,19								
01.01.14	Benefícios por doença e incapacidade transitória	351,20	31.415,12				31.415,12	31.415,12	31.415,12	31.141,30		31.141,30	31.141,30		273,82								
01.02	Outros variáveis ou eventuais	4.413,71	623.115,31			9.000,00	614.115,31	614.115,31	603.935,95	597.884,81		597.884,81	597.884,81		3.951,14								
01.02.01	Outros	2.639,32	235.776,76				235.776,76	235.776,76	235.776,76	233.271,09		233.271,09	233.271,09		2.365,47								
01.02.02	Outros	1.774,39	387.338,55				387.338,55	387.338,55	387.338,55	384.613,72		384.613,72	384.613,72		2.685,67								
01.02.03	Outros	99,00	99,00				99,00	99,00	99,00	99,00		99,00	99,00		99,00								
01.02.04	Subsídio de férias e de licenças	1.024,53	72.346,57				72.346,57	72.346,57	72.346,57	71.259,13		71.259,13	71.259,13		1.087,44								
01.02.05	Subsídios de férias e de licenças	1.024,53	72.346,57				72.346,57	72.346,57	72.346,57	71.259,13		71.259,13	71.259,13		1.087,44								
01.03	Outros suplementos e prêmios	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.01	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.02	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.03	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.04	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.05	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.06	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.07	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.08	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.09	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.10	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.11	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.12	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.13	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.14	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.15	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.16	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.17	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.18	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.19	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.20	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.21	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.22	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.23	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.24	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.25	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93	37.901,93		156,98								
01.03.26	Outros	165,41	50.229,47				50.229,47	50.229,47	38.059,41	37.901,93		37.901,93											

Rubrica	Designação	Dotações por capitais	Carícos	Descrição	Dotações disponíveis	Cobramentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas outras	Depósitos abertos em pag.		Despesas pagas liquidadas de depósitos		Compromissos a transferir	Compromissos assumidos para períodos futuros					Obrigações para períodos futuros						
										Dotações	Reservas	Per. anteriores	Per. corrente		Total	(15)=(7)+(8)	(16)=(9)+(14)	(n=1)	(n=2)		(n=3)	(n=4)	Per. seguintes			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)		
1401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	1.211.726,40			2.152,00	1.209.574,40	1.209.574,40	1.044.339,81	931.340,48			931.340,48	931.340,48	168.039,51	253.781,97	148.909,00	127.239,00	146.639,00	134.036,30							
140101	Públicas				2.152,00	1.209.574,40	1.209.574,40	1.044.339,81	931.340,48			931.340,48	931.340,48	168.039,51	253.781,97	148.909,00	127.239,00	146.639,00	134.036,30							
1402	Sociedades financeiras	832.226,40			103,00	832.123,40	832.123,40	832.076,40	832.076,40			832.076,40	832.076,40	6.500,00	13.500,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00								
1403	Administração central	379.559,12				379.559,12	379.559,12	379.559,12	379.559,12			379.559,12	379.559,12	161.139,51	240.225,97	146.639,00	135.049,00	146.639,00	134.036,30							
1405	Administração local																									
140501	Comunidade																									
140502	Associações de municípios																									
140504	Região Autónoma dos Açores																									
140602	Região Autónoma da Madeira																									
1406	Segurança social																									
1407	Outras transações																									
140701	Instituições sem fins lucrativos	3.683.197,14			2.152,00	3.681.045,14	3.681.045,14	3.789.709,71	3.786.547,71			3.786.547,71	3.786.547,71	87.300,19	90.863,17	426.994,62	331.945,00	220.639,00								
14070101	Instituições sem fins lucrativos																									
1408	Famílias	800.700,00			1.130,88	799.569,12	799.569,12	759.639,37	759.639,37	325,00		759.639,37	759.639,37	39.830,75	13.664,26											
140802	Outras	800.700,00			1.130,88	799.569,12	799.569,12	759.639,37	759.639,37	325,00		759.639,37	759.639,37	39.830,75	13.664,26											
14080201	Programas operacionais	610.000,00				610.000,00	610.000,00	391.745,69	391.745,69			391.745,69	391.745,69	16.259,11												
14080202	Outras	190.700,00				190.569,12	190.569,12	367.893,68	367.893,68	325,00		367.893,68	367.893,68	23.576,64												
1409	Baixo do mundo																									
15	Salúdios																									
1501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.883.020,19			9.199,25	1.873.820,94	1.873.820,94	1.669.784,19	1.661.845,18			1.661.845,18	1.661.845,18	193.599,25	7.939,01	13.064,26	331.945,00	220.639,00								
150101	Públicas	1.883.020,19			9.199,25	1.873.820,94	1.873.820,94	1.669.784,19	1.661.845,18			1.661.845,18	1.661.845,18	193.599,25	7.939,01	13.064,26	331.945,00	220.639,00								
1502	Sociedades financeiras	195.000,00				195.000,00	195.000,00	195.000,00	195.000,00			195.000,00	195.000,00													
1503	Administração central	30.426.994,23			33.976,00	30.460.970,23	30.460.970,23	20.150.309,45	20.094.975,31			20.094.975,31	20.094.975,31	193.599,25	7.939,01	13.064,26	331.945,00	220.639,00								
1504	Administração regional																									
1505	Administração local																									
1507	Instituições sem fins lucrativos																									
1508	Famílias																									
16	Outras despesas correntes	7.749,30			9.199,25	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55			1.450.878,55	1.450.878,55	193.599,25	7.939,01	13.064,26	331.945,00	220.639,00								
1602	Diversas	7.749,30			9.199,25	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55			1.450.878,55	1.450.878,55	193.599,25	7.939,01	13.064,26	331.945,00	220.639,00								
160201	Impostos e taxas																									
16020101	Impostos e taxas pagos pela Atarquia																									
160203	Outras	7.749,30			9.199,25	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55			1.450.878,55	1.450.878,55	193.599,25	7.939,01	13.064,26	331.945,00	220.639,00								
16020305	Outras	7.749,30			9.199,25	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55	1.450.878,55			1.450.878,55	1.450.878,55	193.599,25	7.939,01	13.064,26	331.945,00	220.639,00								
17	Requisição de bens de capital	189.873,03			33.976,00	155.897,03	155.897,03	29.903.976,45	29.903.976,45			29.903.976,45	29.903.976,45	3.499.899,64	193.612,20	6.663.169,96	1.046.230,89	4.302.000,23								
1701	Investimentos	189.873,03			33.976,00	155.897,03	155.897,03	29.903.976,45	29.903.976,45			29.903.976,45	29.903.976,45	3.499.899,64	193.612,20	6.663.169,96	1.046.230,89	4.302.000,23								
170101	Bens																									
170102	Imóveis																									
170103	Equipamento e beneficiário																									
17010301	Instalações de serviços																									
17010302	Instalações desportivas e recreativas																									
17010303	Mercado e instalações de fiscalização sanitária																									
17010305	Escolas																									
17010307	Outros																									
170104	Contrapostas diversas	95.140,74			11.339,01	83.801,73	83.801,73	11.339.689,45	11.339.689,45			11.339.689,45	11.339.689,45	83.899,73	5.044.657,28	1.227.420,91	265.035,18									
17010401	Tráficos, arrendamentos e outras complementares	76.460,46			8.197,07	68.263,39	68.263,39	10.338.949,05	10.338.949,05			10.338.949,05	10.338.949,05	3.270.147,35	4.451.294,69	1.227.420,91	265.035,18									
17010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	1.549.024,03			1.549.024,03	1.549.024,03	1.549.024,03	608.425,52	608.425,52			608.425,52	608.425,52	940.156,51	512.016,04											
		1.114.979,33			80.178,35	83.202.457,62	83.202.457,62	69.871.657,31	67.732.712,70			67.732.712,70	67.732.712,70	2.195.221,66	11.965.407,70	8.492.561,83	5.682.224,56	11.900.400,03								

Período : 2025/01/01 2025/12/31 Visualizar Contas s/ Mov. ? N Acumulados : S

45 Euros

Fabrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recitas por cobrar períodos anteriores	Recitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas			Recitamentos diferidos	Recita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros															
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n-1)	(n-2)	(n-3)	Períodos seguintes												
01	RECEITA CORRENTE	63.342.314,85	-8.930.409,00	10.938.893,65	63.137.729,94	1.783.699,64	61.971.890,45	616.244,15	616.244,15	78.571,86	61.277.074,44	61.355.646,30	10.937.277,55	506,74	-528,50	-1.166,92	-1.154,82													
0101	Impostos diretos	17.964.030,65	-566.822,74	19.006.321,43	17.964.030,65	475.468,04	19.006.321,43	475.468,04	475.468,04	19.006.321,43	18.530.853,39	18.530.853,39																		
0102	Sobre o rendimento	17.964.030,65	-566.822,74	19.006.321,43	17.964.030,65	475.468,04	19.006.321,43	475.468,04	475.468,04	19.006.321,43	18.530.853,39	18.530.853,39																		
010202	Imposto municipal sobre imóveis	7.796.010,30	939.969,95	6.987.848,00	6.987.848,00	131.006,65	6.987.848,00	131.006,65	131.006,65	6.987.848,00	6.856.841,35	6.856.841,35																		
010203	Imposto único de circulação	2.108.316,86	-107.399,71	2.222.364,30	2.222.364,30	6.389,73	2.222.364,30	6.389,73	6.389,73	2.222.364,30	2.215.975,57	2.215.975,57																		
010204	Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis	4.672.924,95	-2.273.528,49	7.284.526,10	7.284.526,10	338.072,66	7.284.526,10	338.072,66	338.072,66	7.284.526,10	6.946.453,44	6.946.453,44																		
01020401	Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis - Artigo 14.º Lei 73/2013	4.672.924,95	-1.736.527,07	6.747.524,68	6.747.524,68	338.072,66	6.747.524,68	338.072,66	338.072,66	6.747.524,68	6.409.452,02	6.409.452,02																		
01020402	Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis - Artigo 14.º Lei 73/2013		-537.001,42	537.001,42	537.001,42		537.001,42		537.001,42	537.001,42	537.001,42																			
010205	Impostos abolidos	3.381.718,54	870.135,51	2.511.583,03	2.511.583,03		2.511.583,03		2.511.583,03	2.511.583,03	2.511.583,03																			
010207	Contribuição autárquica	3.000,00	3.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00																			
01020701	Imposto municipal de siza	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00																			
01020702	Imposto municipal sobre veículos	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00																			
010299	Impostos directos diversos	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
02	Impostos indirectos	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
0201	Sobre o consumo	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
0202	Outros	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
020206	Impostos indirectos específicos das autarquias locais	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
03	Contribuições para Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE	3.381.718,54	870.135,51	2.511.583,03	2.511.583,03		2.511.583,03		2.511.583,03	2.511.583,03	2.511.583,03																			
0301	Subsistema previdencial	3.000,00	3.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00																			
0302	Regimes complementares e especiais	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00																			
0303	Caixa Geral de Aposentações e ADSE	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00																			
04	Taxas, multas e outras penalidades	2.339.000,00	-2.954.897,40	2.115.651,97	3.765.584,31	587.339,88	3.258.109,35	77.641,26	77.641,26	-69.709,21	3.250.176,30	3.180.468,09	2.113.429,31																	
0401	Taxas específicas das autarquias locais	2.059.000,00	-1.083.819,19	244.143,35	3.473.473,48	574.797,64	2.972.602,92	77.581,26	77.581,26	-69.740,58	2.964.762,24	2.895.021,66	247.797,53																	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	2.049.000,00	-1.090.285,15	244.119,99	3.469.962,80	574.797,64	2.969.068,88	77.581,26	77.581,26	-69.763,94	2.961.251,56	2.891.487,62	247.797,53																	
04012301	Mercados e feiras	135.000,00	44.504,08	10.196,60	81.095,75	796,43	70.562,53	1.777,69	1.777,69	1.777,69	68.784,84	70.562,53	19.933,39																	
04012302	Locamentos e obras	1.110.000,00	-436.069,14	191.728,03	1.603.664,97	235.324,86	1.607.514,87	77.306,54	77.306,54	-77.125,66	1.607.333,99	1.530.208,33	15.859,81																	
04012303	Ocupação da via pública	395.000,00	54.734,00	20.128,84	323.836,03	3.720,97	318.718,30	113,59	113,59	2.106,57	316.498,74	318.605,31	21.660,69																	
04012304	Animais	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
04012305	Caça e pesca	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
04012306	Saneamento	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
04012307	Arrendamento urbano	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
04012308	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMPP)	33.000,00	3.062,44	1,23	29.939,10	2,77	29.937,56			29.937,56	29.937,56																			
04012309	Taxa sobre o ruído	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
04012310	Licença sobre o ruído	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
04012399	Outras taxas específicas das autarquias locais	316.000,00	-816.517,53	22.065,19	1.425.404,95	314.852,61	942.335,02	161,13	161,13	3.477,46	938.696,43	942.173,89	190.343,64																	
0401239901	Taxa Depósito Ficha Técnica de Habitação (TFTH)	10.000,00	6.605,50		3.394,50		3.394,50			3.394,50	3.394,50																			
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
0401239903	Taxa de Protecção Civil	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
0401239904	Taxa Turística	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
0401239905	Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
0401239906	Publicidade	52.000,00	-61,09	12.154,56	42.226,43	2.319,90	39.875,37	129,03	129,03	-44,84	39.791,18	39.746,34	12.314,75																	
0401239907	Utilização da rede viária municipal	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00																			
Total :														19.819.030,65	-774.045,95	234.209,36	21.098.500,21	737.620,97	21.076.325,16	20.523.307,96	69.768,64									

Fabrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas		Recebimentos diferidos	Recita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros											
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			Total	(n-1)	(n-2)	(n-3)								
0401239908	Controlo Metroológico	10.000,00	10.000,00	745,15	41.892,29	734,91	40.491,44			236,20	40.253,24		1.411,09												
0401239909	Cenitérios	59.000,00	17.097,07	9.165,48	1.337.891,73	311.897,80	858.593,71			3.284,10	855.257,51		176.617,80												
0401239999	Outras	135.000,00	-900.159,41	23,36	6.465,96	3.510,68	3.534,04			23,36	3.510,68														
040139	Taxas diversas	10.000,00	6.465,96	23,36	3.510,68	3.510,68	3.534,04																		
0402	Multas e outras penalidades	280.000,00	-1.871.076,21	1.871.508,62	295.110,83	12.541,24	285.506,43		60,00	32,37	285.414,06		1.865.631,78												
040201	Juros de mora	72.000,00	-1.832.243,37	1.851.578,26	53.598,45	733,34	52.340,24		60,00	32,37	52.307,87		1.851.903,13												
040202	Juros compensatórios	10.000,00	9.993,64	6,36									6,36												
040204	Comas e penalidades por contra-ordenações	159.000,00	-4.311,02	2.905,72	161.113,61	509,31	159.824,65		60,00		159.764,65		3.746,37												
040299	Multas e penalidades diversas	39.000,00	-44.317,46	17.218,26	77.398,77	11.294,59	73.341,54		93,14	73.341,54		9.975,92													
05	Rendimentos da propriedade	2.417.000,00	-193.664,31	315.108,54	2.749.955,42	454.399,65	2.236.404,76		93,14	2.200.016,33		36.295,29	374.352,69	506,74	-528,50	-1.454,82									
0501	Juros - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	20.000,00	20.000,00																						
050101	Públicas	10.000,00	10.000,00																						
050102	Privadas	10.000,00	10.000,00																						
0502	Juros - Sociedades Financeiras	129.000,00	-119.574,42		248.574,42		248.574,42				248.574,42														
050201	Bancos e outras instituições financeiras	119.000,00	-129.574,42		248.574,42		248.574,42				248.574,42														
050202	Companhias de seguros e Fundos de pensões	10.000,00	10.000,00																						
0503	Juros - Administrações Públicas	50.000,00	50.000,00																						
050301	Administração Central - Estado	10.000,00	10.000,00																						
050302	Administração Central - Serviços e fundos autónomos	10.000,00	10.000,00																						
050303	Administração Regional	10.000,00	10.000,00																						
050304	Administração Local - Continente	10.000,00	10.000,00																						
050305	Administração Local - Regiões Autónomas	10.000,00	10.000,00																						
0505	Juros - Famílias	10.000,00	10.000,00																						
0506	Juros - Resto do mundo	40.000,00	40.000,00																						
0507	Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras	40.000,00	40.000,00																						
050701	Empresas públicas	10.000,00	10.000,00																						
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10.000,00	10.000,00																						
050703	Empresas privadas	10.000,00	10.000,00																						
050799	Outras	10.000,00	10.000,00																						
0508	Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																						
0509	Participações nos lucros de administrações públicas	59.000,00	59.000,00																						
050901	Associações de municípios	10.000,00	10.000,00																						
050902	Associações de freguesias	10.000,00	10.000,00																						
050903	Serviços municipalizados	10.000,00	10.000,00																						
050999	Outras	29.000,00	-273.089,89																						
0510	Rendas	2.089.000,00	-273.089,89	315.108,54	2.501.381,00	454.399,65	1.987.830,34		93,14	36.295,29	1.951.441,91		374.352,69	506,74	-528,50	-1.454,82									
051001	Terrenos	10.000,00	10.000,00																						
051002	Activos no subsolo	10.000,00	10.000,00																						
051003	Habitacões	420.000,00	-248.945,76	307.962,83	371.159,33	10.176,50	339.313,16		93,14	32.599,41	306.620,61		329.725,74	506,74	-528,50	-1.454,82									
051004	Edifícios	149.000,00	13.396,82	7.145,61	128.836,39	376,82	126.412,94			3.695,88	122.717,06		9.190,24												
051005	Ben de domínio público	10.000,00	10.000,00																						
051099	Outros	1.490.000,00	-67.549,95	2.001.385,28	2.001.385,28	443.844,33	1.522.104,24				1.522.104,24		35.436,71												
0511	Ativos incorpóreos	10.000,00	10.000,00																						
06	Transferências correntes	35.045.484,20	2.962.659,13	39.458,44	32.119.869,26	76.501,63	32.107.188,42		62.973,06	-31.008,63	32.075.223,99		38.610,71												
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	40.000,26	40.000,26																						
060101	Públicas	30.000,26	30.000,26																						
Total :														22.730.030,65	-3.705.384,45	2.430.760,51	25.521.851,16	1.517.204,57	24.500.835,34	353.202,44	23.981.046,02	23.941.633,10	2.487.782,00	-1.169,50	-1.454,82

Fabrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recitas por cobrar de períodos anteriores	Recitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas			Recémmentos diferidos	Recita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros		
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n-1)	(n-2)	(n-3)
070111	Produtos acabados e intermediários	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	68,65	68,65	96.125,12	4.823,95	100.949,07		321.718,13			
07011199	Outros	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00							6,00			
070139	Outros	15.000,00	-85.949,07	96.125,12	4.823,95	166.522,09	100.949,07										
0702	Serviços	4.144.000,00	-151.617,18	297.190,91	4.164.948,36	0,12	3.973.967,70	68,65	68,65	359,74	3.973.539,31	3.973.899,05		321.718,13			
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	10.000,00	9.961,00	6,00	33,12		33,00										
070203	Visitas e ensaios	10.000,00	10.000,00														
070204	Serviços de laboratório	10.000,00	10.000,00														
070205	Actividades de saúde	10.000,00	10.000,00														
070206	Reparações	10.000,00	10.000,00														
070207	Alimentação e alojamento	10.000,00	10.000,00														
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	305.000,00	34.940,11	277.500,69	7.440,80	7.440,80	270.059,89	68,65	68,65	359,74	3.677.376,30	3.677.736,04		297.153,28			
07020801	Serviços sociais	10.000,00	10.000,00														
07020802	Serviços recreativos	10.000,00	10.000,00														
0702080299	Outros	10.000,00	10.000,00														
07020803	Serviços culturais	10.000,00	10.000,00														
0702080399	Outros	10.000,00	10.000,00														
07020804	Serviços desportivos	275.000,00	4.940,11	277.500,69	7.440,80	7.440,80	270.059,89	68,65	68,65	359,74	3.677.804,69	3.677.736,04		297.153,28			
070209	Serviços específicos das autarquias	3.720.000,00	-254.889,32	205.856,34	3.838.024,20	158.991,22	3.677.804,69	68,65	68,65	305,80	3.363.187,39	3.363.493,19		284.131,46			
07020901	Saneamento	30.000,00	30.000,00	282.780,60	3.365.776,48	924,41	3.363.493,19										
07020902	Resíduos sólidos	3.289.000,00	-358.624,67														
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	20.000,00	20.000,00														
0702090399	Outros	20.000,00	20.000,00														
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10.000,00	10.000,00														
0702090499	Outros	10.000,00	10.000,00														
07020905	Centários	10.000,00	10.000,00														
07020906	Parques e feiras	10.000,00	10.000,00														
07020907	Parques de estacionamento	280.000,00	-21.629,02														
07020908	Parques de camping	10.000,00	10.000,00														
07020909	Canidões e gatilhos	10.000,00	10.000,00														
07020910	Outros	51.000,00	25.364,37	13.075,74	12.732,22	232,33	12.682,48			53,94	301.629,02	301.629,02		13.021,80			
0702091099	Outros	51.000,00	25.364,37	13.075,74	12.732,22	232,33	12.682,48			53,94	301.629,02	301.629,02		13.021,80			
070239	Outros	59.000,00	8.371,83	1.328,57	49.390,35	89,95	26.070,12							24.556,85			
0703	Rendas	72.000,00	-5.405,91	23.911,83	53.494,08		42.340,77							35.065,14			
070301	Habitções	10.000,00	10.000,00														
070302	Edifícios	35.000,00	-39.649,75	23.911,83	50.737,92		39.668,13										
070303	Outras	27.000,00	24.243,84		2.756,16		2.672,64							89,52			
08	Outras recitas correntes	1.216.000,00	-8.084.710,52	8.051.446,74	1.272.733,13	23.469,35	1.246.608,95			46.506,55	1.200.100,40	1.246.608,95		8.054.101,57			
0801	Outras	1.206.000,00	-8.094.710,52	8.051.446,74	1.272.733,13	23.469,35	1.246.608,95			46.506,55	1.200.100,40	1.246.608,95		8.054.101,57			
080199	Outras	1.206.000,00	-8.094.710,52	8.051.446,74	1.272.733,13	23.469,35	1.246.608,95			46.506,55	1.200.100,40	1.246.608,95		8.054.101,57			
08019901	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	10.000,00	10.000,00														
08019902	Indemnizações de estragos provocados por outros em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	99.000,00	52.159,34	47.686,18	845,52	845,52	46.840,66										
08019903	IVA reembolsado	10.000,00	10.000,00														
08019904	IVA Inversão da liquidação	10.000,00	10.000,00														
08019999	Diversas	1.077.000,00	-8.176.869,86	8.051.446,74	1.225.046,95	22.622,83	1.199.768,29			46.506,55	1.153.239,74	1.199.768,29		8.054.101,57			
0802	Subsídios	10.000,00	10.000,00														
080209	Segurança Social	10.000,00	10.000,00														
09	RECEITA CAPITAL	14.693.613,15	4.505.452,31	1.895.150,24	8.681.685,95	188.475,35	8.681.685,95	188.475,35	188.475,35	-47.916,23	8.341.126,83	8.493.210,60		1.895.150,24			
0901	Venda de bens de investimento	905.000,00	905.000,00														
090199	Terrenos	460.000,00	460.000,00														
	Total :	63.342.514,85	-8.930.409,00	10.938.893,65	63.137.729,94	1.793.699,64	61.977.890,45	616.244,15	616.244,15	78.571,86	61.277.074,44	61.355.646,30		10.937.277,65	506,74	-528,50	-1.454,82

49

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recitas por cobrir de períodos anteriores	Recitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas		Recebimentos diferidos	Receta por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros													
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			Total	(n-1)	(n-2)	(n-3)										
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090102	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090103	Administração Pública - Administração central - Estado	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090104	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090105	Administração Pública - Administração regional	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090106	Administração Pública - Administração local - Continente	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090109	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090110	Famílias	390.000,00	390.000,00	390.000,00																							
0902	Habitacoes	80.000,00	80.000,00	80.000,00																							
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090202	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090203	Administração Pública - Administração central - Estado	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090204	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090205	Administração Pública - Administração regional	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090206	Administração Pública - Administração local - Continente	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090209	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090210	Famílias	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
0903	Edifícios	80.000,00	80.000,00	80.000,00																							
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090302	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090303	Administração Pública - Administração central - Estado	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090304	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090305	Administração Pública - Administração regional	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090306	Administração Pública - Administração local - Continente	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090309	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090310	Famílias	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
0904	Outros bens de investimento	285.000,00	285.000,00	285.000,00																							
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	105.000,00	105.000,00	105.000,00																							
09040101	Equipamento de transporte	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
09040102	Maquinaria e equipamento	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
09040103	Outros	85.000,00	85.000,00	85.000,00																							
090402	Sociedades financeiras	30.000,00	30.000,00	30.000,00																							
09040201	Equipamento de transporte	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
09040202	Maquinaria e equipamento	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
09040203	Outros	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
090403	Administração Pública - Administração central - Estado	30.000,00	30.000,00	30.000,00																							
09040301	Equipamento de transporte	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
09040302	Maquinaria e equipamento	10.000,00	10.000,00	10.000,00																							
Total :														64.117.314,85	-8.175.409,00	10.238.853,35	63.137.729,94	1.783.699,64	61.971.890,45	Documentos com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas	61.277.074,44	61.355.646,30	10.937.277,35	506,74	-529,50	-1.165,32	-1.454,82

Fabrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recitas por cobrar de períodos anteriores	Recitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas			Recebimentos diferidos	Receta por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros		
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n-1)	(n-2)	(n-3)
100309	Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados	10.000,00	10.000,00														
100310	Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projectos co-financiados	10.000,00	10.000,00														
100404	Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projectos co-financiados	10.000,00	10.000,00														
100501	Administração local - Municípios	10.000,00	10.000,00														
100502	Região Autónoma dos Açores	10.000,00	10.000,00														
100503	Região Autónoma da Madeira	10.000,00	10.000,00														
100601	Segurança social - Sistema de solidariedade e segurança social	10.000,00	10.000,00														
100701	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	10.000,00														
100801	Famílias	135.565,94	50.065,94		85.500,00		85.500,00										
100905	Resto do mundo - Países terceiros e organizações internacionais - Subsistema de protecção social de cidadania internacional	10.000,00	10.000,00														
110104	Ativos financeiros - Depósitos e poupança	270.000,00	270.000,00														
110201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Títulos a curto prazo	40.000,00	40.000,00														
110202	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00														
110209	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	10.000,00														
110301	Títulos a médio e longo prazos - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30.000,00	30.000,00														
110302	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00														
110304	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	10.000,00	10.000,00														
110402	Derivados financeiros	70.000,00	70.000,00														
110507	Empréstimos a curto prazo - Administração Pública - Regiões Autónomas	10.000,00	10.000,00														
110601	Empréstimos a médio e longo prazos - Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00														
110602	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00														
110603	Sociedades financeiras - Administração Pública - Administração central - Estado	10.000,00	10.000,00														
Total :		77.916.228,00	-2.869.806,45	10.938.853,55	71.819.415,89	1.972.174,99	70.653.576,40	804.719,50	804.719,50	30.655,63	69.218.201,27	69.644.856,90	10.937.277,55	506,74	-528,50	1.166,92	-1.454,82

Documento com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas

52

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recitas por cobrar de períodos anteriores	Recitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas			Recebimentos diferidos	Recita por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros														
								Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n-1)	(n-2)	(n-3)												
110604	Administração Pública - Administração central - Serviços e Fundos autônomos	10.000,00	10.000,00																										
110605	Administração Pública - Administração regional	10.000,00	10.000,00																										
110607	Administração Pública - Administração local - Regiões Autônomas	10.000,00	10.000,00																										
110609	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	10.000,00																										
110610	Famílias	10.000,00	10.000,00																										
1108	Ações e outras participações	60.000,00	60.000,00																										
110801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00																										
110802	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																										
110803	Administração Pública - Administração central - Estado	10.000,00	10.000,00																										
110808	Administração Pública - Segurança social	10.000,00	10.000,00																										
110809	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	10.000,00																										
110810	Famílias	10.000,00	10.000,00																										
1109	Unidades de participação	30.000,00	30.000,00																										
110901	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00																										
110902	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																										
110910	Famílias	10.000,00	10.000,00																										
1110	Alienação de partes sociais de empresas	10.000,00	10.000,00																										
1111	Outros activos financeiros	20.000,00	20.000,00																										
111101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00																										
111102	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																										
12	Passivos financeiros	130.000,00	130.000,00																										
1201	Depósitos, certificados de depósito e poupança																												
1202	Títulos a curto prazo	10.000,00	10.000,00																										
1203	Títulos a médio e longo prazos																												
120302	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																										
1204	Derivados financeiros																												
1205	Empréstimos a curto prazo	20.000,00	20.000,00																										
120502	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																										
120504	Administração Pública - Administração central - Serviços e Fundos autônomos	10.000,00	10.000,00																										
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	30.000,00	30.000,00																										
120601	Sociedades e Quase - Sociedades não Financeiras	10.000,00	10.000,00																										
120602	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																										
120603	Administração Pública - Administração central - Estado	10.000,00	10.000,00																										
120604	Administração Pública - Administração central - Serviços e Fundos autônomos	10.000,00	10.000,00																										
1207	Outros passivos financeiros	70.000,00	70.000,00																										
120701	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10.000,00	10.000,00																										
120702	Sociedades financeiras	10.000,00	10.000,00																										
120703	Administração Pública - Administração central - Estado	10.000,00	10.000,00																										
Total :															78.166.228,00	-2.619.806,45	71.819.415,89	1.972.174,99	70.853.576,40	Documentos com assinatura eletrónicas qualificadas	30.855,83	804.719,50	804.719,50	69.844.856,90	10.937.277,55	506,74	-529,50	-1.165,92	-1.454,82

50

Documento com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas

Fabrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidação	Recitas por cobrir de períodos anteriores	Recitas liquidadas	Liquidações anuladas	Recitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Recitas Cobradas Líquidas		Recebimentos diferidos	Receta por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros			
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente			Total	(n-1)	(n-2)	(n-3)
120704	Administração Pública - Administração central - Serviços e Fundos autônomos	10.000,00	10.000,00														
120705	Administração Pública - Administração regional	10.000,00	10.000,00														
120706	Administração Pública - Administração local - Continente	10.000,00	10.000,00														
120707	Administração Pública - Administração local - Regiões Autônomas	10.000,00	10.000,00														
13	Outras receitas de capital	30.000,00	-1.865.150,24	1.895.150,24	19.825.542,35	1.972.174,99	19.825.542,35	804.719,50	804.719,50	30.655,63	89.643.743,62	12.832.427,79	506,74	-528,50	-1.168,92	-1.454,82	
1301	Outras	30.000,00	-1.865.150,24	1.895.150,24	19.825.542,35	1.972.174,99	19.825.542,35	804.719,50	804.719,50	30.655,63	89.643.743,62	12.832.427,79	506,74	-528,50	-1.168,92	-1.454,82	
130101	Indemnizações	10.000,00	10.000,00														
130102	Activos Incorporáveis	10.000,00	10.000,00														
130199	Outras	10.000,00	-1.885.150,24	1.895.150,24													
14	Recursos próprios comunitários																
1401	RECEITA OUTRAS	19.825.542,35			19.825.542,35		19.825.542,35										
15	Reposições não abatidas nos pagamentos																
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	19.825.542,35			19.825.542,35		19.825.542,35										
16	Saldo da gerência anterior																
1601	Saldo orçamental	19.825.542,35			19.825.542,35		19.825.542,35										
160103	Na posse do serviço - Consignado	19.825.542,35			19.825.542,35		19.825.542,35										
	Total :	88.061.970,35	-4.444.956,69	12.634.043,79	91.644.938,24	1.972.174,99	90.479.118,75	804.719,50	804.719,50	30.655,63	89.643.743,62	12.832.427,79	506,74	-528,50	-1.168,92	-1.454,82	

Documento com aposição de assinaturas eletrônicas qualificadas

5452

Euros

Período : 2025/01/01 2025/12/31

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						TOTAL	2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL		
RA01	Saldo de gerência anterior	17.933.358,79						22.067.626,82	22.067.626,82
RI01	Operações orçamentais [1]	17.933.358,79			1.892.183,56	2.552.271,18	19.825.542,35	2.242.084,47	2.242.084,47
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais								
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades								
RI03	Operações de tesouraria [A]					2.552.271,18	2.552.271,18	2.534.814,47	2.534.814,47
RA02	Receita corrente	61.355.646,30						61.355.646,30	55.703.296,18
R1	Receita fiscal	18.530.853,39					18.530.853,39	16.168.780,41	16.168.780,41
R1.1	Impostos diretos	18.530.853,39					18.530.853,39	16.168.780,41	16.168.780,41
R1.2	Impostos indiretos								
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3.180.468,09					3.180.468,09	2.716.638,62	2.716.638,62
R4	Rendimentos de propriedade	2.236.311,62					2.236.311,62	1.835.012,29	1.835.012,29
R5	Transferências e subsídios correntes	32.044.215,36					32.044.215,36	30.595.344,69	30.595.344,69
R5.1	Transferências correntes	32.044.215,36					32.044.215,36	30.595.344,69	30.595.344,69
R5.1.1	Administrações Públicas	31.786.838,22					31.786.838,22	30.380.150,25	30.380.150,25
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	31.786.838,22					31.786.838,22	30.380.150,25	30.380.150,25
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
R5.1.1.3	Segurança Social								
R5.1.1.4	Administração Regional								
R5.1.1.5	Administração Local								
R5.1.2	Exterior - U E								
R5.1.3	Outras	257.377,14					257.377,14	215.194,44	215.194,44
R5.2	Subsídios correntes								
R6	Venda de bens e serviços	4.117.188,89					4.117.188,89	3.321.797,81	3.321.797,81
R7	Outras receitas correntes	1.246.608,95					1.246.608,95	1.065.722,36	1.065.722,36
RA03	Receita de capital	8.493.210,60						8.493.210,60	5.742.782,92
R8	Venda de bens de investimento							7.837,70	7.837,70
R9	Transferências e subsídios de capital	8.493.210,60					8.493.210,60	5.734.945,22	5.734.945,22
R9.1	Transferências de capital	8.493.210,60					8.493.210,60	5.734.945,22	5.734.945,22
R9.1.1	Administrações Públicas	8.407.710,60					8.407.710,60	5.567.985,44	5.567.985,44
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8.407.710,60					8.407.710,60	5.567.985,44	5.567.985,44
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
R9.1.1.3	Segurança Social								
R9.1.1.4	Administração Regional								
R9.1.1.5	Administração Local								
R9.1.2	Exterior - U E								
R9.1.3	Outras	85.500,00					85.500,00	166.959,78	166.959,78
R9.2	Subsídios de capital								
R10	Outras receitas de capital								
RA04	Receita efetiva [2]	69.848.856,90						69.848.856,90	61.446.079,10
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos								
RA05	Receita não efetiva [3]								
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros								
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	87.782.215,69			1.892.183,56			89.674.399,25	81.798.891,45
ROT1	Operações de tesouraria [B]					735.715,94	735.715,94	613.999,91	613.999,91
DA01	Despesa corrente	49.786.546,48						49.786.546,48	44.511.002,70
D1	Despesas com o pessoal	18.249.235,15					18.249.235,15	17.790.565,73	17.790.565,73
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	14.507.598,81					14.507.598,81	13.972.857,97	13.972.857,97

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

553

Euros

Período : 2025/01/01 2025/12/31

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						TOTAL	2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS			
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	397.984,81					397.984,81	24.030,13	
D1.3	Segurança social	3.343.651,53					3.343.651,53	397.677,63	
D2	Aquisição de bens e serviços	24.023.892,14					24.023.892,14	2.287,60	
D3	Juros e outros encargos	364.052,45					364.052,45	562.554,53	
D4	Transferências e subsídios correntes	5.487.521,56					5.487.521,56	4.649.051,14	
D4.1	Transferências correntes	5.487.521,56					5.487.521,56	4.649.051,14	
D4.1.1	Administrações Públicas	931.340,48					931.340,48	1.023.542,00	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D4.1.1.3	Segurança Social								
D4.1.1.4	Administração Regional								
D4.1.1.5	Administração Local	931.340,48					931.340,48	1.023.542,00	
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	3.796.542,71					3.796.542,71	2.965.759,54	
D4.1.3	Famílias	759.638,37					759.638,37	659.749,60	
D4.1.4	Outras								
D4.2	Subsídios Correntes								
D5	Outras despesas correntes	1.661.845,18					1.661.845,18	911.543,70	
DA02	Despesa de capital	26.904.583,17					26.904.583,17	15.562.106,10	
D6	Aquisição de bens de capital	19.956.696,25					19.956.696,25	10.903.590,17	
D7	Transferências e subsídios de capital	6.408.584,21					6.408.584,21	4.416.061,93	
D7.1	Transferências de capital	6.408.584,21					6.408.584,21	4.416.061,93	
D7.1.1	Administrações Públicas	5.110.206,21					5.110.206,21	3.881.548,11	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7.1.1.3	Segurança Social								
D7.1.1.4	Administração Regional								
D7.1.1.5	Administração Local	5.110.206,21					5.110.206,21	3.881.548,11	
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	1.298.378,00					1.298.378,00	534.513,82	
D7.1.3	Famílias								
D7.1.4	Outras								
D7.2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital	539.302,71					539.302,71	242.454,00	
DA03	Despesa efetiva [5]	76.691.129,65					76.691.129,65	60.073.108,80	
DA04	Despesa não efetiva [6]	1.801.030,95					1.801.030,95	1.900.240,30	
D9	Despesa com ativos financeiros								
D10	Despesa com passivos financeiros	1.801.030,95					1.801.030,95	1.900.240,30	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	78.492.160,60					78.492.160,60	61.973.349,10	
DOT1	Operações de tesouraria [C]					323.715,06	323.715,06	596.543,20	
DA06	Saldo para a gerência seguinte	9.290.055,09			1.892.183,56	2.964.272,06	14.146.510,71	22.377.813,53	
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	9.290.055,09			1.892.183,56		11.182.238,65	19.825.542,35	
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					2.964.272,06	2.964.272,06	2.552.271,18	
DA09	Saldo global [2] - [5]	-6.842.272,75					-6.842.272,75	1.372.970,30	
DA10	Despesa primária	76.327.077,20					76.327.077,20	59.510.554,27	
DA11	Saldo corrente	11.569.099,82					11.569.099,82	11.192.293,48	
DA12	Saldo de capital	-18.411.372,57					-18.411.372,57	-9.819.323,18	
DA13	Saldo primário	-6.478.220,30					-6.478.220,30	1.935.524,83	
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	87.782.215,69			1.892.183,56		89.674.399,25	81.798.891,45	
DA15	Despesa total [5] + [6]	78.492.160,60					78.492.160,60	61.973.349,10	

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

Pág.: 1
564
(ORÇAMENTO DO ANO : 2026)

ALTERAÇÃO NÚMERO 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Previsões iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas [7]=[3]+[4] [5]+[6]	Observações
				Inscri./reforc. [4]	Dimin./anul. [5]	Créditos espec. [6]		
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais			11.182.238,65			11.182.238,65	(*) NOTAS: (2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração: P se alteração permutativa M se alteração modificativa
16	Saldo da gerência anterior			11.182.238,65			11.182.238,65	
1601	Saldo orçamental			11.182.238,65			11.182.238,65	
160103	Na posse do serviço	M		11.182.238,65			11.182.238,65	
Total de Receitas Correntes								
Total de Receitas de Capital								
Total de Receitas Efetivas								
Total de Receitas Não Efetivas				11.182.238,65			11.182.238,65	
Total				11.182.238,65			11.182.238,65	

ALTERAÇÃO NÚMERO 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar os anos seguintes : Euros


Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D1	Despesas com o pessoal		15.100.000,00	560.113,65			15.660.113,65	
D11	Remunerações Certas e Permanentes		10.947.000,00	470.000,00			11.417.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		10.947.000,00	470.000,00			11.417.000,00	
01	Despesas com o pessoal		10.947.000,00	470.000,00			11.417.000,00	
0101	Remunerações certas e permanentes		10.947.000,00	470.000,00			11.417.000,00	
010104	Pessoal quadros - Regime contrato individual trabalho		8.500.000,00	300.000,00			8.800.000,00	
01010401	Pessoal em funções	M	8.500.000,00	300.000,00			8.800.000,00	
010107	Pessoal em regime tarefa ou avença	M	485.000,00	100.000,00			585.000,00	
010111	Representação		82.000,00	20.000,00			102.000,00	
01011102	Dirigentes	M	82.000,00	20.000,00			102.000,00	
010114	Subsídios férias e natal	M	1.880.000,00	50.000,00			1.930.000,00	
D13	Segurança social		4.153.000,00	90.113,65			4.243.113,65	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		4.153.000,00	90.113,65			4.243.113,65	
01	Despesas com o pessoal		4.153.000,00	90.113,65			4.243.113,65	
0103	Segurança social		4.153.000,00	90.113,65			4.243.113,65	
010305	Contribuições para segurança social		3.980.000,00	85.000,00			4.065.000,00	
01030502	Seg. social regime contrato trabalho funções públicas (RCTFP)		3.980.000,00	85.000,00			4.065.000,00	
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	M	1.480.000,00	30.000,00			1.510.000,00	
0103050202	Segurança Social - Regime geral	M	2.500.000,00	55.000,00			2.555.000,00	
010309	Seguros		173.000,00	5.113,65			178.113,65	
01030901	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	M	173.000,00	5.113,65			178.113,65	
D2	Aquisição de bens e serviços		4.240.000,00	400.000,00			4.640.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		4.240.000,00	400.000,00			4.640.000,00	
02	Aquisições bens serviços		4.240.000,00	400.000,00			4.640.000,00	
0202	Aquisição serviços		4.240.000,00	400.000,00			4.640.000,00	
020201	Encargos com instalações		1.000.000,00	200.000,00			1.200.000,00	
02020101	Electricidade	M	1.000.000,00	200.000,00			1.200.000,00	
020210	Transportes	M	3.240.000,00	200.000,00			3.440.000,00	
D6	Aquisição de bens de capital		18.846.364,56	6.962.000,00			25.808.364,56	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		18.846.364,56	6.962.000,00			25.808.364,56	
07	Aquisição bens capital		18.846.364,56	6.962.000,00			25.808.364,56	
0701	Investimentos		18.846.364,56	6.962.000,00			25.808.364,56	
070101	Terrenos	M	573.947,19	170.000,00			743.947,19	
070102	Habitacões		113.637,45	2.920.000,00			3.033.637,45	
07010201	Construção	M	21.000,00	1.430.000,00			1.451.000,00	
07010203	Reparação e beneficiação	M	92.637,45	1.490.000,00			1.582.637,45	
070103	Edifícios		3.363.479,69	925.000,00			4.288.479,69	
07010301	Instalações de serviços	M	998.070,79	377.000,00			1.375.070,79	
	Total de Despesas Correntes		19.340.000,00	960.113,65			20.300.113,65	(*) NOTAS: (2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração: P se alteração permutativa M se alteração modificativa
	Total de Despesas de Capital		1.685.655,43	3.467.000,00			5.152.655,43	
	Total de Despesas Efetivas		21.025.655,43	4.427.113,65			25.452.769,08	
	Total de Despesas Não Efetivas							
	Total		21.025.655,43	4.427.113,65			25.452.769,08	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO

2026 : 2
586
(ORÇAMENTO DO ANO : 2026)

ALTERAÇÃO NÚMERO 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
07010302	Instalações desportivas e recreativas	M	773.204,98	448.000,00			1.221.204,98	
07010305	Escolas	M	1.592.203,92	100.000,00			1.692.203,92	
070104	Construções diversas		12.391.852,77	2.447.000,00			14.838.852,77	
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	M	8.739.247,50	1.237.000,00			9.976.247,50	
07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	M	1.628.554,38	220.000,00			1.848.554,38	
07010405	Parques e jardins	M	2.024.050,89	990.000,00			3.014.050,89	
070106	Material transportes		297.661,64	100.000,00			397.661,64	
07010602	Outro	M	297.661,64	100.000,00			397.661,64	
070108	Software informático	M	1.218.157,87	200.000,00			1.418.157,87	
070110	Equipamento básico		887.627,95	200.000,00			1.087.627,95	
07011002	Outro	M	887.627,95	200.000,00			1.087.627,95	
D7	Transferências e subsídios de capital		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
D71	Transferências de capital		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
D711	Administrações Públicas		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
D7115	Administração Local		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
08	Transferências de capital		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
0805	Administração local		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
080501	Continente		600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
08050104	Associações de municípios	M	600.000,00	3.260.125,00			3.860.125,00	
Total de Despesas Correntes			19.340.000,00	960.113,65			20.300.113,65	(*) NOTAS: (2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração: P se alteração permutativa M se alteração modificativa
Total de Despesas de Capital			19.446.364,56	10.222.125,00			29.668.489,56	
Total de Despesas Efetivas			38.786.364,56	11.182.238,65			49.968.603,21	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			38.786.364,56	11.182.238,65			49.968.603,21	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

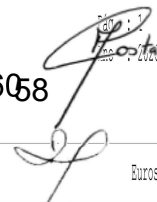
Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÔMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2026		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2027 [8]	2028 [9]	2029 [10]		2030 [11]	Outros [12]
1.			Funções gerais				19.195.000,00	20.155.113,65						960.113,65
1.1.			Serviços gerais administração pública				19.195.000,00	20.155.113,65						960.113,65
1.1.1.			Administração geral				19.195.000,00	20.155.113,65						960.113,65
1.1.1.1.	03	2014 A 4	Transportes	02/020210	2014/01/01	2033/12/31	3.100.000,00	3.300.000,00						200.000,00
1.1.1.1.	11	2015 A 27	Encargos com instalações, pessoal e outros	02/02020101	2015/01/01	2032/12/31	1.000.000,00	1.200.000,00						200.000,00
1.1.1.1.	02	2021 A 1	Serviços prestados de tarefa e avença	02/010107	2021/01/01	2029/12/31	480.000,00	580.000,00						100.000,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Recursos humanos		2022/01/01	2029/12/31								
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Pessoal em funções	02/01010401			8.500.000,00	8.800.000,00						300.000,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Dirigentes	02/01011102			82.000,00	102.000,00						20.000,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Subsídios férias e natal	02/010114			1.880.000,00	1.930.000,00						50.000,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Caixa Geral de Aposentações	02/0103050201			1.480.000,00	1.510.000,00						30.000,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Segurança Social - Regime geral	02/0103050202			2.500.000,00	2.555.000,00						55.000,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	02/01030901			173.000,00	178.113,65						5.113,65
4.			Outras funções				600.000,00	3.860.125,00	6.760.125,00	4.500.000,00	500.000,00			3.260.125,00
4.2.			Transferências entre administração				600.000,00	3.860.125,00	6.760.125,00	4.500.000,00	500.000,00			3.260.125,00
4.2.0.			Transferências entre administrações				600.000,00	3.860.125,00	6.760.125,00	4.500.000,00	500.000,00			3.260.125,00
4.2.0.	01	2018 A 8	Transferências entre instituições	02/06050104	2018/01/01	2040/12/31	600.000,00	3.860.125,00	6.760.125,00	4.500.000,00	500.000,00			3.260.125,00
Total :							19.795.000,00	24.015.238,65	6.760.125,00	4.500.000,00	500.000,00			4.220.238,65

6058



ALTERAÇÃO NÚMERO : 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação [4]	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2026		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2027 [8]	2028 [9]	2029 [10]		2030 [11]	Outros [12]
1.			Funções gerais				2.966.433,48	3.696.433,48						730.000,00
1.1.			Serviços gerais administração pública				2.966.433,48	3.696.433,48						730.000,00
1.1.1.			Administração geral				2.966.433,48	3.696.433,48						730.000,00
1.1.1.1.	18	2002 I 282	Aquisições diversas, máquinas e equipamentos	02/07011002	2002/02/22	2028/12/31	879.463,17	1.079.463,17						200.000,00
1.1.1.1.	09	2006 I 99	Meios de Transporte	02/0701602	2006/01/01	2028/12/31	297.661,64	397.661,64						100.000,00
1.1.1.1.	02	2016 I 36	Aquisição de hardware e software para os serviços municipais	02/070108	2016/01/01	2028/12/31	665.308,67	865.308,67						200.000,00
1.1.1.1.	05	2022 I 3	Expansão do Tribunal do Comércio	02/07010301	2022/01/01	2027/12/31	225.000,00	325.000,00						100.000,00
1.1.1.1.	05	2023 I 42	Requalificação do Antigo Dispensario	02/07010307	2023/02/15	2027/12/31	800.000,00	800.000,00						
1.1.1.1.	02	2024 I 14	Instalação dos Espaços do Município - Freguesias	02/07010301	2024/01/01	2027/12/31	89.000,00	139.000,00						50.000,00
1.1.1.1.	04	2024 I 47	Central de Transportes - Instalação Serviços Municipais	02/07010301	2024/02/14	2027/12/31	10.000,00	90.000,00						80.000,00
2.			Funções sociais				3.621.550,83	9.054.550,83	9.100.000,00	9.100.000,00	2.200.000,00			5.433.000,00
2.1.			Educação				1.000,00	101.000,00						100.000,00
2.1.1.			Ensino não superior				1.000,00	101.000,00						100.000,00
2.1.1.1.	01	2026 I 18	Conservação da Escola S. Tomé de Negrelos	02/07010305	2026/01/01	2028/12/31	1.000,00	101.000,00						100.000,00
2.3.			Segurança e acção sociais				2.000,00	2.922.000,00	9.100.000,00	9.100.000,00	2.200.000,00			2.920.000,00
2.3.2.			Ação social				2.000,00	2.922.000,00	9.100.000,00	9.100.000,00	2.200.000,00			2.920.000,00
2.3.2.1.	01	2025 I 2	Reabilitação do CH de Areias	02/07010203	2025/01/01	2028/12/31		50.000,00						50.000,00
2.3.2.2.	02	2025 I 3	Reabilitação do CH de Sequeirô	02/07010203	2025/01/01	2027/12/31	1.000,00	366.000,00						365.000,00
2.3.2.3.	03	2025 I 4	Reabilitação do CH da Barca-Vila das Aves	02/07010203	2025/01/01	2028/12/31		100.000,00						100.000,00
2.3.2.4.	04	2025 I 5	Reabilitação do CH das Laranjeiras-Santo Tirso	02/07010203	2025/01/01	2027/12/31		150.000,00						150.000,00
2.3.2.5.	05	2025 I 6	Reabilitação das habitações municipais inseridas no CH S.M.Couto	02/07010203	2025/01/01	2028/12/31		250.000,00						250.000,00
2.3.2.6.	06	2025 I 7	Reabilitação das antigas casas dos magistrados	02/07010203	2025/01/01	2027/12/31		575.000,00						575.000,00
2.3.2.7.	10	2025 I 11	Construção de habitações em Geão	02/07010201	2025/01/01	2027/12/31	1.000,00	1.431.000,00	9.100.000,00	9.100.000,00	2.200.000,00			1.430.000,00
2.4.			Habitación e serviços colectivos				3.174.254,81	5.139.254,81						1.965.000,00
2.4.2.			Ordenamento territorial				1.537.700,43	2.322.700,43						785.000,00
2.4.2.1.	05	2003 I 84	Construção, conservação, manutenção e remodelação - Espaços públicos	02/07010405	2003/01/01	2027/12/31	91.000,00	291.000,00						200.000,00
2.4.2.2.	19	2018 I 41	Ligação do passeio das margens do ave à fábrica de Santo Tirso (Malhado)	02/07010401	2018/01/01	2027/12/31	2.200,00	392.200,00						390.000,00
2.4.2.3.	14	2022 I 19	Requalificação Av. Comendador Manuel Almeida, Santo Tirso	02/07010401	2002/01/01	2027/12/31	185.991,12	250.991,12						65.000,00
2.4.2.4.	21	2022 I 26	Requalificação da Rua João Bento Padilha-Vila das Aves	02/07010401	2022/01/01	2027/12/31	12.000,00	62.000,00						50.000,00
2.4.2.5.	02	2024 I 15	CH Ringe - Requalificação área envolvente	02/07010401	2024/01/01	2027/12/31	1.246.509,31	1.326.509,31						80.000,00
2.4.3.			Cemitérios				1.000,00	171.000,00						170.000,00
2.4.3.2.			Cemitérios				1.000,00	171.000,00						170.000,00
2.4.3.2.1.	33	2023 I 34	Cemitério de Vila das Aves - Ampliação	02/070101	2023/01/01	2028/12/31	1.000,00	171.000,00						170.000,00
2.4.4.			Saneamento				1.628.554,38	1.848.554,38						220.000,00
2.4.4.1.	08	2014 I 21	Execução e extensões infraestruturas drenagem de águas residuais	02/07010402	2014/01/01	2028/12/31	1.628.554,38	1.848.554,38						220.000,00
2.4.6.			Protecção do meio e conservação da natureza				7.000,00	797.000,00						790.000,00
2.4.6.1.	01	2023 I 29	Parque urbano da Ribeira do Matadouro - 2ª Fase	02/07010405	2023/01/01	2028/12/31	7.000,00	797.000,00						790.000,00
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				444.296,02	892.296,02						448.000,00
2.5.1.			Cultura				422.410,00	820.410,00						398.000,00
2.5.1.1.	01	2023 I 23	Cineteatro de Santo Tirso	02/07010302	2023/01/01	2028/12/31	422.410,00	820.410,00						398.000,00
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer				21.886,02	71.886,02						50.000,00
Total :							6.566.098,29	12.679.098,29	9.100.000,00	9.100.000,00	2.200.000,00			6.113.000,00

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO

6159

ALTERAÇÃO NÚMERO : 5 ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 1 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2026 DATA DE APROVAÇÃO

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação [2]	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2026		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2027 [8]	2028 [9]	2029 [10]		2030 [11]	Outros [12]
2.5.2.	19	2007 I 91	Requalificação e manutenção áreas desportivas municipais e estruturas apoio	02/07010302	2007/01/01	2027/12/31	21.886,02	71.886,02						50.000,00
3.			Funções económicas				1.792.936,31	2.444.936,31	2.730.000,00	1.170.000,00	100.000,00			652.000,00
3.3.			Transporte e comunicações				1.792.936,31	2.444.936,31	2.730.000,00	1.170.000,00	100.000,00			652.000,00
3.3.1.			Rede viária urbana e rural				1.633.056,88	2.220.056,88	2.730.000,00	1.170.000,00	100.000,00			587.000,00
3.3.1.	006	2003 I 9	Ligação Vila Nova Campo à estação ferroviária Lordelo	02/07010401	2003/01/01	2027/12/31	111.235,94	231.235,94						120.000,00
3.3.1.	006	2012 I 13	Beneficiação, conservação e infraestruturização da rede viária municipal	02/07010401	2012/01/01	2027/12/31	880.494,61	905.494,61	2.730.000,00	1.170.000,00	100.000,00			25.000,00
3.3.1.	003	2019 I 11	Requalificação da ligação Ermida à AI Poupá (AYEME)	02/07010401	2019/01/01	2027/12/31	640.326,33	702.326,33						62.000,00
3.3.1.	009	2023 I 10	Rua Bernardino Alves Barbosa Santarém (Fontiscos) - Beneficiação - Santo Tirso	02/07010401	2023/01/01	2027/12/31	1.000,00	381.000,00						380.000,00
3.3.4.			Estacionamentos				159.879,43	224.879,43						65.000,00
3.3.4.	02	2014 I 36	Rede de parques de estacionamento da cidade de Santo Tirso	02/07010401	2014/01/01	2027/12/31	159.879,43	224.879,43						65.000,00
4.			Outras funções				234.873,20	381.873,20						147.000,00
4.3.			Diversas não especificas				234.873,20	381.873,20						147.000,00
4.3.0.			Diversas não especificadas				234.873,20	381.873,20						147.000,00
4.3.0.	01	2011 I 35	Conservação e manutenção de edifícios municipais	02/07010301	2011/01/01	2027/12/31	234.873,20	381.873,20						147.000,00
Total :							8.615.793,82	15.577.793,82	11.830.000,00	10.270.000,00	2.300.000,00			6.962.000,00

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 4 Fl. 620
19 de fevereiro de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Costa'.

A small, circular handwritten signature in black ink.

A large, stylized handwritten signature in black ink.

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL,
foi feita a seguinte declaração de voto. -----

6361
6361
Costa
Costa

Ex.mo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso
Alberto Costa

Santo Tirso, 19 de Fevereiro de 2026

Assunto: 1.ª Alteração Orçamental Modificativa - Integração do Saldo de Gerência de 2025

Os Vereadores do Partido Social Democrata **votam contra** a presente proposta de integração do saldo de gerência e da correspondente alteração orçamental modificativa.

Este voto contra, assenta numa avaliação política clara, ou seja, um saldo de gerência superior a onze milhões de euros não traduz rigor nem eficiência, **traduz falhas profundas na capacidade de execução por parte do Partido Socialista.**

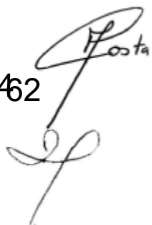
Uma autarquia **não acumula** um excedente desta dimensão porque fez demasiadas obras, mas ao invés, porque **fez demasiado pouco e poucas obras.** Talvez por andar em permanente campanha, de inauguração em inauguração, de fotografia em fotografia, esquece-se do mais elementar, **de trabalhar!** Este valor resulta de opções políticas erradas, de atrasos sucessivos, de falta de planeamento e de uma evidente incapacidade de concretizar aquilo que anuncia e orçamenta. Mas é verdade, mesmo com tudo isto, **ainda ganham eleições!**

No PPI para 2025, o executivo apresentou um conjunto vasto de intenções, planos e compromissos que, na prática, ficaram por cumprir. O saldo agora apresentado é a consequência direta de um ano marcado pela inércia, pela ausência de execução e pela incapacidade de transformar **orçamento em obra, investimento em progresso e promessas em resultados.** O Município não pode continuar a governar por anúncios, nem a confundir **planeamento com propaganda.** O que se exige é **execução, capacidade de decisão e liderança e aqui, nada disso se verificou.**

A proposta que agora nos é apresentada tenta, de forma apressada e desordenada, redistribuir um saldo acumulado por falta de ação. Não há estratégia, não há prioridades, não há visão. Há apenas a tentativa de remediar, em 2026, aquilo que não foi feito em 2025. Mas, também sabemos que infelizmente não é ano único, tem sido assim ao longo dos últimos anos, saldo atrás de saldo. Esta forma de gerir **não serve o concelho, não serve os cidadãos e não serve o interesse público.** É uma **gestão que adia, que remenda e que reage, em vez de planear, executar e liderar.**

O PSD não pode validar esta abordagem. Votamos contra porque entendemos que Santo Tirso precisa de uma governação competente, capaz de cumprir o que promete e de executar o que orçamenta. Votamos contra porque acreditamos que o concelho merece mais do que uma gestão que acumula excedentes à custa da falta de obra.

Votamos contra porque a política deve ser feita com **responsabilidade, com visão e com resultados** e, infelizmente, nada disso está presente nesta proposta.

6462 

Por estas razões, os Vereadores do PSD votam contra.

Os vereadores do Partido Social Democrata,

Ricardo Pereira

Fernando Vale

Alexandre Gonçalves

(Em substituição da vereadora Sara Lima





Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

Pelo senhor Francisco da Silva Prata, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.IL foi feita a seguinte declaração de voto:-----



Assembleia Municipal de
Santo Tirso

Ponto 09 - Alteração Orçamental Modificativa - Integração do Saldo de Gerência de 2025

Exmo senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos deputados

Exmo senhor presidente da Câmara e demais vereadores

Caros membros do público e Comunicação Social Presentes

O sentido de voto que hoje assumimos não é resultado das circunstâncias nem político-reactivo. Resulta de uma análise cuidada, técnica e responsável dos documentos apresentados, ponderando a sua coerência financeira, o grau de execução demonstrado e as garantias de sustentabilidade futura.

A integração do saldo de gerência no montante de € 11.182.238,65 assenta, em parte significativa, de verbas previstas para investimentos que já transitam de exercícios anteriores, sem que seja apresentada evidência objetiva do seu grau de execução física, calendarização concreta ou compromissos contratuais firmados. A sucessiva reprogramação de projetos e a sua projeção para anos futuros revelam um padrão que levanta sérias dúvidas quanto à capacidade de execução efetiva no presente ano de 2026, podendo perpetuar um ciclo de transições sucessivas de verbas sem materialização no terreno.

Estamos perante aquilo que já se tornou um padrão recorrente no Partido Socialista: a reprogramação sucessiva de investimento não executado, utilizada para inflacionar o volume global do Orçamento sem correspondência comprovada na execução física das obras. Não se trata de uma questão retórica, mas de um histórico objetivo de transições sucessivas de verbas que, ano após ano, permanecem por concretizar.

Se ao longo dos últimos exercícios a execução ficou sistematicamente aquém do previsto, não é legítimo exigir desta Assembleia um ato de fé quanto a um cumprimento que os próprios dados históricos não sustentam. A credibilidade orçamental constrói-se com execução efetiva, não com reforços sucessivos sobre saldos acumulados.

Paralelamente, o executivo decidiu transferir uma verba superior a 1 milhão de euros para despesas com pessoal. Tal pode parecer um truque inócuo ou uma mera alteração contabilística mas na prática o que faz é integrar no orçamento uma receita extraordinária,



Assembleia Municipal de
Santo Tirso

reposito extraordinária, para cobrir despesa corrente. Despesa corrente que se repetirá nos próximos anos, gerando assim um natural desequilíbrio nas contas do Município, o que contraria todas as regras da prudência e da boa sugestão

A Iniciativa Liberal, por coerência com a sua exigência de rigor financeiro, transparência e responsabilidade institucional, entende que não estão reunidas as condições para aprovar uma proposta que perpetua este modelo de reprogramação e adia, uma vez mais, a concretização efetiva do investimento anunciado e coloca com truques contabilísticos em risco o dinheiro dos Municípios.

Por estes motivos, votamos contra a mesma.

Os eleitos pela Iniciativa Liberal,

Ilsa Barbosa
Francisco Prata

Francisco Prata
Ilsa Barbosa



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

Pelo senhor Duarte Nuno de Almeida Meireles, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.IL foi feita a seguinte declaração de voto:-----

Assembleia Municipal de Santo Tirso

26 de fevereiro de 2026

Declaração de voto

- ponto #09: 1ª Alteração Orçamental Modificada – Integração do Saldo de Gerência do ano de 2025 - Aprovação

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restante mesa,

Exmos, Srs Deputados

Exmo. Senhor Presidente da Camara e Srs. Vereadores,

Caríssimos Munícipes aqui presentes

Um saldo de gerência desta ordem de grandeza — superior a 11 milhões de euros — revela uma clara falta de rigor, de competência e de capacidade de execução por parte deste executivo.

Trata-se de um montante significativo que, não tendo sido investido conforme previsto, representa um prejuízo direto para os nossos munícipes. Recursos que poderiam já estar a produzir benefícios concretos permanecem por executar, sendo certo que os sucessivos atrasos apenas contribuem para o agravamento dos custos futuros.

São 11 milhões em promessas no PPI 2025 que ficaram por cumprir!

Desvios desta dimensão em 2025, ainda por cima em ano eleitoral, fazem antever a repetição — ou mesmo o agravamento — desta prática nos próximos anos, sobretudo quando, em campanha, se anuncia o “maior investimento de sempre” para este mandato.

Exige-se mais competência, mais transparência e um compromisso efetivo com a execução. As falhas aqui identificadas são graves e, na nossa leitura política, são inaceitáveis.

A nossa responsabilidade é clara: exigir mais. Mas, mais execução, mais compromisso e, acima de tudo, mais resultados em benefícios dos Tirsenses.

Por estas razões, a bancada do **PSD** vota contra.

Partido Social Democrata



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

Pelo senhor Tiago da Silva Moreira Matos, eleito enquanto inscrito na lista do CHEGA
foi feita a seguinte declaração de voto: -----

Declaração de Voto – Ponto 09

1.ª Alteração Orçamental Modificativa – Integração do Saldo de Gerência 2025



Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O nosso voto é contra esta alteração orçamental.

Estamos a falar da integração de um saldo de gerência de 11.182.238,65 euros, resultante da execução orçamental de 2025. Um valor muito significativo para o Município de Santo Tirso.

Os próprios documentos de execução demonstram que, em 2025, a receita efetiva atingiu cerca de 69,8 milhões de euros, enquanto a despesa corrente ficou na ordem dos 49,7 milhões de euros, gerando esta margem considerável. Isto são dados oficiais.

Ora, quando existe um saldo desta dimensão, é legítimo perguntar:

Foi excesso de prudência?

Foi atraso na execução?

Ou foi incapacidade de concretizar investimentos previstos?

Sabemos que continuam a existir necessidades evidentes no concelho:

- Habitação municipal a precisar de reabilitação mais célere;
- Infraestruturas e arruamentos com necessidade de intervenção;
- Pressão crescente sobre despesas correntes, nomeadamente energia e transportes;
- Famílias a enfrentar dificuldades económicas num contexto nacional exigente.

Contudo, esta alteração orçamental revela que uma parte significativa do reforço vai novamente para:

- Despesas com pessoal (mais de meio milhão de euros adicionais);
- Encargos correntes como eletricidade e transportes;

- Reforços em investimentos já previstos, mas não executados anteriormente.

Ou seja, não estamos perante uma estratégia nova. Estamos perante a redistribuição de verbas que não foram executadas no tempo próprio.

Mais ainda: o crescimento da despesa permanente — particularmente em pessoal — cria compromissos estruturais futuros. Num município com uma receita muito dependente de transferências do Estado e de impostos como IMI e IMT, é preciso cautela. A conjuntura pode mudar.

Um saldo superior a 11 milhões de euros demonstra capacidade financeira, mas também levanta uma questão política essencial: Se havia esta folga, porque não foi usada mais cedo para responder às necessidades concretas dos tirenses?

A boa gestão pública não é apenas apresentar saldo positivo. É executar com eficiência, no momento certo, com impacto visível.

Por entendermos que esta alteração não representa uma mudança estratégica nem uma resposta suficientemente ambiciosa aos desafios reais do concelho, votamos contra.



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

10. 52.ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2025 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Presente para ratificação a 52.ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, aprovada por despacho do presidente da câmara municipal de vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco, junto à deliberação da câmara municipal de onze de dezembro último, o que consta das subsequentes dez folhas da presente minuta da ata. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto. -----

A assembleia municipal, no exercício da sua competência prevista no artigo 25.º, nº 1, alínea a), do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberou ratificar o aludido despacho e autorizar a assunção de compromissos plurianuais com a execução dos investimentos referidos naquela deliberação. -----

A presente deliberação foi tomada com trinta e oito votos a favor e duas abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, Ilsa de Fátima da Silva Barbosa e Francisco da Silva Prata. -----



12. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS DE EXPANSÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS DA REGIÃO DO NOROESTE NO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO - 1.ª FASE (UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (S. CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES – APROVAÇÃO.-----

Presente informação da Diretora do Departamento Jurídico, Financeiro e da Transição Digital, de quatro do corrente mês de dezembro, registada com o número nove mil quatrocentos e oitenta e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a remeter a minuta de Protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão do sistema de águas da Região do Noroeste no município de Santo Tirso - 1.ª Fase, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como Anexo VI.-----

O referido Protocolo estabelece os termos e condições de execução pela sociedade Águas do Norte S.A. dos investimentos de expansão dos sistemas municipais de saneamento na freguesia de União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães, cujo investimento previsto (preço base da respetiva empreitada) é de 4.500.000,00€, com uma taxa de cofinanciamento FEDER de 58%.-----

A contrapartida nacional, no montante de 1.912.376,96 (um milhão, novecentos e doze mil trezentos e setenta e seis euros e noventa e seis cêntimos) valor ao qual poderá acrescer IVA à taxa legal em vigor, será suportada pelo município de Santo Tirso.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050104, conforme proposta de cabimento orçamental número 2010/2025, de 03 de dezembro, estando previstos encargos plurianuais com a seguinte repartição:-----

2025 – 1,00€ (um euro);-----

2026 - 1.158.801,88€ (um milhão cento e cinquenta e oito mil oitocentos e um euros e oitenta e oito cêntimos);-----



2027 - 1.158.801,89€ (um milhão cento e cinquenta e oito mil oitocentos e um euros e oitenta e nove cêntimos). -----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1980/2025, conforme documento de requisição externa de despesa número 2404/2025, de 03 de dezembro.-----

A dotação prevista no Plano de Atividades Municipal para fazer face aos encargos com o projeto/ação 2018/A/8 nos anos de 2026 e 2027 foi reforçada por despacho do presidente da câmara municipal de 27 de novembro, que aprovou a 52.ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas vinte e nove a trinta e seis da mesma. -----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas: -----

A) Que a câmara municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/21012, de 21 de fevereiro, deliberasse submeter a 52.ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para a assembleia municipal, para ratificação, para efeitos de autorização da assunção de compromissos plurianuais; -----

B) Que a câmara municipal deliberasse celebrar com a Águas do Norte S.A. um protocolo de delegação de execução de investimentos, nos termos da referida minuta. -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas que antecedem.---

DESPACHO

52ª Modificação – GOP e ORÇAMENTO 2025

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 30/10/2025, item 4, nº 1-a), aprovar a 52ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025, com a diminuição no montante total de 660.500,00€ (seiscentos e sessenta mil e quinhentos euros), cujo teor passa a constituir as subseqüentes 7 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais para que seja possível o normal funcionamento do Município.

À Divisão Financeira, para execução.

Santo Tirso, 27 de novembro de 2025

Presidente,



Drº Alberto Costa

736





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

756

A

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2025

MODIFICAÇÃO N.º 52

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 48

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES N.º 48

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS N.º 46

Novembro 2025

764

ALTERAÇÃO NÚMERO 52 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 48 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/11/27 (ORÇAMENTO DO ANO : 2025)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes :

Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D1	Despesas com o pessoal		9.507.516,00	358.999,00			9.866.515,00	
D11	Remunerações Certas e Permanentes		9.507.516,00	358.999,00			9.866.515,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		9.507.516,00	358.999,00			9.866.515,00	
01	Despesas com o pessoal		9.507.516,00	358.999,00			9.866.515,00	
0101	Remunerações certas e permanentes		9.507.516,00	358.999,00			9.866.515,00	
010104	Pessoal quadros - Regime contrato individual trabalho		8.310.000,00	358.999,00			8.668.999,00	
01010401	Pessoal em funções	P	8.310.000,00	358.999,00			8.668.999,00	
010113	Subsidio refeição	P	1.197.516,00				1.197.516,00	
D2	Aquisição de bens e serviços		20.509.480,26	155.501,00	183.000,00		20.481.981,26	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		20.509.480,26	155.501,00	183.000,00		20.481.981,26	
02	Aquisições bens serviços		20.509.480,26	155.501,00	183.000,00		20.481.981,26	
0201	Aquisições bens		5.728.632,64	13.000,00	34.500,00		5.707.132,64	
020101	Matérias-primas e subsidiárias	P	676.301,00		17.000,00		659.301,00	
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	P	3.814.758,76	10.500,00			3.825.258,76	
020108	Material de escritório	P	108.001,00		3.000,00		105.001,00	
020115	Prêmios condecorações e ofertas	P	776.291,79	2.500,00			778.791,79	
020120	Material de educação cultura e recreio	P	105.920,97		11.000,00		94.920,97	
020121	Outros bens		247.359,12		3.500,00		243.859,12	
02012199	Outros bens	P	247.359,12		3.500,00		243.859,12	
0202	Aquisição serviços		14.780.847,62	142.501,00	148.500,00		14.774.848,62	
020202	Limpeza higiene	P	1.343.200,00		6.000,00		1.337.200,00	
020203	Conservação de bens	P	460.500,00	1,00			460.501,00	
020208	Locação de outros bens	P	781.192,60	1.300,00			782.192,60	
020209	Comunicações	P	243.000,00		2.500,00		240.500,00	
020210	Transportes	P	3.608.479,95		10.000,00		3.598.479,95	
020211	Representação dos serviços	P	102.500,00		5.000,00		97.500,00	
020213	Deslocações e estadias	P	92.396,74		1.000,00		91.396,74	
020219	Assistência técnica	P	775.000,00		7.000,00		768.000,00	
020220	Outros trabalhos especializados		7.374.578,33	141.500,00	117.000,00		7.399.078,33	
02022002	Tratamento de resíduos sólidos	P	2.785.800,00	117.000,00			2.902.800,00	
02022003	Tratamento de águas residuais	P	275.500,00		117.000,00		158.500,00	
02022007	Serviços especializados diversos	P	20.900,00	12.500,00			33.400,00	
02022009	Serviços especializados diversos	P	4.292.378,33	12.000,00			4.304.378,33	
D4	Transferências e subsídios correntes		5.071.597,14	60.000,00	23.500,00		5.108.097,14	
D41	Transferências correntes		5.071.597,14	60.000,00	23.500,00		5.108.097,14	
D411	Administrações Públicas		865.000,00		21.000,00		844.000,00	
D4115	Administração Local		865.000,00		21.000,00		844.000,00	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		865.000,00		21.000,00		844.000,00	
04	Transferências correntes		865.000,00		21.000,00		844.000,00	
Total de Despesas Correntes			30.016.996,26	514.500,00	183.000,00		30.348.496,26	
Total de Despesas de Capital								
Total de Despesas Efetivas			30.016.996,26	514.500,00	183.000,00		30.348.496,26	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			30.016.996,26	514.500,00	183.000,00		30.348.496,26	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif.
do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ALTERAÇÃO NÚMERO 52 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 48 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/11/27 (ORÇAMENTO DO ANO : 2025)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D412	0405 Administração local		865.000,00		21.000,00		844.000,00	
	040501 Continente		865.000,00		21.000,00		844.000,00	
	04050102 Freguesias	P	865.000,00		21.000,00		844.000,00	
	Entidades do Setor Não Lucrativo		3.856.597,14		2.500,00		3.854.097,14	
	02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		3.856.597,14		2.500,00		3.854.097,14	
	04 Transferências correntes		3.856.597,14		2.500,00		3.854.097,14	
	0407 Instituições sem fins lucrativos		3.856.597,14		2.500,00		3.854.097,14	
D413	040701 Instituições sem fins lucrativos	P	3.856.597,14		2.500,00		3.854.097,14	
	Familias		350.000,00	60.000,00			410.000,00	
	02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		350.000,00	60.000,00			410.000,00	
	04 Transferências correntes		350.000,00	60.000,00			410.000,00	
	0408 Familias		350.000,00	60.000,00			410.000,00	
	040802 Outras		350.000,00	60.000,00			410.000,00	
	04080201 Programas ocupacionais	P	350.000,00	60.000,00			410.000,00	
D5	Outras despesas correntes		1.863.000,00	5.000,00			1.868.000,00	
	02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		1.863.000,00	5.000,00			1.868.000,00	
	06 Outras despesas correntes		1.863.000,00	5.000,00			1.868.000,00	
	0602 Diversas		1.863.000,00	5.000,00			1.868.000,00	
	060203 Outras		1.863.000,00	5.000,00			1.868.000,00	
D6	06020305 Outras	P	1.863.000,00	5.000,00			1.868.000,00	
	Aquisição de bens de capital		3.128.527,00	30.500,00	454.000,00		2.705.027,00	
	02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		3.128.527,00	30.500,00	454.000,00		2.705.027,00	
	07 Aquisição bens capital		3.128.527,00	30.500,00	454.000,00		2.705.027,00	
	0701 Investimentos		3.128.527,00	30.500,00	454.000,00		2.705.027,00	
	070102 Habitações		385.999,00	30.500,00			416.499,00	
	07010203 Reparação e beneficiação	P	385.999,00	30.500,00			416.499,00	
	070103 Edifícios		971.500,00		358.000,00		613.500,00	
	07010302 Instalações desportivas e recreativas	P	971.500,00		358.000,00		613.500,00	
	070104 Construções diversas		197.500,00		36.000,00		161.500,00	
	07010406 Instalações desportivas e recreativas	P	76.000,00		29.000,00		47.000,00	
	07010407 Captação e distribuição de água	P	121.500,00		7.000,00		114.500,00	
	070110 Equipamento basico		1.573.528,00		60.000,00		1.513.528,00	
	07011002 Outro	P	1.573.528,00		60.000,00		1.513.528,00	
D7	Transferências e subsídios de capital		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
D71	Transferências de capital		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
D711	Administrações Públicas		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
D7115	Administração Local		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
	02 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
Total de Despesas Correntes			36.951.593,40	579.500,00	206.500,00		37.324.593,40	
Total de Despesas de Capital			3.128.527,00	30.500,00	454.000,00		2.705.027,00	
Total de Despesas Efetivas			40.080.120,40	610.000,00	660.500,00		40.029.620,40	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			40.080.120,40	610.000,00	660.500,00		40.029.620,40	

(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif.
do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

786

ALTERAÇÃO NÚMERO 52 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 48 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/11/27 (ORÇAMENTO DO ANO : 2025)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO

Desagregar : S

Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
08	Transferências de capital		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
0805	Administração local		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
080501	Contínente		5.104.457,00	50.500,00			5.154.957,00	
08050102	Freguesias	P	4.902.500,00	50.000,00			4.952.500,00	
08050104	Associações de municípios	P	201.957,00	500,00			202.457,00	
Total de Despesas Correntes			36.951.593,40	579.500,00	206.500,00		37.324.593,40	(*) NOTAS: (2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração: P se alteração permutativa M se alteração modificativa
Total de Despesas de Capital			8.232.984,00	81.000,00	454.000,00		7.859.984,00	
Total de Despesas Efetivas			45.184.577,40	660.500,00	660.500,00		45.184.577,40	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			45.184.577,40	660.500,00	660.500,00		45.184.577,40	

ALTERAÇÃO (NÚMERO) : 52 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ACTIVIDADES NÚMERO 48 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/11/27

Identificação do Objeto : CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ACTIVIDADES MUNICIPAL

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL/ECONÓMICA

Objetivo (1)	Número do projeto		Descrição (3)	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (13) = (7) - (6)		
	Código	Ano Tipo Número			Início (4)	Fim (5)	2025		Períodos seguintes					
							Dot. atual (6)	Dot. corrigida (7)	2026 (8)	2027 (9)	2028 (10)		2029 (11)	Outros (12)
1.			Funções gerais				16.702.018,00	17.075.518,00						373.500,00
1.1.			Serviços gerais administração pública				16.702.018,00	17.075.518,00						373.500,00
1.1.1.			Administração geral				16.702.018,00	17.075.518,00						373.500,00
1.1.1.1.	03	2014 A 4	Transportes	02/020210	2014/01/01	2033/12/31	3.410.000,00	3.400.000,00						-10.000,00
1.1.1.1.	01	2015 A 2	Assistência técnica	02/020219	2015/01/01	2030/12/31	175.000,00	168.000,00						-7.000,00
1.1.1.1.	02	2015 A 3	Contrato de fornecimento para comunicações	02/020209	2015/01/01	2028/12/31	243.000,00	240.500,00						-2.500,00
1.1.1.1.	04	2015 A 5	Consumíveis	02/020108	2015/01/01	2028/12/31	108.001,00	105.001,00						-3.000,00
1.1.1.1.	05	2015 A 9	Aquisição de serviços de limpeza	02/020202	2015/01/01	2030/12/31	1.265.700,00	1.259.700,00						-6.000,00
1.1.1.1.	01	2020 A 2	Matérias primas, ferramentas e conservação de bens		2020/01/01	2028/12/31								
1.1.1.1.	01	2020 A 2	Matérias-primas e subsidiárias	02/020101			582.301,00	565.391,00						-17.000,00
1.1.1.1.	01	2020 A 2	Conservação de bens	02/020203			460.503,00	460.501,00						1,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Recursos humanos		2022/01/01	2028/12/31								
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Pessoal em funções	02/01010491			8.310.000,00	8.668.995,00						358.995,00
1.1.1.1.	01	2022 A 13	Subsídio refeição	02/010113			1.087.516,00	1.052.516,00						-35.000,00
1.1.1.1.	02	2022 A 14	Contrato de emprego e inserção		2022/01/01	2028/12/31								
1.1.1.1.	02	2022 A 14	Subsídio refeição	02/010113			110.000,00	145.000,00						55.000,00
1.1.1.1.	02	2022 A 14	Programas ocupacionais	02/04090201			350.000,00	410.000,00						60.000,00
2.			Funções sociais				5.295.712,06	5.290.212,06						-5.500,00
2.1.			Educação				325.000,00	323.500,00						-1.500,00
2.1.2.			Serviços auxiliares				325.000,00	323.500,00						-1.500,00
2.1.2.	03	2015 A 29	Ação social escolar	02/020115	2015/01/01	2028/12/31	325.000,00	323.500,00						-1.500,00
2.3.			Segurança e ação sociais					9.500,00						9.500,00
2.3.2.			Ação social					9.500,00						9.500,00
2.3.2.	01	2023 A 10	Organismo participativo sénior	02/020105	2023/01/01	2028/12/31		9.500,00						9.500,00
2.4.			Habituação e serviços colectivos				3.061.300,00	3.061.300,00						
2.4.5.			Resíduos sólidos				3.061.300,00	3.061.300,00						
2.4.5.	01	2015 A 5	Resíduos Urbanos		2015/01/01	2034/12/31								
2.4.5.	01	2015 A 5	Tratamento de resíduos sólidos	02/0202092			2.785.503,00	2.502.850,00						117.000,00
2.4.5.	01	2015 A 5	Tratamento de águas residuais	02/0202093			275.503,00	158.350,00						-117.000,00
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				1.909.412,06	1.895.912,06						-13.500,00
2.5.1.			Cultura				108.000,00	96.000,00						-12.000,00
2.5.1.	03	2021 A 11	Atividades da biblioteca e arquivos	02/010120	2021/01/01	2028/12/31	84.000,00	73.000,00						-11.000,00
2.5.1.	03	2022 A 15	Geminapções	02/010213	2022/01/01	2028/12/31	24.000,00	23.000,00						-1.000,00
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer				1.801.412,06	1.799.912,06						-1.500,00
2.5.2.	12	2014 A 49	Concessão de subsídios/Comparticipações	02/040701	2014/01/01	2028/12/31	413.500,00	412.000,00						-1.500,00
2.5.2.	01	2021 A 9	Eventos desportivos	02/010105	2021/01/01	2028/12/31	13.158,56	14.158,56						1.000,00
2.5.2.	01	2024 A 7	Contratos Programa	02/040701	2024/01/01	2028/12/31	1.374.753,50	1.373.753,50						-1.000,00
3.			Funções económicas				640.500,00	643.000,00						2.500,00
3.4.			Comércio e turismo				265.500,00	263.000,00						-2.500,00
3.4.2.			Turismo				265.500,00	263.000,00						-2.500,00
3.4.2.	07	2014 A 45	Promoção turística (Festas, feiras e concursos)		2014/01/01	2028/12/31								
3.4.2.	07	2014 A 45	Outros bens	02/01012196			48.500,00	45.000,00						-3.500,00
3.4.2.	07	2014 A 45	Locação de outros bens	02/0101208			217.000,00	218.000,00						1.000,00
3.5.			Outras funções económicas				375.000,00	380.000,00						5.000,00
3.5.	01	2018 A 9	Quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município	02/06020305	2018/01/01	2028/12/31	375.000,00	380.000,00						5.000,00
4.			Outras funções				9.516.858,00	9.569.858,00	1.200.000,00	1.200.000,00				53.000,00
4.2.			Transferências entre administração				5.969.457,00	5.998.957,00	1.200.000,00	1.200.000,00				29.500,00
4.2.0.			Transferências entre administrações				5.969.457,00	5.998.957,00	1.200.000,00	1.200.000,00				29.500,00
4.2.0.	01	2018 A 8	Transferências entre instituições	02/00950104	2018/01/01	2040/12/31	201.957,00	202.457,00	1.200.000,00	1.200.000,00				500,00
4.2.0.	02	2018 A 2	Freguesias e unidos de freguesias	02/010101	2018/01/01	2029/12/31								
4.2.0.	02	2018 A 2	Freguesias	02/04950102			865.000,00	844.000,00						-21.000,00
Total :							23.705.187,06	24.055.187,06	1.200.000,00	1.200.000,00				350.000,00

ALTERAÇÃO NÚMERO : 52 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES NÚMERO 46 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 28/05/11/25

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA/ECONÔMICA

Objetivo (1)	Número do projeto		Descrição (3)	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação (13) = [7] - [6]	
	Código	Ano Tipo Número			Início (4)	Fim (5)	2025		Períodos seguintes					Outros (12)
							Dot. atual (6)	Dot. corrigida (7)	2026 (8)	2027 (9)	2028 (10)	2029 (11)		
4.2.0.	02	2019 A 2	Freguesias	02/06050102			4.602.500,00	4.952.500,00						50.000,00
4.3.			Diversas não específicas				3.547.401,00	3.570.901,00						23.500,00
4.3.0.			Diversas não especificadas				3.547.401,00	3.570.901,00						23.500,00
4.3.0.	03	2014 A 44	Atividade editorial	02/02022609	2014/01/01	2026/12/31	111.500,00	102.500,00						-9.000,00
4.3.0.	10	2015 A 3	Empreendedorismo social	02/020211	2015/01/01	2026/12/31	8.000,00	3.000,00						-5.000,00
4.3.0.	14	2015 A 11	Eventos Econômicos e empresariais	02/020315	2015/01/01	2026/12/31	55.600,00	59.000,00						4.000,00
4.3.0.	01	2022 A 1	Serviços especializados		2022/01/01	2026/12/31								
4.3.0.	01	2022 A 1	Serviços especializados diversos	02/02022607			28.900,00	33.400,00						12.500,00
4.3.0.	01	2022 A 1	Serviços especializados diversos	02/02022609			3.52.601,00	3.373.001,00						21.600,00
Total :							32.155.688,00	32.573.538,00	1.260.000,00	1.260.000,00				423.500,00

ALTERAÇÃO NÚMERO : 52 ALTERAÇÃO PRESEMPATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 46 DO ANO ORÇAMENTÁRIO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/11/27

Identificação do Objetivo : CLASSIFICADA FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORÇANTAL/ECONÔMICA

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação	Datas		Pagamentos						Modificação [13] = [7] - [5]		
	Código [2]	Ano Tipo Número			Início [4]	Fim [5]	2025		Períodos						
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2026 [8]	2027 [9]	2028 [10]	2029 [11]		Outros [12]	
1.			Funções gerais				1.563.528,00	1.503.528,00							-60.000,00
1.1.			Serviços gerais administração pública				1.563.528,00	1.503.528,00							-60.000,00
1.1.1.			Administração geral				1.563.528,00	1.503.528,00							-60.000,00
1.1.1.1.	18	2022 I 282	Aquisições diversas, máquinas e equipamentos	02/07011092	2022/02/22	2026/12/31	1.563.528,00	1.503.528,00							-60.000,00
2.			Funções sociais				1.103.999,00	769.499,00							-334.500,00
2.3.			Segurança e ação sociais				243.999,00	274.499,00							30.500,00
2.3.2.			Ação social				243.999,00	274.499,00							30.500,00
2.3.2.2.	02	2020 I 4	Inclusão da estratégia local de habitação - Programa 1º Direito	02/07010203	2020/01/01	2027/12/31	243.999,00	274.499,00							30.500,00
2.4.			Habitação e serviços colectivos				121.500,00	114.500,00							-7.000,00
2.4.7.			Abastecimento de Água				121.500,00	114.500,00							-7.000,00
2.4.7.01	01	2024 I 49	Execução e extensões de infraestruturas de abastecimento de água	02/07010497	2024/02/14	2026/12/31	121.500,00	114.500,00							-7.000,00
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				738.500,00	380.500,00							-358.000,00
2.5.1.			Cultura				738.500,00	380.500,00							-358.000,00
2.5.1.01	01	2023 I 23	Cine teatro de Santo Tirso	02/07010392	2023/01/01	2026/12/31	738.500,00	380.500,00							-358.000,00
4.			Outras funções				76.000,00	47.000,00							-29.000,00
4.3.			Diversas não especificas				76.000,00	47.000,00							-29.000,00
4.3.0.			Diversas não especificadas				76.000,00	47.000,00							-29.000,00
4.3.0.01	17	2024 I 13	Orçamento participativo jovem 2022 - Polidesportivo EB S. Martinho	02/07010495	2024/01/01	2026/12/31	76.000,00	47.000,00							-29.000,00
Total :							2.743.527,00	2.320.027,00							-423.500,00



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

11. 54.ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2025 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Presente para ratificação a 54.ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, aprovada por despacho do presidente da câmara municipal de cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco, junto à deliberação da câmara municipal de dezanove do corrente mês de fevereiro, o que consta das subsequentes doze folhas da presente minuta da ata.-----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto. -----

A assembleia municipal, no exercício da sua competência prevista no artigo 25.º, nº 1, alínea a), do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberou ratificar o aludido despacho do presidente da câmara, que aprovou a referida modificação orçamental, que inclui, entre outros, o projeto inscrito no Plano de Atividades Municipal (PAM) com o número 2018/A/8.-----

A presente deliberação foi tomada com trinta votos a favor, dois votos contra dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, Ilsa de Fátima da Silva Barbosa e Francisco da Silva Prata e oito abstenções, sendo seis abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, e duas abstenções dos membros eleitos enquanto inscrito na lista do CHEGA, os senhores Carlos Gabriel Machado de Sousa e Tiago da Silva Moreira Matos. -----



4. 54.ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2025 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente informação da Divisão Financeira, de treze do corrente mês de fevereiro, registada com o número mil duzentos e noventa e nove, que informa que por despacho do presidente da câmara municipal de cinco de dezembro, foi aprovada a 54.ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento, que inclui, entre outras, a verba prevista para o projeto inscrito no Plano de Atividades Municipal (PAM) 2018/A/8, a satisfazer pela classificação económica 02/08050104, que abrange os investimentos no âmbito dos protocolos de Delegação de Execução de Investimentos de Expansão do Sistema de Águas nas freguesias de União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira e Vila Nova do Campo, a executar pelas Águas do Norte. -----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor da aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da deliberação da câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo, proponho que a câmara municipal delibere remeter o aludido despacho, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer para integrante, para a assembleia municipal, para efeitos de ratificação, na parte respeitante ao reforço do projeto inscrito no Plano de Atividades Municipal (PAM) com o número 2018/A/8. -----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor. -----

Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL. -----

DESPACHO

54ª Modificação – GOP e ORÇAMENTO 2025

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 30/10/2025, item 4, nº 1-a), aprovar a 54ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025, com a diminuição no montante total de 40.968,31€ (quarenta mil, novecentos e sessenta e oito euros e trinta e um cêntimos), cujo teor passa a constituir as subseqüentes 7 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais para que seja possível o normal funcionamento do Município.

À Divisão Financeira, para execução.

Santo Tirso, 05 de dezembro de 2025

Presidente,



Dr.º Alberto Costa

6684





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

6785

Posta
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2025

MODIFICAÇÃO N.º 54

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 50

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES N.º 50

ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS N.º 48

Dezembro 2025

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

2025 : 1
686
F. Costa

ALTERAÇÃO NÚMERO 54 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 50 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/12/05 (ORÇAMENTO DO ANO : 2025)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D2	Aquisição de bens e serviços		20.406.303,92	17.068,31	10.820,49		20.412.551,74	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		20.406.303,92	17.068,31	10.820,49		20.412.551,74	
02	Aquisições bens serviços		20.406.303,92	17.068,31	10.820,49		20.412.551,74	
0201	Aquisições bens		5.037.009,67	10.634,23	4.778,09		5.042.865,81	
020102	Combustíveis e lubrificantes		189.000,00		3.500,00		185.500,00	
02010201	Gasolina	P	56.000,00		1.000,00		55.000,00	
02010202	Gasóleo	P	133.000,00		2.500,00		130.500,00	
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	P	3.825.258,76		778,09		3.824.480,67	
020115	Prémios condecorações e ofertas	P	777.291,79	10.134,23			787.426,02	
020117	Ferramentas e utensílios	P	1.600,00	500,00			2.100,00	
020121	Outros bens		243.859,12		500,00		243.359,12	
02012199	Outros bens	P	243.859,12		500,00		243.359,12	
0202	Aquisição serviços		15.369.294,25	6.434,08	6.042,40		15.369.685,93	
020202	Limpeza higiene	P	1.337.200,00	4.610,43			1.341.810,43	
020203	Conservação de bens	P	457.001,00	1.000,00			458.001,00	
020208	Locação de outros bens	P	782.192,60		1.000,00		781.192,60	
020210	Transportes	P	3.593.479,95		678,38		3.592.801,57	
020212	Seguros	P	260.000,00		634,12		259.365,88	
020213	Deslocações e estadias	P	91.396,74		1.687,00		89.709,74	
020217	Publicidade		47.000,00		852,90		46.147,10	
02021702	Divulgação Institucional		47.000,00		852,90		46.147,10	
0202170202	Campanhas promocionais	P	47.000,00		852,90		46.147,10	
020220	Outros trabalhos especializados		7.481.678,33	823,65	1.000,00		7.481.501,98	
02022002	Tratamento de resíduos sólidos	P	3.013.800,00		800,00		3.013.000,00	
02022003	Tratamento de águas residuais	P	158.500,00		200,00		158.300,00	
02022009	Serviços especializados diversos	P	4.309.378,33	823,65			4.310.201,98	
020225	Outros serviços		1.319.345,63		190,00		1.319.155,63	
02022599	Outros	P	1.319.345,63		190,00		1.319.155,63	
D4	Transferências e subsídios correntes		4.708.097,14	23.900,00	11.773,60		4.720.223,54	
D41	Transferências correntes		4.708.097,14	23.900,00	11.773,60		4.720.223,54	
D411	Administrações Públicas		844.000,00		11.773,60		832.226,40	
D4115	Administração Local		844.000,00		11.773,60		832.226,40	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		844.000,00		11.773,60		832.226,40	
04	Transferências correntes		844.000,00		11.773,60		832.226,40	
0405	Administração local		844.000,00		11.773,60		832.226,40	
040501	Continente		844.000,00		11.773,60		832.226,40	
04050102	Freguesias	P	844.000,00		11.773,60		832.226,40	
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo		3.864.097,14	23.900,00			3.887.997,14	
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS		3.864.097,14	23.900,00			3.887.997,14	
04	Transferências correntes		3.864.097,14	23.900,00			3.887.997,14	
0407	Instituições sem fins lucrativos		3.864.097,14	23.900,00			3.887.997,14	
Total de Despesas Correntes			21.250.303,92	17.068,31	22.594,09		21.244.778,14	
Total de Despesas de Capital								
Total de Despesas Efetivas			21.250.303,92	17.068,31	22.594,09		21.244.778,14	
Total de Despesas Não Efetivas								
Total			21.250.303,92	17.068,31	22.594,09		21.244.778,14	


(*) NOTAS:
(2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

697
Página: 2

ALTERAÇÃO NÚMERO 54 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 50 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/12/05 (ORÇAMENTO DO ANO : 2025)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas [1]	Designação	Tipo [2]	Dotações iniciais [3]	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas [7]=[3]+[4] +[5]+[6]	Observações
				Inscr./reforços [4]	Dim./anulações [5]	Créditos espec. [6]		
D5	040701	P	3.864.097,14	23.900,00			3.887.997,14	
	Outras despesas correntes		1.865.930,00		1.416,41		1.864.513,59	
	02		1.865.930,00		1.416,41		1.864.513,59	
	06		1.865.930,00		1.416,41		1.864.513,59	
	0602		1.865.930,00		1.416,41		1.864.513,59	
	060203		1.865.930,00		1.416,41		1.864.513,59	
	06020305	P	1.865.930,00		1.416,41		1.864.513,59	
D6	Aquisição de bens de capital		25.248.479,98		16.957,81		25.231.522,17	
	02		25.248.479,98		16.957,81		25.231.522,17	
	07		25.248.479,98		16.957,81		25.231.522,17	
	0701		25.248.479,98		16.957,81		25.231.522,17	
	070101	P	3.866.300,00		1.553,26		3.864.746,74	
	070103		3.852.700,00		6.340,29		3.846.359,71	
	07010301	P	891.700,00		704,29		890.995,71	
	07010302	P	613.500,00		799,00		612.701,00	
	07010303	P	59.500,00		337,00		59.163,00	
	07010305	P	2.288.000,00		4.500,00		2.283.500,00	
	070104		15.674.541,35		6.080,29		15.668.461,06	
	07010401	P	13.967.541,35		4.923,93		13.962.617,42	
	07010402	P	1.549.500,00		478,97		1.549.021,03	
	07010406	P	47.000,00		308,06		46.691,94	
	07010412	P	110.500,00		369,33		110.130,67	
	070110		1.503.528,00		2.000,00		1.501.528,00	
	07011002	P	1.503.528,00		2.000,00		1.501.528,00	
	070115	P	351.410,63		983,97		350.426,66	
	Total de Despesas Correntes		26.980.331,06	40.968,31	24.010,50		26.997.288,87	(*) NOTAS: (2) Tipo - campo de identif. do tipo de alteração: P se alteração permutativa M se alteração modificativa
	Total de Despesas de Capital		25.248.479,98		16.957,81		25.231.522,17	
	Total de Despesas Efetivas		52.228.811,04	40.968,31	40.968,31		52.228.811,04	
	Total de Despesas Não Efetivas							
	Total		52.228.811,04	40.968,31	40.968,31		52.228.811,04	

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2025		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2026 [8]	2027 [9]	2028 [10]		2029 [11]	Outros [12]
1.			Funções gerais				2.997.231,00	3.000.341,43	-220.000,00					3.110,43
1.1.			Serviços gerais administração pública				2.919.731,00	2.922.841,43	-170.000,00					3.110,43
1.1.1.			Administração geral				2.919.731,00	2.922.841,43	-170.000,00					3.110,43
1.1.1.1.	05	2015 A 9	Aquisição de serviços de limpeza	02/020202	2015/01/01	2030/12/31	1.259.700,00	1.264.310,43						4.610,43
1.1.1.1.	10	2015 A 26	Combustíveis e lubrificantes		2015/01/01	2030/12/31								
1.1.1.1.	10	2015 A 26	Gasolina	02/02010201			56.000,00	55.000,00						-1.000,00
1.1.1.1.	10	2015 A 26	Gasóleo	02/02010202			133.000,00	130.500,00	30.000,00					-2.500,00
1.1.1.1.	11	2015 A 27	Encargos com instalações, pessoal e outros	02/06020305	2015/01/01	2032/12/31	400.430,00	400.930,00						500,00
1.1.1.1.	01	2020 A 2	Matérias primas, ferramentas e conservação de bens		2020/01/01	2028/12/31								
1.1.1.1.	01	2020 A 2	Ferramentas e utensílios	02/020117			1.100,00	1.600,00						500,00
1.1.1.1.	01	2020 A 2	Conservação de bens	02/020203			457.001,00	458.001,00						1.000,00
1.1.1.1.	02	2021 A 1	Serviços prestados de tarefa e avença	02/010107	2021/01/01	2028/12/31	612.500,00	612.500,00	-200.000,00					
1.2.			Segurança e ordem pública				77.500,00	77.500,00	-50.000,00					
1.2.1.			Proteção civil e luta contra incêndios				77.500,00	77.500,00	-50.000,00					
1.2.1.1.	02	2021 A 3	Limpeza de vegetação espontânea	02/020202	2021/01/01	2029/12/31	77.500,00	77.500,00	-50.000,00					
2.			Funções sociais				4.463.602,64	4.483.068,26						19.465,62
2.1.			Educação				332.236,64	330.736,64	-1.500,00					-1.500,00
2.1.2.			Serviços auxiliares				332.236,64	330.736,64	-1.500,00					-1.500,00
2.1.2.1.	07	2014 A 26	Programa MIMAR	02/040701	2014/01/01	2028/12/31	201.736,64	201.236,64	-500,00					-500,00
2.1.2.2.	04	2022 A 18	Promoção do sucesso escolar	02/02022009	2022/01/01	2028/12/31	118.500,00	118.000,00	-500,00					-500,00
2.1.2.2.	03	2023 A 3	Promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos	02/02012199	2023/01/01	2028/12/31	12.000,00	11.500,00	-500,00					-500,00
2.3.			Segurança e acção sociais				246.766,00	245.231,62	-1.534,38					-1.534,38
2.3.2.			Ação social				246.766,00	245.231,62	-1.534,38					-1.534,38
2.3.2.1.	03	2014 A 13	Passeio anual sénior		2014/01/01	2028/12/31								
2.3.2.2.	03	2014 A 13	Alimentação - Refeições confeccionadas	02/020105			1.000,00	644,00	-356,00					-356,00
2.3.2.3.	03	2014 A 13	Prémios condecorações e ofertas	02/020115			35.000,00	35.500,00	500,00					500,00
2.3.2.4.	03	2014 A 13	Transportes	02/020210			188.500,00	187.821,62	-678,38					-678,38
2.3.2.5.	04	2014 A 46	Plano municipal de saúde		2014/01/01	2028/12/31								
2.3.2.6.	04	2014 A 46	Instituições sem fins lucrativos	02/040701			18.266,00	18.166,00	-100,00					-100,00
2.3.2.7.	04	2014 A 46	Outras	02/06020305			4.000,00	3.100,00	-900,00					-900,00
2.4.			Habituação e serviços colectivos				3.467.600,00	3.465.600,00	-2.000,00					-2.000,00
2.4.1.			Habituação				295.300,00	294.300,00	-1.000,00					-1.000,00
2.4.1.1.	01	2014 A 10	Subsídio de arrendamento, rendas e alugueres	02/020208	2014/01/01	2034/12/31	295.300,00	294.300,00	-1.000,00					-1.000,00
2.4.5.			Resíduos sólidos				3.172.300,00	3.171.300,00	-1.000,00					-1.000,00
2.4.5.1.	01	2015 A 5	Resíduos Urbanos		2015/01/01	2034/12/31								
2.4.5.2.	01	2015 A 5	Tratamento de resíduos sólidos	02/02022002			3.013.800,00	3.013.000,00	-800,00					-800,00
2.4.5.3.	01	2015 A 5	Tratamento de águas residuais	02/02022003			158.500,00	158.300,00	-200,00					-200,00
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				417.000,00	441.500,00	24.500,00					24.500,00
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer				417.000,00	441.500,00	24.500,00					24.500,00
2.5.2.1.	12	2014 A 49	Concessão de subsídios/Participações	02/040701	2014/01/01	2028/12/31	417.000,00	441.500,00	24.500,00					24.500,00
3.			Funções económicas				559.500,00	555.227,18	-4.272,82					-4.272,82
3.4.			Comércio e turismo				179.500,00	175.682,24	-3.817,76					-3.817,76
3.4.2.			Turismo				179.500,00	175.682,24	-3.817,76					-3.817,76
3.4.2.1.	07	2014 A 45	Promoção turística (Festas, feiras e concursos)		2014/01/01	2028/12/31								
3.4.2.2.	07	2014 A 45	Alimentação - Refeições confeccionadas	02/020105			38.000,00	37.577,91	-422,09					-422,09
3.4.2.3.	07	2014 A 45	Prémios condecorações e ofertas	02/020115			54.500,00	53.634,23	-865,77					-865,77
3.4.2.4.	07	2014 A 45	Campanhas promocionais	02/0202170202			47.000,00	46.147,10	-852,90					-852,90
3.4.2.5.	07	2014 A 45	Outros	02/02022599			5.500,00	5.310,00	-190,00					-190,00
3.4.2.6.	01	2019 A 8	Valorização turística de Monte de Córdova	02/020213	2019/01/01	2028/12/31	500,00		-500,00					-500,00
3.4.2.7.	03	2021 A 17	Atividades do turismo		2021/01/01	2028/12/31								
3.4.2.8.	03	2021 A 17	Prémios condecorações e ofertas	02/020115			32.000,00	31.500,00	-500,00					-500,00
Total :							7.638.333,64	7.657.578,93	-220.000,00					19.245,29

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIERSO

7189

ALTERAÇÃO NÚMERO : 54 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ACTIVIDADES NÚMERO 50 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/12/05

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO ATIVIDADES MUNICIPAL

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação [2]	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]				
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2025		Períodos seguintes							
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2026 [8]	2027 [9]	2028 [10]		2029 [11]	Outros [12]		
3.4.2.	03	2021 A 17	Deslocações e estadias	02/020213			2.000,00	1.513,00							-487,00	
3.5.			Outras funções económicas				380.000,00	379.544,94							-455,06	
3.5.	01	2018 A 9	Quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município	02/06020305	2018/01/01	2028/12/31	380.000,00	379.544,94							-455,06	
4.			Outras funções				5.936.458,00	5.935.112,58	10.000.000,00						-1.345,42	
4.2.			Transferências entre administração				1.046.457,00	1.034.683,40	10.000.000,00						-11.773,60	
4.2.0.			Transferências entre administrações				1.046.457,00	1.034.683,40	10.000.000,00						-11.773,60	
4.2.0.	01	2018 A 8	Transferências entre instituições	02/08050104	2018/01/01	2040/12/31	202.457,00	202.457,00	10.000.000,00							
4.2.0.	02	2018 A 2	Freguesias e uniões de freguesias	02/04050102	2018/01/01	2029/12/31	844.000,00	832.226,40							-11.773,60	
4.3.			Diversas não especificas				4.890.001,00	4.900.429,18							10.428,18	
4.3.0.			Diversas não especificadas				4.890.001,00	4.900.429,18							10.428,18	
4.3.0.	03	2014 A 44	Atividade editorial	02/02022009	2014/01/01	2028/12/31	107.500,00	106.323,65							-1.176,35	
4.3.0.	01	2016 A 8	Seguros	02/020212	2016/01/01	2032/12/31	259.500,00	258.865,88							-634,12	
4.3.0.	02	2018 A 10	Outras despesas	02/06020305	2018/01/01	2028/12/31	1.081.500,00	1.080.938,65							-561,35	
4.3.0.	14	2019 A 11	Eventos Económicos e empresariais	02/020115	2019/01/01	2028/12/31	59.000,00	70.000,00							11.000,00	
4.3.0.	01	2022 A 1	Serviços especializados	02/02022009	2022/01/01	2028/12/31	3.373.001,00	3.375.501,00							2.500,00	
4.3.0.	02	2024 A 9	ALMIC (Atlantic Innoblue Communities)	02/020213	2024/01/01	2028/01/01	9.500,00	8.800,00							-700,00	
Total :							13.956.791,64	13.973.749,45	9.780.000,00							16.957,81

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIRESO

ALTERAÇÃO NÚMERO : 54 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 48 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/12/05

7290

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação [3]	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]		
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2025		Períodos seguintes					
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2026 [8]	2027 [9]	2028 [10]		2029 [11]	Outros [12]
1.			Funções gerais				1.493.528,00	1.491.528,00						-2.000,00
1.1.			Serviços gerais administração pública				1.493.528,00	1.491.528,00						-2.000,00
1.1.1.			Administração geral				1.493.528,00	1.491.528,00						-2.000,00
1.1.1.1.	18	2002 I 282	Aquisições diversas, máquinas e equipamentos	02/07011002	2002/02/22	2028/12/31	1.493.528,00	1.491.528,00						-2.000,00
2.			Funções sociais				6.062.999,00	6.053.964,40						-9.034,60
2.1.			Educação				2.123.500,00	2.119.000,00						-4.500,00
2.1.1.			Ensino não superior				2.123.500,00	2.119.000,00						-4.500,00
2.1.1.1.	01	2022 I 4	Beneficiação da escola E.B. 2/3 da Agrala	02/07010305	2022/01/01	2027/12/31	2.123.500,00	2.119.000,00						-4.500,00
2.4.			Habituação e serviços colectivos				3.558.999,00	3.553.263,40						-3.735,60
2.4.2.			Ordenamento território				1.955.499,00	1.953.050,00						-2.449,00
2.4.2.1.	36	2023 I 46	Construção da Rua Capitão Salgueiro Maia, junto à Fábrica de Santo Thyrsos	02/07010401	2023/02/17	2026/12/31	1.911.500,00	1.910.000,00						-1.500,00
2.4.2.2.	09	2024 I 27	V.I.M. - Beneficiação da Via Inter municipal	02/07010401	2024/01/01	2027/12/31	43.500,00	43.050,00						-450,00
2.4.2.3.	13	2024 I 32	C. M. 1115 - Monte Córdova	02/07010401	2024/02/14	2027/12/31	499,00							-499,00
2.4.3.			Cemitérios				42.500,00	42.130,67						-369,33
2.4.3.2.			Cemitérios				42.500,00	42.130,67						-369,33
2.4.3.2.1.	01	2022 I 45	Ampliação do cemitério de S. Tomé de Negrelos	02/07010412	2022/01/01	2026/12/31	42.500,00	42.130,67						-369,33
2.4.4.			Saneamento				1.561.000,00	1.560.082,73						-917,27
2.4.4.1.	08	2014 I 21	Execução e extensões infraestruturas drenagem de águas residuais	02/07010402	2014/01/01	2028/12/31	1.549.500,00	1.549.021,03						-478,97
2.4.4.2.	06	2024 I 50	Constituição de servidões administrativas	02/070101	2024/09/11	2025/12/31	11.500,00	11.061,70						-438,30
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos				380.500,00	379.701,00						-799,00
2.5.1.			Cultura				380.500,00	379.701,00						-799,00
2.5.1.1.	01	2023 I 23	Cineteatro de Santo Tirso	02/07010302	2023/01/01	2028/12/31	380.500,00	379.701,00						-799,00
3.			Funções económicas				5.956.742,35	5.952.249,39						-4.492,96
3.3.			Transporte e comunicações				5.897.242,35	5.893.086,39						-4.155,96
3.3.1.			Rede viária urbana e rural				5.025.500,00	5.022.853,48						-2.646,52
3.3.1.1.	006	2003 I 9	Ligação Vila Nova Campo à estação ferroviária Lordelo	02/07010401	2003/01/01	2027/12/31	1.118.000,00	1.117.546,96						-453,04
3.3.1.2.	037	2004 I 23	Rotunda E.M. 644 e E.N. 105 - S. Tomé de Negrelos	02/07010401	2004/01/01	2026/12/31	97.000,00	96.523,10						-476,90
3.3.1.3.	007	2008 I 27	Requalificação Rua José Ferreira Oliveira e ruas adjacentes - S. Tomé Negrelos	02/07010401	2008/01/01	2026/12/31	193.000,00	192.564,13						-435,87
3.3.1.4.	020	2010 I 55	Requalificação da E.M. 558 - Reguenga	02/07010401	2010/01/01	2027/12/31	689.000,00	688.097,17						-902,83
3.3.1.5.	006	2012 I 13	Beneficiação, conservação e infraestruturização da rede viária municipal	02/07010401	2012/01/01	2027/12/31	1.081.500,00	1.086.000,00						4.500,00
3.3.1.6.	003	2015 I 12	Reabilitação da E.N. 318 - Agua Longa	02/070101	2015/01/01	2025/12/31	15.000,00	14.380,04						-619,96
3.3.1.7.	003	2019 I 11	Requalificação da ligação Ermida à 21 Poupa (AYEME)		2019/01/01	2027/12/31								
3.3.1.8.	003	2019 I 11	Terrenos	02/070101			100.000,00	99.505,00						-495,00
3.3.1.9.	003	2019 I 11	Viadutos, arruamentos e obras complementares	02/07010401			942.500,00	942.097,35						-402,65
3.3.1.10.	018	2019 I 39	Acordo quadro para obras conservação corrente rede viária municipal incluindo rodovia, espaços pedonais, ciclovias e áreas enquadramento	02/070115	2019/01/01	2025/12/31	26.000,00	25.433,93						-566,07
3.3.1.11.	003	2022 I 61	ligação de Santa Cruz ao CH - Monte de Córdova	02/07010401	2022/01/01	2026/12/31	476.000,00	475.518,84						-481,16
3.3.1.12.	011	2023 I 11	Plano de Intervenção - Conservação da rede viária municipal	02/07010401	2023/01/01	2027/12/31	45.000,00	44.064,56						-935,44
3.3.1.13.	012	2023 I 12	Rua do Tapado, Requalificação - Santo Tirso	02/07010401	2023/01/01	2027/12/31	242.000,00	241.122,40						-877,60
3.3.1.14.	013	2023 I 27	Rua Dr. Raul Augusto Castro Fernandes, Santo Tirso	02/07010401	2023/01/01	2027/12/31	500,00							-500,00
3.3.4.			Estacionamentos				871.742,35	870.232,91						-1.509,44
Total :							12.582.027,00	12.568.345,88						-13.681,12

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO

7391

ALTERAÇÃO NÚMERO : 54 ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO 48 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 DATA DE APROVAÇÃO 2025/12/05

Identificação do Objeto : CLASSIFICADOR FUNCIONAL

Tipo de Plano : PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tipo de Rubrica : CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto		Descrição [3]	Classificação [2]	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-) [13] = [7] - [6]			
	Código	Ano Tipo Número			Início	Fim	2025		Períodos seguintes						
							Dot. atual [6]	Dot. corrigida [7]	2026 [8]	2027 [9]	2028 [10]		2029 [11]	Outros [12]	
3.3.4.	02	2014 I 36	Rede de parques de estacionamento da cidade de Santo Tirso	02/07010401	2014/01/01	2027/12/31	97.000,00	96.620,87							-379,13
3.3.4.	03	2021 I 25	Requalificação do Parque da Feira Santo Tirso	02/07010401	2021/01/01	2026/12/31	774.000,00	773.612,04							-387,96
3.3.4.	04	2025 I 19	Parque estacionamento Soeiro Mendes da Maia	02/07010401	2025/02/13	2027/12/31	742,35								-742,35
3.4.			Comércio e turismo				59.500,00	59.163,00							-337,00
3.4.1.			Mercados e feiras				59.500,00	59.163,00							-337,00
3.4.1.	01	2016 I 28	Qualificação sistema equipamento coletivos cidade - Reabilitação mercado municipal e recinto da feira	02/07010303	2016/01/01	2026/12/31	59.500,00	59.163,00							-337,00
4.			Outras funções				321.000,00	319.569,75							-1.430,25
4.3.			Diversas não especificas				321.000,00	319.569,75							-1.430,25
4.3.0.			Diversas não especificadas				321.000,00	319.569,75							-1.430,25
4.3.0.	01	2011 I 35	Conservação e manutenção de edifícios municipais	02/07010301	2011/01/01	2027/12/31	230.000,00	229.295,71							-704,29
4.3.0.	01	2020 I 3	Orçamento participativo jovem 2020 - Parque Infantil Adaptado	02/070115	2020/01/01	2026/12/31	44.000,00	43.582,10							-417,90
4.3.0.	17	2024 I 13	Orçamento participativo jovem 2022 - Polidesportivo EB S. Martinho	02/07010406	2024/01/01	2026/12/31	47.000,00	46.691,94							-308,06
Total :							13.834.269,35	13.817.311,54							-16.957,81



Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL. foi feita a declaração de voto que consta das subseqüentes duas folhas da presente minuta da ata. -----

Pelos edis eleitos enquanto inscritos na lista do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores inscritos na lista do PS votaram favoravelmente porque, contrariamente aos vereadores da oposição, colocam sempre acima de tudo os superiores interesses da população e nunca iriam inviabilizar um investimento tão importante para a população na área do ciclo urbano da água que aqui está subjacente. -----

Não somos como os senhores vereadores inscritos na lista do PPD/PSD.IL que têm memória curta, é que, por um lado, afirmam que fazemos muitas obras em ano de eleições e, por outro, afirmam o contrário porque até sobrou muito dinheiro. Os eleitos do Partido Socialista não pensam nem sabem fazer política dessa forma. Quando votam qualquer matéria colocam sempre em cima da mesa os interesses da população, contrariamente à votação dos vereadores da oposição no sentido de inviabilizar a solução dos reais problemas da população.” -----





Ex.mo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

Alberto Costa

Santo Tirso, 19 de Fevereiro de 2026

Assunto: Ponto 4 – Ratificação da 54.ª Modificação às GOP e Orçamento

A presente proposta volta a expor um **padrão** (negativo) que, infelizmente, se tem tornado demasiado habitual na gestão municipal, desde logo com a ausência de planeamento, o imprevisto permanente e a incapacidade de assegurar que as decisões políticas são acompanhadas dos instrumentos orçamentais necessários.

Convém recordar, porque, por vezes a memória é curta, mas as atas não, que, já na reunião de 23 de dezembro os vereadores do PSD, alertavam para a inexistência de dotação orçamental suficiente para suportar os encargos plurianuais associados às obras de saneamento em epígrafe. Fizemo-lo por escrito, através de pedido de esclarecimentos, e fizemo-lo verbalmente em declaração de voto, onde ficou registado que não existia verba prevista no PPI para 2026 para suportar investimentos superiores a quatro milhões de euros.

Na altura, fomos acusados, como tantas vezes, de não estudarmos os dossiers. Hoje, ironicamente, estamos aqui precisamente porque estudámos o dossier, porque fomos vigilantes e porque exercemos o papel que a democracia nos atribuiu, que é o de **fiscalizar, questionar e impedir** que a gestão municipal se transforme num exercício de **voluntarismo político sem suporte técnico ou financeiro**.

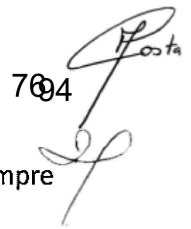
O que agora nos é pedido é que ratifiquemos um despacho do início de dezembro, aprovado de forma apressada e sem que existisse a necessária clarificação jurídica sobre se estávamos perante uma alteração permutativa ou modificativa. A própria informação dos serviços reconhece que não existe unanimidade doutrinária, que a fronteira entre tipos de alteração é tudo menos clara e que, perante a dúvida, se opta por trazer o assunto à Assembleia, que, em bom rigor, já deveria ter ocorrido para que a adjudicação pudesse ser feita.

Ou seja, mais uma vez, **primeiro decide-se, depois pergunta-se** se podia ter sido decidido. É uma forma curiosa de gerir dinheiros públicos. Ou, talvez não!

Mais grave ainda, esta modificação surge apenas porque, apesar de o executivo garantir que tudo estava previsto e enquadrado, **não estava**. Essa é a verdade. Foi necessário reforçar dotações à pressa, emitir cabimentos simbólicos de 1 euro para “marcar posição” no sistema, e só depois tentar regularizar o que deveria ter sido acautelado no momento da elaboração do orçamento.

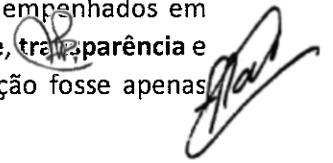
Isto **não é rigor. Não é planeamento**. Nunca foi, nem nunca será boa gestão.

É, isso sim, o resultado de opções políticas que privilegiam o **anúncio** sobre a **preparação**, a **pressa** sobre o **método** e a **narrativa** sobre a **responsabilidade**.



Por tudo isto, e apesar de reconhecermos a importância das obras em causa, que sempre defendemos, não podemos caucionar a forma como este processo foi conduzido.

Assim, abtemo-nos, reafirmando que continuaremos atentos, vigilantes e empenhados em garantir que o poder que o povo nos confiou é exercido com **responsabilidade, transparência** e rigor, mesmo quando isso incomoda **quem preferia** e prefere que a oposição fosse apenas decorativa e silenciosa. **Mas, essa, não é esta oposição.**



Os vereadores do Partido Social Democrata,

Ricardo Pereira

Fernando Vale

Alexandre Gonçalves

(Em substituição da vereadora Sara Lima)



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

Pela senhora Ilsa de Fátima da Silva Barbosa, eleita enquanto inscrita na lista da coligação do PPD/PSD.IL foi feita a seguinte declaração de voto:-----



Ponto 11 - 54.ª Modificação às GOP e Orçamento 2025

Exmo senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos deputados

Exmo senhor presidente da Câmara e demais vereadores

Caros membros do público e Comunicação Social Presentes

Em primeiro lugar, importa sublinhar que estamos perante mais uma alteração de natureza permutativa que, embora não altere o montante global da despesa efetiva, traduz uma sucessiva reconfiguração interna do orçamento municipal, com impacto relevante na sua coerência estratégica e na previsibilidade da execução financeira.

Apesar de formalmente neutra em termos de total orçamental, esta modificação concretiza ajustamentos que revelam insuficiências de planeamento inicial, nomeadamente na inscrição e calendarização de compromissos plurianuais associados aos protocolos de execução de obras no âmbito da expansão do sistema de águas, a executar pela empresa intermunicipal Águas do Norte.

Tal é somente resultado de mais uma falha do Executivo Municipal, a qual não podemos deixar passar em branco.

A opção de classificar estes encargos como “Transferências entre instituições”, fora do PPI, ainda que tecnicamente admissível, reduz a transparência política do investimento municipal. Trata-se de obras estruturantes, com impacto direto nas freguesias de Areias, Sequeiró, Lama, Palmeira e Vila Nova do Campo, cujo enquadramento orçamental deveria refletir claramente a sua natureza de investimento público estruturante, e não se diluir numa rubrica genérica de transferências.

Por outro lado, a assunção de encargos plurianuais significativos para 2026 e 2027 é remetida para futura alteração modificativa, através da integração do saldo de gerência de 2025. Esta solução, ainda que juridicamente enquadrável à luz da Lei dos Compromissos e do Regime Jurídico das Autarquias Locais, assenta numa expectativa futura de disponibilidade financeira que, à data, não se encontra materialmente consolidada. Tal opção limita-se a transferir para o



próximo exercício orçamental uma despesa relevante, sem que seja possível assumir neste momento, inscrição plena e inequívoca da respetiva cobertura.

Acresce que a técnica anteriormente utilizada de inscrição simbólica de 1 € para “cativação” do procedimento plurianual — adotada em processo idêntico — levanta reservas quanto à clareza e robustez do planeamento orçamental.

A sucessão de modificações permutativas, ainda que formalmente legais e coerentes do ponto de vista técnico, evidencia uma governação orçamental sem norte, meramente reativa e fruto disso dependente de ajustes excessivos, ao invés de uma governação estável e previsível.

Não está em causa a importância das intervenções do sistema de águas. Já várias vezes que alertamos para o facto de se continuar a falhar naquilo que é mais básico e na reduzida taxa de cobertura no Município. Assim sendo, saudamos este tipo de intervenções, lamentando apenas que as mesmas pequem por muito tardias.

O que está em causa é o método de inscrição, calendarização e compromisso financeiro adotado, que entendemos não assegurar o nível de previsibilidade, clareza e prudência financeira que deve orientar a gestão municipal.

Por essas razões — relativas à transparência orçamental, à robustez do enquadramento plurianual e à consistência do planeamento financeiro — votamos contra o Ponto 11.

Os eleitos pela Iniciativa Liberal,

Ilsa Barbosa
Francisco Prata



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

12. REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À ATIVIDADE CULTURAL – APROVAÇÃO. -----

Presente a deliberação da câmara municipal de vinte e três de dezembro último, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

Será anexa à ata da presente sessão e dela ficará a fazer parte integrante, cópia do Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Cultural, remetido pela câmara municipal, o que constituirá o anexo V da mesma.-----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrições sobre este assunto.-----

A assembleia municipal deliberou, no uso da sua competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Cultural, para entrar em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.-----

A presente deliberação foi tomada com vinte e oito votos a favor, dois votos contra dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, Ilsa de Fátima da Silva Barbosa e Francisco da Silva Prata e dez abstenções, sendo seis abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, três abstenções dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do CHEGA e uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos.-----



8. REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À ATIVIDADE CULTURAL – APROVAÇÃO. -----

Presente informação de dezasseis do corrente mês de dezembro, do Serviço de Programação Cultural, registada com o número nove mil setecentos e sessenta e um, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de dezoito de setembro último (item seis da respetiva ata), a proposta final de Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Cultural, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma. -----

Promoveu-se a consulta pública, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações, sugestões ou contributos por parte dos interessados. -----

Não obstante, e após nova análise técnica e jurídica ao projeto de regulamento aprovado pela referida deliberação da câmara municipal, foram identificados alguns lapsos materiais e de escrita, cuja correção se impõe, bem como a conveniência de introduzir ajustamentos pontuais, considerados úteis para reforçar a coerência interna do regulamento e a adequação do regime de apoios às necessidades do associativismo cultural local. -----

No entanto, tais ajustamentos, no entendimento dos serviços, não alteram o objeto, a finalidade nem a estrutura essencial do regulamento, traduzindo-se antes em clarificações e densificações do regime inicialmente projetado, considerando-se que as alterações introduzidas não colocam em causa o objeto, a finalidade ou a economia geral do regulamento, constituindo antes uma clarificação do âmbito inicialmente pretendido, pelo que não se afigura necessária a realização de nova consulta pública. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

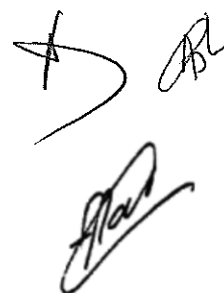
Considerando o teor da aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da deliberação da câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo;-----



Proponho que a câmara municipal, em conformidade com a sua competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse aprovar a referida proposta de Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Cultural e remeter o mesmo para a assembleia municipal para aprovação. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com seis votos a favor dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três abstenções dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, que fizeram a seguinte declaração de voto:

Ex.mo Senhor Presidente, da
Câmara Municipal de Santo Tirso
Alberto Costa



Santo Tirso, 23 de dezembro de 2025.

Assunto: Ponto 8 da Ordem do Dia - Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Cultural - Aprovação

A presente proposta resulta de um procedimento iniciado no mandato anterior, num momento em que não exercíamos funções executivas nem participávamos na condução política ou técnica do processo. Não tendo, por isso, participado na definição inicial do projeto de regulamento, nem na decisão de o submeter a consulta pública, pelo que entendemos que não nos cabe assumir responsabilidade política plena sobre o seu conteúdo originário.

Por outro lado, e apesar de reconhecermos o trabalho técnico desenvolvido pelos serviços e a importância do Regulamento, importa referir que a versão agora submetida à aprovação incorpora um conjunto de alterações introduzidas após o termo da consulta pública, designadamente:

1. A criação de limites mínimos de apoio financeiro (750 € e 500 €), inexistentes na versão inicial;
2. A alteração do regime de atribuição de apoios às Comissões de Festas, incluindo a possibilidade de atribuição antecipada;
3. A reformulação do artigo 21.º, com impacto direto nos critérios de comparticipação;
4. A modificação do procedimento documental exigido às entidades beneficiárias.

Estas alterações, embora justificadas pelos serviços como meras clarificações ou correções, configuram, na nossa leitura, modificações materiais do regime de apoios, com impacto real na posição jurídica dos destinatários.

Nesses termos, e à luz do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, consideramos que deveria ter sido ponderada nova realização de uma consulta pública, garantindo a participação dos interessados sobre a versão efetivamente proposta para aprovação.

Como se disse anteriormente, não estando em causa a importância do regulamento nem o mérito das alterações introduzidas, contudo subsistem dúvidas quanto ao cumprimento integral das exigências procedimentais aplicáveis., entendemos que a posição mais responsável e institucionalmente adequada é a abstenção.

Assim, entendemos que a posição mais responsável e institucionalmente adequada é a abstenção, dando nota da necessidade de em futuros procedimentos regulamentares, assegurar que todas as alterações com impacto material sejam devidamente sujeitas a consulta pública.

Os Vereadores do PPD/PSD,

Ricardo Pereira

Fernando Vale

Alexandre Gonçalves



(Em substituição da vereadora Sara Lima, por motivos de ausência inferior a trinta dias, nos termos do disposto nos artigos 78 e 79 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro)



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature in the top right corner.

A larger, stylized handwritten signature in the top right corner.

Pelo senhor Diogo Fontes Barroso, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.IL foi feita a seguinte declaração de voto:-----

Henrique

DGB

104 1/3

DECLARAÇÃO DE VOTO- PPD/PSD

Desde já se declara que os eleitos do PPD/PSD se mostram favoráveis à criação de um Regulamento que valorize as práticas culturais do nosso concelho, através de um enquadramento normativo que permita a atribuição de apoios às atividades desenvolvidas pelas associações locais.

Os diferentes grupos e associações culturais tirsenses desempenham um papel notável na preservação das tradições e costumes da nossa terra, ao mesmo tempo que dinamizam as localidades e promovem a coesão social. No mesmo sentido, as novas expressões artísticas, nas suas mais diversas formas, merecem particular atenção por parte da autarquia, por representarem uma mais-valia relevante para o desenvolvimento social e, também, económico.

O PSD defende uma política cultural estruturada e interventiva, reconhecendo aos poderes públicos um papel ativo na criação de condições para o florescimento artístico, designadamente através de mecanismos de financiamento.

Sem prejuízo do exposto, entendemos que estes apoios devem assentar em critérios rigorosos e regras claras, de modo a garantir equidade no tratamento das entidades e a reforçar a transparência na decisão e na aplicação de dinheiros públicos.

Na análise do Regulamento submetido a votação, identificámos alguns aspetos que nos suscitam interrogações quanto à sua exequibilidade e quanto às garantias de transparência.

Desde logo, o texto não é suficientemente claro quanto à necessidade de a proposta de atribuição, quando submetida a aprovação, discriminar os montantes concretos a atribuir a cada entidade, o que dificulta a perceção

pública do alcance efetivo de cada apoio e o controlo democrático do processo.

Uma segunda nota prende-se com a divulgação pública dos montantes: a norma aplicável remete apenas para “publicitação legal”, sem densificar o que deve, concretamente, ser tornado público, abrindo espaço a uma divulgação pouco informativa e insuficiente para efeitos de transparência e escrutínio. Para suprir esta lacuna, dever-se-ia considerar a possibilidade de prever expressamente um conteúdo mínimo de publicitação que incluía, pelo menos, a lista nominativa dos beneficiários, a tipologia do apoio, o montante atribuído e um fundamento sucinto, com indicação dos critérios aplicados.

Nesta linha, os eleitos do PSD sugerem que se reforcem os mecanismos de transparência, utilizando o sítio institucional do Município para divulgar de forma clara e acessível estes apoios e respetiva fundamentação, e recomendam igualmente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, nas comunicações regulares a esta Assembleia, apresente de forma sistematizada estes dados aos deputados municipais.

Acresce que identificamos uma indefinição relevante nos critérios que devem orientar a atribuição das verbas. Um elenco excessivamente amplo e pouco hierarquizado não promove maior justiça; pelo contrário, tende a aumentar a incerteza e a margem de discricionariedade, impedindo que as associações tenham previsibilidade sobre as condições e o grau de apoio com que poderão contar. Entendemos, por isto, que o Regulamento deixa demasiado dependente da avaliação subjetiva dos decisores uma matéria que exige objetividade e estabilidade, podendo suscitar dúvidas quanto aos fundamentos concretos das decisões de atribuição.

Um exemplo dessa fragilidade é a previsão de apoios “excepcionais” acima de limites previamente definidos, decididos de forma singular pelo Presidente da Câmara ou pelo Vereador com competências delegadas,

Henrique

106

surgindo essa possibilidade em vários pontos do texto, o que torna o regime menos coerente e menos controlável.

Assim, não por discordarmos do princípio do Regulamento e dos objetivos que prossegue, mas por persistirem reservas quanto à formulação adotada e às garantias de transparência, previsibilidade e controlo, os eleitos do PSD pronunciam-se pela abstenção.

Concluimos apelando a que se acompanhe de forma regular a implementação do Regulamento, com prestação pública de contas e avaliação anual dos apoios concedidos, designadamente quanto aos montantes atribuídos, aos critérios efetivamente utilizados e aos resultados alcançados.

Entendemos que a cultura local ganha quando existe um regime de apoio estável e ambicioso, mas ganha ainda mais quando esse regime é plenamente transparente, fundamentado e previsível.

BSM
Diogo Santos Barbosa
João Nuno Pereira

Maria Rui Veloso

Henrique Monteiro Cortes



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

Pelo senhor Francisco da Silva Prata, eleito enquanto inscrito na lista da coligação do PPD/PSD.IL foi feita a seguinte declaração de voto:-----



Ponto 12- Regulamento Municipal para apoio à Atividade Cultural

Exmo senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos deputados

Exmo senhor presidente da Câmara e demais vereadores

Caros membros do público e Comunicação Social Presentes

Em primeiro lugar, não podemos iniciar esta declaração de voto com uma mensagem de reconhecimento à importância da cultura, em particular a cultura Tirsense que tanto honra a nossa terra e que tão bem representam a nossa imagem fora do nosso Município.

Nesse sentido, pretendemos deixar uma palavra de profundo apreço a todos os artistas e a todas as direções das coletividades, que com poucos meios e apoios, de forma voluntária, abdicando do seu tempo livre, fazem tudo aquilo que lhes é possível para levar estas instituições para a frente, sendo as mesmas além de um espaço cultural um espaço formativo para muitos jovens que delas fazem parte.

Indo à matéria de facto, aproveitaríamos para saudar este regulamento, porque este poderia vir conferir maior dignidade aos apoios fornecidos às instituições culturais do nosso concelho.

Porém, entendemos que o mesmo é escasso, vem criar novas dificuldades e não resolve muitos dos problemas que a ausência de um regulamento trazia.

Em primeiro lugar, o regulamento começa por falhar na transparência de forma clamorosa e grave.

O artigo 7º refere “Princípio da redução a escrito 1. Por regra, os apoios concedidos no âmbito do presente regulamento não têm de ser reduzidos a escrito.”

No ponto 7,2 é referido “podem ser celebrados protocolos que permitam, especificamente, melhor definir as responsabilidades das partes, o montante da comparticipação, as formas de pagamento, o objeto do acordo, entre outras disposições diretamente relacionadas com a sua execução.”



Tal não deve ser uma possibilidade, mas sim uma obrigatoriedade. Ao não o fazer, promove-se a informalidade e a falta de transparência, não permitindo aos Municípios terem conhecimento dos montantes em causa, os objetivos do financiamento e a execução do mesmo. Como diz o ditado, “quem não deve não teme”.

Seguidamente, cria uma série de requisitos burocráticos para poder aceder ao financiamento. Poderíamos discutir sobre a real necessidade de alguns, dado que estas instituições têm normalmente equipas reduzidas na base do voluntariado, mas isto demonstra uma profunda contradição na atuação do Município e neste regulamento em particular:

Aos particulares e associações todas as garantias e documentação são exigidas, mas da parte do Município é tudo feito na maior das informalidades.

Relativamente ao artigo 12.º, que impõe a atualização anual do registo até 30 de abril e determina, em caso de incumprimento, a suspensão automática da inscrição — impedindo o agente cultural de se candidatar a qualquer tipo de apoio — importa refletir à luz do princípio da proporcionalidade, consagrado no artigo 266.º da Constituição e no Código do Procedimento Administrativo.

A consequência automática da suspensão, sem qualquer margem de apreciação ou mecanismo de regularização prévia, pode revelar-se excessiva, sobretudo quando estamos a falar de associações culturais locais, muitas delas compostas exclusivamente por voluntários, que acumulam responsabilidades profissionais e familiares com a dedicação à vida associativa.

Naturalmente, o Município deve assegurar o cumprimento das obrigações regulamentares e a atualização da informação. Contudo, deve também adotar uma postura equilibrada, que promova a participação cívica e não penalize de forma desproporcionada quem, apesar de eventuais atrasos formais, continua a desempenhar um papel relevante na dinamização cultural do concelho.

Nesse sentido, poderia ser prevista a possibilidade de prorrogação do prazo de apresentação dos documentos por mais 30 dias, mediante notificação prévia, permitindo a regularização voluntária antes da aplicação da suspensão. Esta solução salvaguarda o rigor administrativo, sem comprometer injustificadamente o acesso aos apoios municipais.

Quanto ao processo de concessão ou não dos fundos, choca-nos a previsão de inexistência (artigo 15.9) da possibilidade de recurso. Se as decisões têm de ser fundamentadas (e bem) o direito a recorrer das mesmas é absolutamente essencial. Sendo uma garantia conferida dentro do Estado de Direito Democrático, choca-nos que o Município se considere acima deste ou que

acredite ser uma impossibilidade ter errado, negando o direito ao recurso. Com isto, estamos potencialmente a retirar apoios a instituições que os mereceriam.



Não pretendendo dissecar todo os tipos de apoios possíveis e as regras para os mesmos, choca-nos novamente uma cláusula, presente dos artigos 16º a 21º

“ . Excecionalmente, ponderadas razões de manifesto interesse público e considerando a relevância do projeto e/ou iniciativa cultural apresentada, por decisão do/a Presidente da Câmara Municipal, ou do/a Vereador/a com competências delegadas para a área de gestão municipal responsável pela Cultura, podem ser decididos apoios superiores aos definidos no presente artigo”

Tal recorre apenas a um conceito indeterminado e por natureza profundamente vago “ ponderadas razões de manifesto interesse público e considerando a relevância do projeto e/ou iniciativa cultural apresentada” .

Ao longo do regulamento, não é feita uma única referência ao que é o manifesto interesse público. Tal permite ao Município continuar, de forma arbitrária, a distribuir apoios sem obedecer às regras que acima elencou.

Mais uma vez, com a previsão da não obrigatoriedade da redação a escrito dos contratos de apoio, pouco muda à inexistência de um regulamento.

O Executivo Municipal continua a poder de livre vontade decidir que Instituições quer apoiar, não tendo de obedecer a critérios de igualdade e eficiência na utilização dos incentivos, continua a ser pouco transparente e continua a não dar oportunidade aos Tirsenses de escrutinar onde é gasto o seu dinheiro.

Reconhecemos a importância da cultura, valorizamo-la, contrariamente ao que este regulamento faz. Aparentemente cheio de boas intenções, mas na prática, uma mão cheia de nada.

Por valorizarmos a cultura, por entendermos que esta merece dignidade mas que também os Tirsenses merecem transparência na gestão dos seus fundos, votamos contra o mesmo regulamento, na esperança que um novo seja redigido e aprovado, um regulamento que realmente regule e não deixe tudo na mesma ou pior.

Os eleitos pela Iniciativa Liberal

Ilsa Barbosa

Francisco Prata



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A large, stylized handwritten signature.

13. FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA O CORTEJO CARNAVALESCO.-----

Presente a deliberação da câmara municipal de dezanove do corrente mês de fevereiro, constante das subseqüentes três folhas da presente ata. -----

O senhor presidente da câmara fez uma pequena intervenção para explicação do assunto.

No momento da discussão não houve inscrição sobre o assunto. -----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 251/2026, conforme documento de requisição externa de despesa número 508/2026, de dez de fevereiro. -----

A assembleia municipal deliberou, com trinta e sete votos a favor e duas abstenções dos membros Ilsa de Fátima da Silva Barbosa e Francisco da Silva Prata, eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.IL, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir à freguesia de Negrelos (S. Tomé) um subsídio no montante de 665,00€ (seiscentos e sessenta e cinco euros), para ajudar a custear as despesas com a organização do cortejo de Carnaval de S. Tomé de Negrelos, que se realizou no dia quinze do corrente mês de fevereiro.-----

Não participou na votação deste ponto o presidente da junta da freguesia de Negrelos (S. Tomé).-----



6. FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA O CORTEJO CARNAVALESCO.-----

Presente email de sete de janeiro findo, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número seiscentos e quarenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização do cortejo de Carnaval de S. Tomé de Negrelos, que se realizou no dia quinze do corrente mês de fevereiro. -----

Do processo consta informação da Divisão de Programação Cultural, de quatro do corrente mês de fevereiro, registada com o novecentos e sessenta e nove, a propor a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização do referido evento. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que o cortejo de Carnaval da freguesia de S. Tomé de Negrelos é já uma tradição concelhia, que atrai àquela freguesia um elevado número de visitantes; -----

Considerando que os festejos de Carnaval são uma tradição popular, que deve ser apoiada pela câmara municipal; -----

Considerando o teor da aludida informação técnica, que aqui se tem por integralmente transcrita para todos os efeitos legais; -----

Considerando a competência da câmara municipal prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere apresentar à assembleia municipal proposta de atribuição de um subsídio no montante de 665,00 € (seiscentos e sessenta e cinco euros) à Freguesia de S. Tomé de Negrelos, para ajudar a custear as despesas com o referido evento. -----

A Freguesia de S. Tomé de Negrelos tem a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada pelo município ao sítio institucional na Internet da Autoridade Tributária e Aduaneira, no dia seis de janeiro findo, cuja informação assim obtida é válida por seis meses; e tem igualmente a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta



também efetuada pelo município ao Serviço Segurança Social Direta, na mesma data, cuja informação é igualmente válida por seis meses. -----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 510/2026. -----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 251/2026, conforme documento de requisição externa de despesa número 508/2026, de dez de fevereiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Pelos edis eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.IL., foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Os vereadores inscritos na lista do PPD/PSD.IL. não podem deixar de fazer referência à desigualdade de tratamento na atribuição de subsídios em relação ao mesmo tipo de eventos, neste caso o Carnaval de S. Tomé de Negrelos e o Carnaval de Roriz, em virtude da cor política das juntas de freguesia envolvidas.” -----

Pelos edis eleitos enquanto inscritos na lista do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“É lamentável a afirmação dos vereadores da oposição, a qual põe em causa o trabalho dos serviços e do executivo baseado no diálogo constante e permanente com as respetivas comissões de festas e juntas de freguesia. -----

Desigualdade de tratamento, é o que os vereadores da oposição, agora, querem fazer em relação às freguesias PPD e as outras freguesias de outra cor política. -----

O procedimento adotado é o mesmo em todas as situações, baseado no rigor e na transparência, nos termos do regulamento que já estamos a utilizar como base, apesar de só vir a ser aprovado numa próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

Não aceitamos lições de moral de quem inventa números e factos para tratar coisas

Reunião: ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 4 Fl. ~~88~~14
19 de fevereiro de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'F. Costa'.

A small, circular handwritten signature or stamp.

A large, stylized handwritten signature in black ink.

diferentes que, de facto, são iguais e que estão bem suportadas nos documentos, por isso votámos favoravelmente.” -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

A small, circular handwritten signature.

A larger, stylized handwritten signature.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

No início da sessão da assembleia municipal, o senhor presidente da assembleia lembrou que os cidadãos interessados em intervir teriam de fazer a sua inscrição até ao termo do período destinado à discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem do dia, de harmonia com o previsto no artigo 38.º do regimento da assembleia municipal. -----

Inscreveram-se para participar nesta reunião Octávio Manuel Gomes Araújo e Iva da Silva Guedes, conforme documentos que ficarão a constar da ata da presente sessão.-----

Seguidamente usou da palavra o senhor presidente para responder às intervenções anteriores, conforme ficará a constar da ata da presente sessão. -----



Assembleia Municipal de Santo Tirso

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.-----

A assembleia municipal, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovou por unanimidade a presente minuta da ata, da parte propriamente deliberativa da reunião, reservando para próxima reunião a aprovação da parte relativa às ocorrências verificadas.-----

A sessão ordinária do mês de fevereiro foi encerrada eram vinte e duas horas e quinze minutos.-----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem cento e dezasseis folhas, apenas utilizadas no anverso e dois documentos anexos (anexo I, relativo ao item seis e anexo II, relativo ao item sete), que eu *Maria Madalena Barros Moreira*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Fernando Benfanteiro Soares

Todas as deliberações constantes desta ata foram tomadas por votação nominal.-----

ANEXO I DA MINUTA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26/02/2026 (ITEM 6) Anexo II

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA							
	Chefe de Gabinete		1	0	0	0	Lugar ocupado em comissão de serviço ao abrigo da alínea b) do nº 1 do Art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que o titular não tem vínculo de emprego público nas modalidades de CTI ou CTR.
	Adjunto		1	0	0	0	Lugar ocupado em comissão de serviço ao abrigo da alínea b) do nº 1 do Art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que o titular não tem vínculo de emprego público nas modalidades de CTI ou CTR.
	Secretário		1	0	0	0	Lugar ocupado em comissão de serviço ao abrigo da alínea b) do nº 1 do Art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que o titular não tem vínculo de emprego público nas modalidades de CTI ou CTR.
GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO							
	Secretário		3	0	0	0	Lugares ocupados em comissão de serviço ao abrigo da alínea b) do nº 1 do Art.º 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que os titulares não têm vínculo de emprego público nas modalidades de CTI ou CTR.
GABINETE DE PROTEÇÃO DE DADOS							
	Especialista Sistemas e Tecnologias de Informação	-	1	1	0	0	
DIVISÃO DE MEDICINA VETERINÁRIA E BEM-ESTAR ANIMAL							
	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Veterinária	2	1	0	1	a)
	Assistente Técnico	-	3	3	0	0	
	Assistente Operacional	-	2	1	0	1	a)
SERVIÇO DE POLÍCIA MUNICIPAL							
	Comandante	-	1	0	0	1	
	Graduado-Coordenador	-	1	0	0	1	a)
	Agente	-	20	6	0	14	a)
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM							
	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Comunicação	3	1	0	2	a)

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
	Técnico Superior	Design Gráfico de Comunicação	3	2	0	1	a)
	Técnico Superior	Design	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Fotografia	1	0	0	1	a)
	Assistente Técnico	-	2	1	0	1	a)

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO CIVIL

	Diretor de Departamento	-	1	0	0	1	
SERVIÇOS PARTILHADOS	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
SERVIÇO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	0	0	1	a)
DIVISÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	Coordenador Municipal de Proteção Civil	-	1	0	0	1	
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
SERVIÇO DE GESTÃO DE RISCOS E PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA, INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA	Técnico Superior	Geografia	1	1	0	0	
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
SERVIÇO DE LOGÍSTICA E APOIO A OPERAÇÕES	Técnico Superior	Engenharia do Ambiente	1	1	0	0	
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
SERVIÇO DE CENTRO MUNICIPAL DE OPERAÇÕES MUNICIPAIS	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Florestal	2	1	0	1	a)
	Técnico Superior	Geografia	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	1	0	0	1	a)
	Assistente Operacional	-	5	2	0	3	a)

DIREÇÃO MUNICIPAL

	Diretor Municipal	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Jurídica	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	

DEPARTAMENTO JURÍDICO, FINANCEIRO E DA TRANSIÇÃO DIGITAL

	Diretor de Departamento	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
DIVISÃO FINANCEIRA	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE	Técnico Superior	Gestão Financeira	1	1	0	0	
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Contabilidade	4	2	0	2	a)
	Técnico Superior	Economia	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Gestão Financeira	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	3	0	0	3	a)
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	SERVIÇO DE TESOUREARIA	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1
Técnico Superior		x	2	1	0	1	a)
Coordenador Técnico		-	8	8	0	0	
Assistente Técnico		-	6	6	0	0	
Chefe de Serviço		-	1	0	0	1	
Técnico Superior		x	1	1	0	0	
Coordenador Técnico		-	5	5	0	0	
Assistente Técnico		-	2	2	0	0	
Chefe de Serviço		-	1	0	0	1	
Técnico Superior		x	1	0	0	1	a)
Coordenador Técnico		-	2	2	0	0	
Assistente Técnico		-	2	2	0	0	
SERVIÇO DE EXPEDIENTE GERAL	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Jurídica	2	1	0	1	a)
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	1	0	0	1	a)
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Contabilidade	1	0	0	1	a)
	Coordenador Técnico	-	4	4	0	0	
	Assistente Técnico	-	3	2	0	1	a)
	Assistente Operacional	-	1	1	0	0	
	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
DIVISÃO JURIDICA E DE EXECUÇÕES FISCAIS	Técnico Superior	Jurídica	8	5	0	3	a)
	Técnico Superior	Administração Pública	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	–	2	2	0	0	
	Assistente Técnico	–	3	1	0	2	a)
SERVIÇO DE CONTRAORDENAÇÕES E ELEIÇÕES	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	2	1	0	1	a)
	Técnico Superior	Jurídica	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	–	1	1	0	0	
SERVIÇO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	Assistente Técnico	–	1	0	0	1	a)
	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	1	0	0	1	a)
	Coordenador Técnico	–	1	1	0	0	
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	Assistente Técnico	–	1	0	0	1	a)
	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Gestão de Recursos Humanos	3	2	0	1	a)
	Técnico Superior	Segurança e Higiene do Trabalho	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	x	2	1	0	1	a)
	Coordenador Técnico	–	2	2	0	0	
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Assistente Técnico	–	2	1	0	1	a)
	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Especialista Sistemas e Tecnologias de Informação	–	5	4	0	1	a)
	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	–	5	3	0	2	a)
DIVISÃO DE PATRIMÓNIO	Assistente Técnico	–	1	1	0	0	
	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Contabilidade	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	–	2	1	0	1	a)

DEPARTAMENTO DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA, TERRITÓRIO E REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO							
	Diretor de Departamento	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	1	0	0	
DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	6	4	0	2	a)
	Técnico Superior	Arquitetura	5	4	0	1	a)

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
DIVISÃO DE PROJETOS	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Arquitetura	10	6	0	4	a)
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Mecânica	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Arquitetura Paisagista	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Engenharia Civil	4	3	0	1	a)
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	2	1	0	1	a)
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	1	0	0	
DIVISÃO DE EMPREITADAS	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	7	5	0	2	a)
	Técnico Superior	Segurança e Higiene do Trabalho	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Eletronica e Computadores	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Eletrotécnica	1	0	0	1	a)
DIVISÃO DE MOBILIDADE E GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Arquitetura	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Engenharia Civil	4	1	0	3	a)
	Assistente Técnico	-	1	0	0	1	a)
SERVIÇO DE GESTÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	1	0	0	1	a)
	Assistente Operacional	-	9	7	0	2	a)
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Jurídica	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	0	0	1	a)
	Fiscais	-	7	3	0	4	a)
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
DIVISÃO DE ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Arquitetura	4	3	0	1	a)
	Técnico Superior	Engenharia Geográfica	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Geografia	3	2	0	1	a)

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
SERVIÇO DE CADASTRO E CARTOGRAFIA	Coordenador Técnico	-	5	5	0	0	
	Assistente Técnico	-	2	1	0	1	a)
	Assistente Operacional	-	1	1	0	0	
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
SERVIÇO DE PLANEAMENTO	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
DIVISÃO DE SIG	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Geografia	1	1	0	0	
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	2	2	0	0	
SERVIÇO DE TRANSPORTES	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Encarregado Operacional	-	3	2	0	1	a)
	Assistente Operacional	-	32	18	0	14	a)
SERVIÇOS OPERACIONAIS	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Encarregado Operacional	-	3	3	0	0	
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS	Assistente Operacional	-	30	12	0	18	a)
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Civil	4	1	0	3	a)
	Assistente Técnico	-	1	0	0	1	a)
SERVIÇO DE APOIO AOS EVENTOS	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Som e Imagem	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	x	1	0	0	1	a)
	Assistente Técnico	-	3	1	0	2	a)
	Assistente Operacional	-	4	1	0	3	a)
SERVIÇOS URBANOS	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Encarregado Operacional	-	5	2	0	3	a)
	Assistente Operacional	-	50	24	0	26	a)



Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Arquitetura Paisagista	3	2	0	1	a)
	Técnico Superior	Engenharia do Ambiente	2	1	0	1	a)
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Biológica	1	1	0	0	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	–	1	1	0	0	
SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO	Assistente Técnico	–	1	0	0	1	a)
SERVIÇO DE RESÍDUOS	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
SERVIÇO DE GESTÃO AMBIENTAL	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, EMPREGO E CULTURA							
	Diretor de Departamento	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	História	1	1	0	0	
DIVISÃO DE PATRIMÓNIO E MUSEUS	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	História	2	2	0	0	
	Técnico Superior	Arqueologia	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Arquitetura	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Belas Artes/História das Artes	2	0	0	2	a)
	Técnico Superior	Museologia	2	0	0	2	a)
	Coordenador Técnico	–	2	1	0	1	a)
SERVIÇO DE TURISMO	Assistente Técnico	–	26	6	0	20	a)
SERVIÇO DE TURISMO	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Gestão Empresas Turísticas	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Turismo	3	2	0	1	a)
	Técnico Superior	Marketing Turístico	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	–	2	0	0	2	a)
Assistente Operacional	–	1	0	0	1	a)	
SERVIÇO DE EMPREGO E INSERÇÃO PROFISSIONAL	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Gestão de Recursos Humanos	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	–	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	–	1	0	0	1	a)
	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL	Técnico Superior	Jornalismo Internacional	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Gestão Empresas Turísticas	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Programação Cultural	1	0	0	1	a)
	Coordenador Técnico	–	2	2	0	0	
SERVIÇO DE APOIO À PROGRAMAÇÃO	Assistente Técnico	–	3	1	0	2	a)
	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
SERVIÇOS EDUCATIVOS	Técnico Superior	Literatura Comparada	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Educação	2	1	0	1	a)
DIVISÃO DA CULTURA	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Comunicação Social	1	1	0	0	
	Técnico Superior	História	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Sociologia	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	–	1	0	0	1	a)
	Assistente Técnico	–	5	2	0	3	a)
	Assistente Operacional	–	4	3	0	1	a)
	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	História/Ciências Documentais	2	2	0	0	
SERVIÇO DE GESTÃO DO CENTRO CULTURAL MUNICIPAL DE VILA DAS AVES	Técnico Superior	Comunicação Social	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Tradução	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Arquivo, Documentação e Informação	1	1	0	0	
	Técnico Superior	x	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	–	2	2	0	0	
	Assistente Técnico	–	4	2	0	2	a)
	Assistente Operacional	–	5	3	0	2	a)
	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Comunicação Social/Relações Públicas	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Engenharia Agrônoma	1	1	0	0	
DIVISÃO MUNICIPAL INVEST SANTO TIRSO	Técnico Superior	Economia	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Engenharia Civil	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Relações Internacionais	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Gestão de Empresas	1	0	0	1	a)

Anexo II

2025,DGFTD,I,I,9868 2025/12/18

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
SERVIÇO DE GESTÃO DE ESPAÇOS E PROJETOS EUROPEUS SERVIÇO DE ESPAÇO EMPRESA E EMPREENDEDORISMO	Técnico Superior	x	1	0	0	1	a)
	Coordenador Técnico	–	1	0	0	1	a)
	Assistente Técnico	–	3	2	0	1	a)
	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
DIVISÃO DE GESTÃO DE FUNDOS EUROPEUS	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Engenharia e Gestão Industrial	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Planeamento e Projeto Urbano	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Economia	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	–	1	0	0	1	a)

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Acadêmica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, COESÃO SOCIAL E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA							
	Diretor de Departamento	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Serviço Social	1	1	0	0	
DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Sociologia	2	1	0	1	a)
	Técnico Superior	Psicologia	5	3	0	2	a)
	Técnico Superior	Terapia Ocupacional	2	0	0	2	a)
	Técnico Superior	Educação Social	5	4	0	1	a)
	Coordenador Técnico	-	4	4	0	0	
	Assistente Técnico	-	5	1	0	4	a)
	Assistente Operacional	-	3	2	0	1	a)
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
SERVIÇO DE APOIO AO CONSUMIDOR	Técnico Superior	Ciências Sociais	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Psicologia	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	2	2	0	0	
SERVIÇO DE REDE SOCIAL	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Educação Social	4	1	0	3	a)
	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA	Técnico Superior	Serviço Social	7	4	0	3	a)
	Técnico Superior	Sociologia	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Educação/Educação Social	3	1	0	2	a)
	Técnico Superior	Psicologia	1	1	0	0	
DIVISÃO DE HABITAÇÃO	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
DIVISÃO DE DESPORTO E JUVENTUDE	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Educação Física/Desporto	17	8	0	9	a)
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	9	4	0	5	a)
	Assistente Operacional	-	10	6	0	4	a)
SERVIÇO DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Coordenador Técnico	-	2	1	0	1	a)
SERVIÇO DE GESTÃO DA PISCINA MUNICIPAL	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	
	Coordenador Técnico	-	2	2	0	0	
SERVIÇO DE GESTÃO DA PROGRAMAÇÃO DESPORTIVA	Chefe de Serviço	-	1	0	0	1	

Atribuições/Competências/Atividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Numero de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTR	Por ocupar	OBS
SERVIÇO DE JUVENTUDE E VOLUNTARIADO	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	Ciências de Educação	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Serviço Social	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	–	1	0	0	1	a)
	Assistente Técnico	–	2	0	0	2	a)
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	Chefe de Divisão		1	0	0	1	
	Técnico Superior	Sociologia	2	2	0	0	
	Técnico Superior	Terapia da Fala	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Educação Física/Desporto	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Educação/Educação Social	6	5	0	1	a)
	Técnico Superior	História	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Psicologia	2	1	0	1	a)
	Técnicos de Atividades de Enriquecimento Curricular	Técnicos de Atividades de Enriquecimento Curricular	70	0	52	18	b)
	Coordenador Técnico	–	7	6	0	1	a)
	Assistente Técnico	–	51	44	0	7	a)
	Encarregado Operacional	–	12	1	0	11	a)
	Assistente Operacional	–	453	231	22	200	a) e b) *
SERVIÇO DE PROJETOS E PROGRAMAS EDUCATIVOS	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
SERVIÇO DE PLANEAMENTO E GESTÃO ESCOLAR	Chefe de Serviço	–	1	0	0	1	
DIVISÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR	Chefe de Divisão	–	1	0	0	1	
	Técnico Superior	x	2	2	0	0	
	Técnico Superior	Psicologia	1	0	0	1	a)
	Técnico Superior	Nutricionista	5	3	0	2	a)
	Assistente Técnico	–	1	0	0	1	a)
	Assistente Operacional	–	12	8	0	4	a)

LEGENDA:

- a) os lugares vagos previstos referem-se a atividades de natureza permanente;
b) os lugares vagos previstos referem-se a atividades de natureza transitória;

* Assistentes operacionais dos agrupamentos das escolas e escola não agrupada - 120 lugares são necessidades permanentes; 80 são necessidades transitórias (substituições).



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ANEXO I

DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS DOS JÚRIS DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O RECRUTAMENTO DE CARGOS DIRIGENTES

1. Na dependência direta do presidente da câmara:

Divisão de Medicina Veterinária e Bem-estar Animal – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Nuno Jorge Ribeiro Carneiro Pereira, Chefe da Divisão Municipal de Saúde Pública e Bem-Estar Animal do município do Porto.

Vogais: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Diretora do Departamento Jurídico do município de Guimarães e Sandra Marisa Ferreira Barros, Chefe da Divisão de Saúde e Integração Comunitária do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Serviço de Polícia Municipal – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: António Magalhães, Comandante da Polícia Municipal do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Diretora do Departamento Jurídico do município de Guimarães e Daniel Gonçalves Oliveira, Chefe da Divisão Operacional de Polícia Municipal do município de Guimarães.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Divisão de Comunicação e Imagem – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Jacinta Maria de Oliveira Monteiro Soares Batista, Chefe da Divisão do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do município de Matosinhos.

Vogais: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia e Fernando Amadeu Ribeiro Gomes, Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação do município da Maia.

Suplente: Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Direção Municipal – Cargo de Direção Superior de 1.º Grau

Presidente: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor da Direção Municipal de Serviços Partilhados do município de Matosinhos.

Vogais: Nuno Alfredo de Castro, Diretor da Direção Municipal de Gestão Autárquica do município de Vila do Conde e Paulo Manuel Mendes Gomes, Diretor da Direção Municipal de Projetos Especiais e Investimento do município de Matosinhos.

Suplente: José Eugénio de Barros Duarte, Diretor da Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano do município do Porto.

Departamento de Proteção Civil – Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau

Presidente: Susana Maria de Sousa Gonçalves, Diretora do Departamento de Proteção Civil do município de Matosinhos.

Vogais: Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia e Luís Alexandre Pereira dos Santos Moutinho, Diretor do Departamento de Proteção Civil do município do Porto.

Suplente: Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

2. Na dependência da Direção Municipal:

**Departamento Jurídico, Financeiro e da Transição Digital – Cargo de
Direção Intermédia de 1.º Grau**

Presidente: Júlia Zélia de Freitas Ribeiro, Diretora de Departamento de Atendimento Municipal e Inovação do município de Gondomar.

Vogais: Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde e Pedro Miguel Carvalho Araújo Pereira Horta, Diretor do Departamento Jurídico do município de Vila do Conde.

Suplente: Nuno Alfredo de Castro, Diretor da Direção Municipal de Gestão Autárquica do município de Vila do Conde.

**Departamento da Transição Climática, Território e Requalificação do
Espaço Público – Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau**

Presidente: Diana Rosa Amaral Gomes, Diretora do Departamento de Gestão do Território do município de Vila do Conde.

Vogais: Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde e José Cândido Barbosa Castelo Grande, Diretor do Departamento de Gestão de Frota do município de Gondomar.

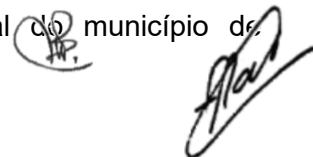
Suplente: Nuno Alfredo de Castro, Diretor da Direção Municipal de Gestão Autárquica do município de Vila do Conde.

**Departamento de Desenvolvimento Económico, Emprego e Cultura –
Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau**

Presidente: Marta da Conceição Alves Pereira Tavares Miranda, Diretora do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto do município de Vila do Conde.

Vogais: Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde e António Ponte, Diretor do Museu Nacional Soares dos Reis.

Suplente: Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.



Departamento de Habitação, Coesão Social e Promoção da Qualidade de Vida - Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau

Presidente: Lília Cristina Matos Pinto Prendas, Diretora do Departamento de Intervenção Social do município de Matosinhos.

Vogais: Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia e Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.

Suplente: Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

3. Na dependência do Departamento de Proteção Civil:

Serviços Partilhados – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeiro do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Pedro Miguel Martins Silva Almeida, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Matosinhos e Carmo Pereira Marques Martins, Chefe da Divisão de Apoio e Atendimento ao Município do município de Guimarães.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Serviço de Segurança Contra Incêndios em Edifícios - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Ana Cristina Bessa Ferreira, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo do município de Paredes.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Vogais: Pedro Miguel Martins Silva Almeida, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Matosinhos e Cristiana Maria Dias Justo Morais Caldas, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística do município de Vila Nova de Famalicão.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Serviço de Gestão de Riscos e Planeamento de Emergência, Informação e Sensibilização Pública – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Susana Maria de Sousa Gonçalves, Diretora do Departamento de Proteção Civil do município de Matosinhos.

Vogais: Pedro Miguel Martins Silva Almeida, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Matosinhos e António Miguel Monteiro Branco da Costa Rodrigues, Coordenador do Serviço de Proteção Civil do município de Paredes.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Serviço de Logística e Apoio a Operações – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Susana Maria de Sousa Gonçalves, Diretora do Departamento de Proteção Civil do município de Matosinhos.

Vogais: Pedro Miguel Martins Silva Almeida, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Matosinhos e António Miguel Monteiro Branco da Costa Rodrigues, Coordenador do Serviço de Proteção Civil do município de Paredes.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Serviço de Centro Municipal de Operações Municipais – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Susana Maria de Sousa Gonçalves, Diretora do Departamento de Proteção Civil do município de Matosinhos.

Vogais: Pedro Miguel Martins Silva Almeida, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Matosinhos e António Miguel Monteiro Branco da Costa Rodrigues, Coordenador do Serviço de Proteção Civil do município de Paredes.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Divisão de Gestão Florestal – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Susana Maria de Sousa Gonçalves, Diretora do Departamento de Proteção Civil do município de Matosinhos.

Vogais: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Diretora do Departamento Jurídico do município de Guimarães e Carlos Jorge Pinto Sousa, Chefe da Divisão de Ambiente do município de Paredes.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

4. Na dependência do Departamento Jurídico, Financeiro e da Transição Digital:

Divisão da Modernização Administrativa e da Qualidade – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Júlia Zélia de Freitas Ribeiro, Diretora de Departamento de Atendimento Municipal e Inovação do município de Gondomar.

Vogais: Sandra Manuela Oliveira Silva, Chefe da Divisão de Juventude, Turismo e Modernização Administrativa do município de Vila Nova de Famalicão e Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia.

Suplente: Paula Carina Carvalho e Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do município de Felgueiras.



Serviço Espaço do Município – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeiro do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Carmo Pereira Marques Martins, Chefe da Divisão de Apoio e Atendimento ao Município do município de Guimarães e Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos.

Suplente: Júlia Zélia de Freitas Ribeiro, Diretora de Departamento de Atendimento Municipal e Inovação do município de Gondomar.

Serviço de Expediente Geral – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeiro do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Paula Carina Carvalho e Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do município de Felgueiras e Marisa Gisela Soares das Neves, Chefe da Unidade de Auditoria e Controlo de Gestão do município da Maia.

Suplente: Júlia Zélia de Freitas Ribeiro, Diretora de Departamento de Atendimento Municipal e Inovação do município de Gondomar.

Divisão de Contratação Pública – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Anabela Rosa Silva Carmo Reis, Chefe da Divisão de Contratação Pública do município de Vila do Conde.

Vogais: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão e Sónia Cristina Paiva, Chefe da Divisão de Aproveitamento e Património do município de Paredes.

Suplente: Manuel Fernando Vaz Ribeiro, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Penafiel.



Serviço de Compras - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Sónia Cristina Paiva, Chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património do município de Paredes.

Vogais: Anabela Rosa Silva Carmo Reis, Chefe da Divisão de Contratação Pública do município de Vila do Conde e Manuel Fernando Vaz Ribeiro, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Penafiel.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Divisão Financeira – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Célia Pinheiro Castro, Diretora de Departamento de Finanças do município de Paços de Ferreira.

Vogais: Manuel Fernando Vaz Ribeiro, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Penafiel e Ana Paula Vieira Garcês Ribeiro, Chefe da Divisão de Financiamentos e Tesouraria do município de Paredes.

Suplente: Elisabete Marina Valente Barbosa Ferreira, Chefe da Divisão de Contabilidade do município de Paredes.

Serviço de Tesouraria - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Elisabete Marina Valente Barbosa Ferreira, Chefe da Divisão de Contabilidade do município de Paredes.

Vogais: Carolina Rosa Gonçalves Silva, Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Unidade de Financiamentos Comunitários do município de Paredes e Manuel Fernando Vaz Ribeiro, Diretor do Departamento de Recursos Humanos do município de Penafiel.

Suplente: Célia Pinheiro Castro, Diretora de Departamento de Finanças do município de Paços de Ferreira.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Contabilidade – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Célia Pinheiro Castro, Diretora de Departamento de Finanças do município de Paços de Ferreira.

Vogais: Elisabete Marina Valente Barbosa Ferreira, Chefe da Divisão de Contabilidade do município de Paredes e Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Suplente: Carolina Rosa Gonçalves Silva, Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Unidade de Financiamentos Comunitários do município de Paredes.

Divisão de Sistemas de Informação – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Carlos Bruno Antunes Oliveira, Diretor do Departamento de Sistemas de Informação do Município de Matosinhos.

Vogais: Carlos Manuel Malhado Delgado, Chefe de Divisão de Aplicações Informáticas e Inovação do Município de Matosinhos e Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora de Departamento de Gestão de Recursos Humanos do Município de Vila do Conde.

Suplente: Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos.

Divisão Jurídica e de Execuções Fiscais – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Pedro Miguel Carvalho Araújo Pereira Horta, Diretor do Departamento Jurídico do município de Vila do Conde.

Vogais: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão e Quintino Ferreira Pinto, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso do município de Vila Nova de Famalicão.

Suplente: Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Contraordenações e Eleições - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Marisa Gisela Soares das Neves, Chefe da Unidade de Auditoria e Controlo de Gestão do município da Maia.

Vogais: Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos e José António Moreira de Melo, Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Vila Nova de Gaia.

Suplente: Verónica de Brito Castro, Chefe da Divisão Administrativa do município de Paredes.

Serviço de Apoio aos Órgão Autárquicos - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Pedro Miguel Carvalho Araújo Pereira Horta, Diretor do Departamento Jurídico do município de Vila do Conde.

Vogais: Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos e Marisa Gisela Soares das Neves, Chefe da Unidade de Auditoria e Controlo de Gestão do município da Maia.

Suplente: Verónica de Brito Castro, Chefe da Divisão Administrativa do município de Paredes.

Divisão de Recursos Humanos – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Vogais: Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos e Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.



Divisão de Património – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Sónia Cristina Paiva, Chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património do município de Paredes.

Vogais: Elisabete Marina Valente Barbosa Ferreira, Chefe da Divisão de Contabilidade do município de Paredes e Paula Carina Carvalho e Silva, Chefe do Serviço de Recursos Humanos do município de Felgueiras.

Suplente: Ana Paula Vieira Garcês Ribeiro, Chefe da Divisão de Financiamentos e Tesouraria do município de Paredes.

5. Na dependência do Departamento da Transição Climática, Território e Requalificação do Espaço Público:

Divisão de Gestão Urbanística – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Ana Cristina Bessa Ferreira, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo do município de Paredes.

Vogais: Diana Rosa Amaral Gomes, Diretora do Departamento de Gestão do Território do município de Vila do Conde e Paula Carina Carvalho e Silva, Chefe do Serviço de Recursos Humanos do município de Felgueiras.

Suplente: Cristiana Maria Dias Justo Morais Caldas, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística do município de Vila Nova de Famalicão.

Divisão de Mobilidade e Gestão do Espaço Público – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Rui Manuel Antunes Baptista, Chefe da Divisão de Planeamento e Estudos Urbanísticos do município de Vila do Conde.

Vogais: José António Moreira Melo, Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Vila Nova de Gaia e Vítor Fernando da Silva Martins,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão.

Suplente: Cristiana Maria Dias Justo Morais Caldas, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística do município de Vila Nova de Famalicão.

Serviço de Gestão dos Transportes Públicos – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Paulo Alexandre Oliveira Bastos, Chefe da Divisão de Mobilidade, Vias e Segurança Rodoviária do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto, Chefe da Divisão de Intervenção Territorial do município de Felgueiras e Maria Isabel Gonçalves de Araújo Aguiar Pereira, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos do município de Gondomar.

Suplente: Paula Cristina Pereira Marques, Diretora do Departamento de Obras, Projetos e Mobilidade do município de Valongo.

Divisão de Projetos – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Paula Cristina Pereira Marques, Diretora do Departamento de Obras, Projetos e Mobilidade do município de Valongo.

Vogais: José Diogo Moreira Ferreira Silva, Chefe da Divisão de Gestão de Obras do município de Gondomar e Maria Isabel Gonçalves de Araújo Aguiar Pereira, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos do município de Gondomar.

Suplente: José Cândido Barbosa Castelo Grande, Diretor do Departamento de Gestão de Frota do município de Gondomar.

Serviço de Manutenção da Rede Viária Municipal - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Paulo Alexandre Oliveira Bastos, Chefe da Divisão de Mobilidade, Vias e Segurança Rodoviária do município de Vila Nova de Famalicão



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Vogais: Elisabete Mónica Vinha Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Operacional e Logística do município da Maia e Maria Isabel Gonçalves de Araújo Aguiar Pereira, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos do município de Gondomar.

Suplente: José Cândido Barbosa Castelo Grande, Diretor do Departamento de Gestão de Frota do município de Gondomar.

Divisão de Empreitadas - Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Paula Cristina Pereira Marques, Diretora do Departamento de Obras, Projetos e Mobilidade do município de Valongo.

Vogais: José Diogo Moreira Ferreira Silva, Chefe da Divisão de Gestão de Obras do município de Gondomar e Maria Isabel Gonçalves de Araújo Aguiar Pereira, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos do município de Gondomar.

Suplente: José Cândido Barbosa Castelo Grande, Diretor do Departamento de Gestão de Frota do município de Gondomar.

Divisão de Fiscalização - Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Maria Francisca Pinto Mora Pinto Magalhães, Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Cristiana Maria Dias Justo Morais Caldas, Chefe da Divisão de Gestão Urbanística do município de Vila Nova de Famalicão e Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Suplente: Diana Rosa Amaral Gomes, Diretora do Departamento de Gestão do Território do município de Vila do Conde.

Divisão de Ambiente e Sustentabilidade – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Gisela Cristina Afonso Martins, Chefe da Divisão do Ambiente do município de Valongo.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Vogais: Vítor Fernando da Silva Martins, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Formação do município de Vila Nova de Famalicão e Carlos Jorge Pinto Sousa, Chefe da Divisão de Ambiente do município de Paredes.

Suplente: Isac António Monteiro Reina Moreira, Chefe da Divisão de Serviços Ambientais do município da Póvoa de Varzim.

Serviço de Resíduos – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Gisela Cristina Afonso Martins, Chefe da Divisão do Ambiente do município de Valongo.

Vogais: Tânia Cristina da Silva Oliveira, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Póvoa de Varzim e Isac António Monteiro Reina Moreira, Chefe da Divisão de Serviços Ambientais do município da Póvoa de Varzim.

Suplente: Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Serviço de Gestão Ambiental – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Gisela Cristina Afonso Martins, Chefe da Divisão do Ambiente do município de Valongo.

Vogais: Tânia Cristina da Silva Oliveira, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Póvoa de Varzim e Isac António Monteiro Reina Moreira, Chefe da Divisão de Serviços Ambientais do município da Póvoa de Varzim.

Suplente: Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Serviço de Água e Saneamento – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Gisela Cristina Afonso Martins, Chefe da Divisão do Ambiente do município de Valongo.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Vogais: Tânia Cristina da Silva Oliveira, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Póvoa de Varzim e Isac António Monteiro Reis Moreira, Chefe da Divisão de Serviços Ambientais do município da Póvoa de Varzim.

Suplente: Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Ana Cristina Bessa Ferreira, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo do município de Paredes.

Vogais: Maria Isabel Macedo Vieira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Territorial do município de Vila Nova de Famalicão e Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Suplente: Diana Rosa Amaral Gomes, Diretora do Departamento de Gestão do Território do município de Vila do Conde.

Serviço de Cadastro e Cartografia – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Maria Francisca Pinto Mora Pinto Magalhães, Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Maria Isabel Macedo Vieira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Territorial do município de Vila Nova de Famalicão e Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Joana Espírito Santo Calvet Ferreira, Chefe da Divisão de Planeamento Territorial do município da Maia.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Planeamento - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Maria Francisca Pinto Mora Pinto Magalhães, Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Maria Isabel Macedo Vieira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Territorial do município de Vila Nova de Famalicão e Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Joana Espírito Santo Calvet Ferreira, Chefe da Divisão de Planeamento Territorial do município da Maia.

Divisão de SIG – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Ana Cristina Bessa Ferreira, Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo do município de Paredes.

Vogais: Maria Isabel Macedo Vieira, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Territorial do município de Vila Nova de Famalicão e Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Suplente: Diana Rosa Amaral Gomes, Diretora do Departamento de Gestão do Território do município de Vila do Conde.

Divisão de Serviços Gerais – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: José Henriques Soares, Chefe da Divisão de Conservação e Administração Direta do município de Paredes.

Vogais: Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia e José Diogo Moreira Ferreira Silva, Chefe da Divisão de Gestão de Obras do município de Gondomar.

Suplente: José António Moreira de Melo, Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Vila Nova de Gaia.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Transportes - Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau

Presidente: Elisabete Mónica Vinha Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Operacional e Logística do município da Maia.

Vogais: José António Moreira de Melo, Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Vila Nova de Gaia e Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Suplente: João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto, Chefe da Divisão de Intervenção Territorial do município de Felgueiras.

Serviços Operacionais – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: José António Moreira de Melo, Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Vila Nova de Gaia.

Vogais: José Henriques Soares, Chefe da Divisão de Conservação e Administração Direta do município de Paredes e Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Suplente: João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto, Chefe da Divisão de Intervenção Territorial do município de Felgueiras.

Serviço de Conservação dos Edifícios e Equipamentos Municipais – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: José António Moreira de Melo, Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Vila Nova de Gaia.

Vogais: José Henriques Soares, Chefe da Divisão de Conservação e Administração Direta do município de Paredes e Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.


Suplente: João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto, Chefe da Divisão de Intervenção Territorial do município de Felgueiras.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Apoio aos Eventos - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Maria Catarina Nunes Paiva Magalhães,  Chefe da Divisão de Cultura do município de Valongo.

Vogais: Paula Carina Carvalho e Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do município de Felgueiras e Elisabete Mónica Vinha Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Operacional e Logística do município da Maia.

Suplente: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia.

Serviços Urbanos - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: José António Moreira de Melo, Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Vila Nova de Gaia.

Vogais: Paula Carina Carvalho e Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do município de Felgueiras e Carlos Jorge Pinto Sousa, Chefe da Divisão de Ambiente do município de Paredes.

Suplente: João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto, Chefe da Divisão de Intervenção Territorial do município de Felgueiras.

6. Na dependência do Departamento de Desenvolvimento Económico, Emprego e Cultura:

Divisão de Gestão de Fundos Europeus – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Manuel Domingos Areal e Sousa, Diretor de Centro do Centro de Emprego de Santo Tirso da Delegação Regional do Norte.

Vogais: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia e Fernando Amadeu Ribeiro Gomes, Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação do município da Maia.

Suplente: João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto, Chefe da Divisão de Intervenção Territorial do município de Felgueiras.

Divisão Municipal Invest Santo Tirso – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Manuel Domingos Areal e Sousa, Diretor de Centro do Centro de Emprego de Santo Tirso da Delegação Regional do Norte.

Vogais: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia e Fernando Amadeu Ribeiro Gomes, Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação do município da Maia.

Suplente: João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto, Chefe da Divisão de Intervenção Territorial do município de Felgueiras.

Serviço de Gestão de Espaços e Projetos Europeus – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Francisco Jorge Freitas, Chefe de Serviço do Empreendedorismo do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia e Fernando Amadeu Ribeiro Gomes, Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação do município da Maia.

Suplente: Manuel Domingos Areal e Sousa, Diretor de Centro do Centro de Emprego de Santo Tirso da Delegação Regional do Norte.

Serviço de Espaço Empresa e Empreendedorismo – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Francisco Jorge Freitas, Chefe de Serviço do Empreendedorismo do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia e Fernando Amadeu Ribeiro Gomes, Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação do município da Maia.

Suplente: Manuel Domingos Areal e Sousa, Diretor de Centro do Centro de Emprego de Santo Tirso da Delegação Regional do Norte.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Turismo - Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau

Presidente: Sandra Manuela Oliveira Silva, Chefe da Divisão de Juventude, Turismo e Modernização Administrativa do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia e Maria José Mendes Costa Ferreira Santos, Chefe da Divisão de Cultura e Turismo do município de Penafiel.

Suplente: Maria Catarina Nunes Paiva Magalhães, Chefe da Divisão de Cultura do município de Valongo.

Serviço de Emprego e Inserção Profissional - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Fernando Amadeu Ribeiro Gomes, Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação do município da Maia.

Vogais: Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia e Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Suplente: Manuel Domingos Areal e Sousa, Diretor de Centro do Centro de Emprego de Santo Tirso da Delegação Regional do Norte.

Divisão de Património e Museus – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Rosário Correia Machado, Diretora das Rotas do Românico.

Vogais: Maria Antónia Dias da Silva, Chefe da Divisão de Cultura do município de Paredes e Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Carla Alexandra Machado de Araújo, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Arquivo do município de Vila Nova de Famalicão.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Divisão da Cultura – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Marta da Conceição Alves Pereira Tavares Mirante, Diretora do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto do município de Vila do Conde.

Vogais: Carla Alexandra Machado de Araújo, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Arquivo do município de Vila Nova de Famalicão e Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia

Suplente: Maria Antónia Dias da Silva, Chefe da Divisão de Cultura do município de Paredes.

Serviço de Gestão do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Rosário Correia Machado, Diretora das Rotas do Românico.

Vogais: Maria Antónia Dias da Silva, Chefe da Divisão de Cultura do município de Paredes e Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Carla Alexandra Machado de Araújo, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Arquivo do município de Vila Nova de Famalicão.

Serviço de Gestão da Biblioteca Municipal – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Rosário Correia Machado, Diretora das Rotas do Românico.

Vogais: Maria Catarina Nunes Paiva Magalhães, Chefe da Divisão de Cultura do município de Valongo e Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Carla Alexandra Machado de Araújo, Chefe da Divisão de Bibliotecas e Arquivo do município de Vila Nova de Famalicão.

Divisão de Programação Cultural - Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: António Ponte, Diretor do Museu Nacional Soares dos Reis.

Vogais: Marta da Conceição Alves Pereira Tavares Miranda, Diretora do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto do município de Vila do Conde e Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia.

Suplente: Fernando Paulo Pinto Leite Montenegro Salvador, Chefe da Divisão de Planeamento e Organização de Eventos do município de Paredes.

Serviço de Apoio à Programação – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: António Ponte, Diretor do Museu Nacional Soares dos Reis.

Vogais: Fernando Paulo Pinto Leite Montenegro Salvador, Chefe da Divisão de Planeamento e Organização de Eventos do município de Paredes e Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Suplente: Maria Antónia Dias da Silva, Chefe da Divisão de Cultura do município de Paredes.

Serviço Educativos - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: António Ponte, Diretor do Museu Nacional Soares dos Reis.

Vogais: Rosário Correia Machado, Diretora das Rotas do Românico e Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Suplente: Maria Antónia Dias da Silva, Chefe da Divisão de Cultura do município de Paredes.

7. Na dependência do Departamento de Habitação, Coesão Social e Promoção da Qualidade de Vida:

Divisão de Educação – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Margarida Maria Ferreira Cardoso, Chefe da Divisão de Educação do município de Paredes.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Vogais: Paula Cristina Costa Santos, Chefe da Divisão de Educação do município de Paços de Ferreira e Ana Maria Moreira Leal, Diretora do Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.

Serviço de Projetos e Programas Educativos – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Paula Cristina Costa Santos, Chefe da Divisão de Educação do município de Paços de Ferreira.

Vogais: Margarida Maria Ferreira Cardoso, Chefe da Divisão de Educação do município de Paredes e Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia.

Suplente: Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.

Serviço de Planeamento e Gestão Escolar – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Paula Cristina Costa Santos, Chefe da Divisão de Educação do município de Paços de Ferreira.

Vogais: Romeu Orlando Pereira Rodrigues, Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos e Lília Cristina Matos Pinto Prendas, Diretora do Departamento de Intervenção Social do município de Matosinhos.


Suplente: Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.

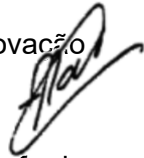


SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Divisão de Ação Social – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Carla Susana da Silva Henriques, Chefe da Divisão de Inovação Social do município de Valongo. 

Vogais: Catarina Natália Vasconcelos Almeida Pires Couto Viana, Chefe de Divisão de Promoção Social e Saúde do município de Matosinhos e Maria Inês de Figueiredo Dias Sousa Ribeiro, Diretora do Departamento Jurídico do município de Guimarães. 

Suplente: Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.

Serviço de Apoio ao Consumidor - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Pedro Miguel Nogueira Pires de Sousa, Diretor do TRIAVE – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa.

Vogais: Lília Cristina Matos Pinto Prendas, Diretora do Departamento de Intervenção Social do município de Matosinhos e Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos do município da Maia.

Suplente: Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.

Serviço de Rede Social - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Felismina Alexandra Silva, Chefe dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social do município de Vila do Conde.

Vogais: Ana Verónica Coelho da Rocha, Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Unidade de Igualdade e Intervenção Social do município de Paredes e Paula Carina Carvalho e Silva, Chefe do Serviço de Recursos Humanos do município de Felgueiras.

Suplente: Maria João Baptista Pinho, Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social do município de Paredes.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Apoio à Família - Cargo de Direção Intermédia de 3º Grau

Presidente: Sandra Marisa Ferreira Barros, Chefe da Divisão de Saúde e Integração Comunitária do município de Paços de Ferreira.

Vogais: Carla Susana da Silva Henriques, Chefe da Divisão de Inovação Social do município de Valongo e Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia

Suplente: Felismina Alexandra Silva, Chefe dos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social do município de Vila do Conde.

Divisão de Habitação – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Lília Cristina Matos Pinto Prendas, Diretora do Departamento de Intervenção Social do município de Matosinhos.

Vogais: Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia e Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social do município de Valongo.

Suplente: Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Divisão de Desporto e Juventude – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Susana do Céu Moreira Leão, Chefe da Divisão de Desporto do município de Valongo.

Vogais: Marta Daniela Silva Costa, Chefe da Divisão de Juventude do município de Valongo e Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia.

Suplente: Madalena Cristina Santos Casaca, Chefe da Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos do município de Paredes.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Serviço de Gestão dos Equipamentos Desportivos – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Rui Manuel Guimarães Ferreira Batista, Chefe da Divisão de Desporto e Saúde do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Susana do Céu Moreira Leão, Chefe da Divisão de Desporto do município de Valongo e Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Suplente: Jorge António Vieira Gomes, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade de Gestão de Piscinas Municipais e da Escola de Natação do município de Paredes.

Serviço de Gestão da Piscina Municipal – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Rui Manuel Guimarães Ferreira Batista, Chefe da Divisão de Desporto e Saúde do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Susana do Céu Moreira Leão, Chefe da Divisão de Desporto do município de Valongo e Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

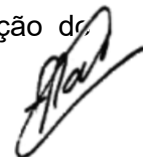
Suplentes: Jorge António Vieira Gomes, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade de Gestão de Piscinas Municipais e da Escola de Natação do município de Paredes.

Serviço de Gestão da Programação Desportiva – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Rui Manuel Guimarães Ferreira Batista, Chefe da Divisão de Desporto e Saúde do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Susana do Céu Moreira Leão, Chefe da Divisão de Desporto do município de Valongo e Maria Manuela Castro Gonçalves Lima, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Suplente: Jorge António Vieira Gomes, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade de Gestão de Piscinas Municipais e da Escola de Nataçãõ do município de Paredes.



Serviço de Juventude e Voluntariado – Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau

Presidente: Marta Daniela Silva Costa, Chefe da Divisão de Juventude do município de Valongo.

Vogais: Susana do Céu Moreira Leão, Chefe da Divisão de Desporto do município de Valongo e Joaquim Acácio Belo Faustino, Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral do município da Maia.

Suplente: Madalena Cristina Santos Casaca, Chefe da Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos do município de Paredes.

Divisão de Promoção da Saúde e Bem-estar - Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Presidente: Rui Manuel Guimarães Ferreira Batista, Chefe da Divisão de Desporto e Saúde do município de Vila Nova de Famalicão.

Vogais: Sandra Marisa Ferreira Barros, Chefe da Divisão de Saúde e Integração Comunitária do município de Paços de Ferreira e Ana Maria Moreira Leal, Diretora de Departamento do Trabalho do município de Paços de Ferreira.

Suplente: Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim, Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ANEXO II

SÍNTESES CURRICULARES DOS ELEMENTOS DOS JÚRIS I PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA O RECRUTAMENTO DE CARGOS DIRIGENTES

Ana Cristina Bessa Ferreira

Data de Nascimento: 06 de agosto de 1969

Formação Académica:

1988/1989 - Conclusão do 12.º ano - Escola Secundária de Paços de Ferreira;
1990/1995 - Licenciatura em "Planeamento Regional e Urbano" - Universidade de Aveiro; 1996/... - Inscrita na Licenciatura de Geografia (Variante de Ordenamento do Território e Desenvolvimento); 2000/2001 - Pós-Graduação em "Sistemas de Informação Geográfica e Metodologias para a Aquisição de Informação" - Universidade Atlântica, 16 valores.

Experiência Profissional:

1992/1993 - Participação num trabalho para o Baixo Mondego, "Baixo Mondego - Estratégias de Desenvolvimento e Proteção dos Recursos" - Realização de várias maquetas à escala 1/1000, 1/500 e 1/200; 1994/1995 - Conclusão do Projecto Final do Curso sobre o tema "Flexibility in Design Guidance: a comparasion between Planos de Pormenor and Design Brief", com a média de 17 valores na University of West of England - Bristol, Inglaterra; 07 a 12/1995 - Estágio Profissional ao abrigo do Programa PRODEP, sob o tema: "Sistemas de Informação Geográfica: aplicação a nível local e regional" na Câmara Municipal de Ílhavo e na Universidade de Aveiro; 04 a 07/1996 - Professora de Geografia na Escola Secundária n.º 1 de Aveiro; 10 a 11/1996 - Professora de Geografia na Escola Secundária Henrique Medina – Esposende - Explicadora de todas as disciplinas até ao 9.º ano de escolaridade; 1996/1998 - Colaboradora no Gabinete Vasco da Cunha - Arquitetura e Planeamento Urbanístico, Ld.ª; Julho 1998/... - Técnica Superior na Câmara Municipal de Paredes; 1999/... - Coordenadora da Divisão de Planeamento da Câmara Municipal de Paredes; 2000 - Coordenadora do Sistema de Informação Geográfica da Autarquia de Paredes - SIGAP (MicroStation Geographics); Out/Nov/2005 - Chefe de Divisão de Projetos Municipais, em regime de substituição; Jul/2008 - Chefe de Divisão de Planeamento.

Atualmente exerce o cargo de Diretora do Departamento de Planeamento e Urbanismo do município de Paredes.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Ana Maria Moreira Leal

Data de nascimento: 09/06/1977

Formação Académica:

Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos (1998-2002), Instituto Superior da Maia (ISMAI)

Pós-Graduação em Gestão da Formação para a Administração Local (2006-2007), Universidade Católica Portuguesa

Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais (2010-2011), Universidade do Minho

Atividade Profissional:

Atualmente exerce o cargo de Diretora do Departamento de Trabalho - Dirigente intermédia de 1.º grau no Município de Paços de Ferreira.

Exerceu funções como Chefe da Divisão de Recursos Humanos (desde outubro de 2022, em comissão de serviço) e anteriormente como Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (de janeiro de 2019 a outubro de 2022, em regime de substituição).

Trabalhadora do Município de Paços de Ferreira desde 2001, onde desenvolveu a sua carreira na área da gestão de pessoas, modernização administrativa e planeamento estratégico.

Experiência Profissional Relevante:

Liderança de processos de reorganização orgânica e modernização administrativa no Município, incluindo a coordenação da definição de objetivos estratégicos e operacionais no âmbito do SIADAP.

Gestão e acompanhamento de processos de transição legislativa (Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações; Novo Regulamento de Proteção de Dados; Transferência de Competências).

Integração de múltiplos grupos de trabalho ligados à modernização da gestão pública, implementação de plataformas digitais (NO Papper, Gismat) e transformação digital.

Representação institucional em projetos intermunicipais (CIM Tâmega e Sousa) e nacionais.

Envolvimento ativo em projetos de promoção económica e territorial, como o lançamento da marca Copmoda1836.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Membro do Conselho Coordenador da Avaliação e júri em procedimentos concursais.

Atual vogal do Conselho de Administração da empresa municipal Gesp (mandato 2021/2025).

Formação Complementar Mais Relevante:

Formação Avançada para Dirigentes da Administração Pública (2024), Porto Business School; Curso de Transformação Digital nas Autarquias (2023), ISCTE - Meta Digital; AI Business School AP (2023), INA - Instituto Nacional da Administração; Curso de Direito do Emprego Público (2021), CEDIPRE - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação; Curso de Gestão Pública na Administração Local - GEPAL (2021), Fundação FEFAL.

Ana Paula Vieira Garcês Ribeiro

Habilitações Académicas: licenciada, com formação superior adequada ao desempenho de funções de coordenação e gestão na área de contabilidade, finanças e administração pública.

Formação Profissional: frequentou ações de formação e aperfeiçoamento profissional nas áreas da contabilidade pública, gestão financeira e administração municipal, em conformidade com as exigências técnicas e legais para exercer funções de direção intermédia em serviços financeiros municipais.

Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Financiamentos e Tesouraria.

Ana Verónica Coelho da Rocha

Data de Nascimento: 19 de abril de 1982.

Formação Académica: 2005 — Licenciatura em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Formação Profissional: 2022 — Transferência de Competências para as Autarquias Locais; 2022 — A educação na ótica da igualdade social entre rapazes e raparigas: fundamentos, prioridades e linhas de intervenção; 2018 — Técnica de Apoio à Vítima Transferência de Competências para as Autarquias Locais — Modelo de Intervenção (Atendimento/Acompanhamento Social); 2015 — Violência na intimidade: compreender para intervir, informar e encaminhar; 2015 — Políticas Municipais de Promoção da Igualdade de Género; 2013 — Comunidades Ciganas: desafios de sempre, estratégias urgentes; Atividades Profissionais: Novembro de 2004 a abril de 2005, Estagiária de Sociologia — Município de Paredes; Maio de 2008 a junho de 2022, Técnico Superior de Sociologia — Município de Paredes; Julho de 2022 a



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

fevereiro de 2023. Atualmente exerce o cargo de Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade de Igualdade e Intervenção Social no Município de Paredes.

Anabela Rosa da Silva Carmo Reis

Habilitações literárias: Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1988-1993)

Formação profissional: Pós-Graduação em Direito Administrativo - Escola de Direito da Universidade Católica do Porto (2017); Pós-Graduação em Contratação Pública - Escola de Direito da Universidade Católica do Porto (2010). Participação em diversos cursos e ações de formação em direito administrativo e em especial, na área da Contratação Pública.

Experiência profissional: Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Contratação Pública do município de Vila do Conde. No ano de 2008 começou a exercer funções como jurista no Departamento Administrativo e Financeiro, responsável pela gestão de processos de contratação pública, elaboração de pareceres e apoio jurídico aos diversos serviços municipais. 2012-2017: Implementação do Serviço de Execuções Fiscais do Município de Vila do Conde; Em 1998 ingressa na carreira de Técnica Superior estagiária (Jurista), no Município de Vila do Conde, desempenhando funções no domínio dos Fundos Comunitários. 1995-1996 - Prestação de serviços à Associação para Defesa do Artesanato e Património de Vila do Conde, prestando serviços na área dos fundos comunitários. 1994-1995 - Estágio de Advocacia, tendo estado inscrita como Advogada pelo Conselho Distrital do Porto, entre 29/03/1996 e 29/12/1996.

Outras atividades ou cargos: 2013/2014 - Diretora Executiva da Academia de Música S. Pio X de Vila do Conde; Desde 2001 - Secretária da Assembleia Geral da Associação Centro Ciência Viva de Vila do Conde.

António Magalhães

Data de nascimento: 4 de junho de 1971.

Habilitações académicas: Especialização em Administração Pública, ramo de Gestão Pública, pela Universidade do Minho (2011); Pós-Graduação em Gestão da Segurança Municipal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (2006); Pós-Graduação em Finanças Empresariais, Universidade Lusíada (2002); Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (2000). Formação profissional: Frequência de diversas ações de formação, seminários e conferências, no âmbito da sua atividade profissional, abrangendo diferentes áreas, nomeadamente: Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), Estatuto Disciplinar da Administração Pública, Código do Procedimento Administrativo, Implementação do SIADAP,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, Curso Avançado em Alta Direção Policial, Sistema de Gestão de Contraordenações de Trânsito, Curso de Formação para a Carreira de Técnico Superior de Polícia Municipal, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Formação de Formadores, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Tráfico de Seres Humanos e Exploração Laboral, Policiamento de proximidade, Segurança Urbana e Toxicodependência, Convivência e Segurança nas Escolas, Segurança Rodoviária Municipal. Experiência profissional: Entre 1992 e 2000 cumpriu serviço militar em regime de contrato na Força Aérea Portuguesa, entre 2000 e 2003 desempenhou funções na área financeira de PME e foi formador, entre 2004 e 2008 desempenhou as funções de Técnico Superior de Polícia Municipal e Adjunto do Comandante da Polícia Municipal de Vila Nova de Famalicão, entre 2008 e 2010 desempenhou as funções de Coordenador Interino do Serviço de Polícia Municipal de Vila Nova de Famalicão. Desde 2010 que exerce funções de Comandante da Polícia Municipal de Vila Nova de Famalicão. É membro do Conselho Municipal de Segurança de Vila Nova de Famalicão, membro do Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Famalicão e membro cooptado da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Nova de Famalicão.

António Ponte

É Diretor do Museu Nacional Soares dos Reis, desde 2021. Foi Diretor Regional de Cultura do Norte desde 2013 até 2021, tendo sido diretor do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, entre 2009 e 2012. Desenvolveu grande parte da sua carreira museológica no Museu de Vila do Conde (de 1994 a 2009, e também entre 2012-2013), tendo estado ligado a diversas intervenções no domínio da museologia, das quais se destacam a Alfândega Régia – Museu da Construção Naval / Nau Quinhentista e a renovação da Casa de José Régio.

Doutorado em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), é licenciado em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense (1993), tendo frequentado, no mesmo ano, uma Pós-Graduação em Museologia na FLUP. Regressaria mais tarde à FLUP para completar o Mestrado em Museologia (2007) com uma tese sobre o tema das Casas-Museu.

António Miguel Monteiro Branco da Costa Rodrigues

Data de Nascimento: 11 de dezembro de 1971

Formação Académica:

2003 - Licenciatura em Engenharia Florestal, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Atividades Profissionais:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

De 1 de março de 2006 a 31 de julho de 2007, Técnico de 2.ª Classe na área de Engenharia Florestal, no Município de Paredes;

De 1 de agosto de 2007 a 11 de outubro de 2017 Técnico Superior em Engenharia Florestal, no Município de Paredes;

De 12 de outubro de 2017 a 23 de abril de 2018, Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Unidade de Proteção Florestal em regime de substituição na Câmara Municipal de Paredes.

Atualmente exerce o cargo de Coordenador do Serviço de Proteção Civil do município de Paredes.

Carla Alexandra Machado de Araújo

Data de nascimento: 17 de janeiro de 1977.

Habilitações académicas: Licenciatura em Estudos Europeus, pela Universidade Moderna — Porto, 1999; Pós-graduação em Animação de Bibliotecas, pela Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti — Porto, 2013. Formação profissional: Frequência de várias ações de formação, seminários e congressos, no âmbito da sua atividade profissional, abrangendo diversas áreas, designadamente: Gestão, Gestores e Bibliotecas; Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional; Formação Pedagógica Inicial de Formadores; Lideranças Intermédias, Gestão de Equipamentos Culturais, Plano Nacional de Leitura e Rede de Bibliotecas Escolares. Experiência profissional: Estágio Profissional, entre junho de 2000 e fevereiro de 2001, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Técnica Superior, entre 2003 e 2006, da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Técnica Superior, entre 2006 e 2013, da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco; Chefe da Divisão Municipal de Bibliotecas e Arquivos da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Membro da Comissão Executiva da Feira do Livro e da Música 2006; Membro do Grupo de Trabalho das Bibliotecas de Vila Nova de Famalicão, desde 2008; Membro do Grupo de Trabalho das Bibliotecas Municipais do Distrito de Braga, desde 2012; Membro do Conselho Municipal de Cultura de Vila Nova de Famalicão, desde 2013; Membro da Comissão Organizadora do Prémio de História Alberto Sampaio, 2015; Membro da Comissão Organizadora do I Encontro de Imprensa Regional, 2015; Membro da Comissão Coordenadora do Colóquio O(s) tempo(s) de Alberto Sampaio, 2016. Publicações: Coautora da Carta Educativa do Município de Vila Nova de Famalicão, 2005, e autora, desde maio 2015, de uma crónica mensal na rubrica Voz às Bibliotecas, na imprensa periódica regional.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Carla Susana da Silva Henriques

Data de nascimento: 17/08/1975.

Categoria: Técnica Superior desde 10/09/1999;

Habilitações literárias: Licenciada em Educação Social pela Escola Superior de Educação do Porto (Efetuiu Seminário de desenho de projeto no âmbito da área Intervenção comunitária em contexto de habitação social); Experiência Profissional: Integrou equipa multidisciplinar de apoio à CPCJ de Valongo, do Projeto Crescer da Câmara Municipal de Valongo, no âmbito do Programa Ser Criança (setembro de 1997 a agosto 2000); Exerce atividade profissional enquanto Técnica Superior do Município de Valongo desde 2000, tendo integrado a Divisão de Ação Social, até à data e exercido funções designadamente como responsável pela implementação e gestão de Espaços de Animação em vários Empreendimentos de habitação Social; responsável pelo acompanhamento da população residente em Empreendimentos de Habitação Social atuando através das medidas de ação social existentes, designadamente: Ação Social e Rendimento Social de Inserção. Integrou grupo da Rede Social enquanto facilitadora e co-facilitadora; 2005/2006 Realizou Candidaturas ao Programa de Ocupação de Tempos Livres do Instituto Português da Juventude; Orientou Estágios Curriculares e Profissionais do Curso de Educação Social; Foi responsável e integrou equipa de trabalho no âmbito da apresentação e implementação de candidaturas a Programas e Projetos: Projeto Crescer; Projeto "0 Meu Bairro Não tem Paredes". Elemento Coordenador da UTL- Unidade Técnica Local da AMP- Porto Oriental (Valongo e Paredes), com vista à realização do investimento designado por "Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto". Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Inovação Social no município de Valongo.

Formação Profissional Relevante: Curso de Formação Pedagógica Inicial de formadores, realizado na Psyfator com a duração de 60h; Curso de Musicoterapia, realizado na Psy-fator, com a duração de 20 h; Workshop "Elaboração do Diagnóstico Social Participado", organizado no âmbito do Programa de Apoio à Implementação da rede Social com a duração de ZBH; Rendimento Social de Inserção, das políticas Sociais às estratégias de Intervenção, Faculdade da UP-Dep. De Sociologia, 27 h; Curso de Formação Profissional de Prevenção e Intervenção na Violência Doméstica, realizado pela Rede Social em articulação com o Setor Terciário, com a duração de 60h; Curso de Formação Profissional de Aplicação para o Atendimento! Acompanhamento Social e RSI Fase I- da identificação ao Diagnóstico Técnico, 14 horas; Curso de Marketing Público e Comunicação Institucional com a duração de 28h; Curso de Coaching, Emporwennent e Liderança de Equipas de trabalho, organizado pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto, com a duração de 30h. Preletora em Encontros e Mesas Redondas, realizadas no âmbito do Curso de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Educação Social - análise da integração em contexto profissional, dinamizados pela Escola Superior de Educação do Porto.

Carlos Bruno Antunes Oliveira

Licenciado em Informática de Gestão pela Universidade do Minho no ano de 2003. Exerceu a sua atividade na Câmara Municipal de Guimarães onde desempenhou várias funções, designadamente como Técnico de Informática entre 25 de novembro de 1996 a 20 de julho de 1997, de Operador de Sistemas de 2.º Classe entre 21 de julho de 1997 a 21 de julho de 1998. Exerceu também funções como Técnico de Informática no período de 10 de março de 1999 até 05 de março de 2004, de 6 de março de 2004 até 09 de julho de 2008 exerceu funções de Especialista de Informático grau 1 nível 2, mudando a sua categoria a 10 de julho de 2008 para Especialista de Informático grau 2 nível 1 até à data de 31 de maio de 2010. Em 1 de junho de 2010 é designado para o cargo de coordenador técnico da Divisão de Organização e Sistemas de Informação e Comunicações da Câmara Municipal de Guimarães, função que desempenha até 16 de dezembro do mesmo ano. A 17 de dezembro de 2010 é nomeado para o cargo de Chefe de Divisão de Sistemas de Informação da Câmara Municipal de Guimarães pelo período de dois anos. Volta a exercer as funções de Chefe da Divisão de Sistemas de Informação desde 01 de junho de 2014 a 10 de julho de 2019. Em 10 de julho de 2019 é nomeado em regime de substituição para o cargo de Diretor de Departamento de Sistemas de Informação da Câmara Municipal de Matosinhos, cargo para o qual foi nomeado em comissão de serviço em 07 de agosto de 2020. Participou em várias ações de formação.

Carlos Jorge Pinto Sousa

Data de Nascimento: 24 de novembro de 1973.

Formação Académica: 1998 — Bacharelato em Engenharia Civil, no Instituto Superior de Engenharia do Porto;

2009 — Licenciatura em Engenharia Civil — Ramo Infraestruturas no Instituto Superior de Engenharia do Porto;

Atividades Profissionais: 2 de novembro de 1998 a 28 de fevereiro 2001, funções de Técnico Estagiário (Engenharia Civil) no Município de Paredes; 1 de março 2001 a 30 de abril de 2004, funções de Técnico de 2.ª classe (Engenharia Civil) no Município de Paredes; 1 de maio de 2004 a 31 de dezembro de 2008, funções de Técnico de 1.ª classe (Engenharia Civil) no Município de Paredes; 1 de janeiro de 2009 a 31 outubro de 2009, funções de Técnico Superior (Engenharia Civil) no Município de Paredes; 1 de novembro de 2009 a 4 de abril 2013, coordenador dos serviços de Limpeza Pública Urbana, Parques e Jardins assim como os Cantoneiros



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

de Vias Municipais no Município de Paredes; 5 de abril de 2013 até 30 de novembro de 2013, atualmente exerce o cargo de Chefe Divisão Ambiente no Município de Paredes.

Carlos Manuel Malhado Delgado

Licenciado em Informática e Matemáticas Aplicadas pela Universidade Portucalense, no ano de 1999.

Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Aplicações Informática e Inovação do município de Matosinhos. Exerceu funções como Especialista Informática no Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município de Matosinhos entre 12 de abril de 2000 até 28 de fevereiro de 2008.

Exerceu funções de Especialista de Informática na Câmara Municipal de Matosinhos entre o período de 01 de março de 2008 até 20 de janeiro de 2020.

Desempenhou outras funções, nomeadamente prestação de serviços no ramo informático na empresa Alfa Difusão — Serviços de Publicidade, Lda. durante os anos de 1995 a 2000 e na empresa Galileu — Serviços de Tecnologia, Lda., como formador de abril de 1999 a dezembro de 2000. Participou em diversos cursos de formação, seminários, colóquios, destacando-se: seminário “A introdução do Euro nas Autarquias” — (IGAP 2001); curso de formação profissional “Auditoria Informática” — (IGAP, e “REMOTE DESKTOP SERVICES VDI” e Competências de Gestão num Ambiente TI”.

Carolina Rosa Gonçalves da Silva

Data de Nascimento: 28 de fevereiro de 1981.

Formação Académica:

Março/2006 - Licenciatura Economia, na Universidade Portucalense;

Atividades Profissionais:

Janeiro/2002 até agosto/2005, Contabilidade e Seguros, na empresa MVConta - Contabilidade e Seguros, L.^{da};

Março/2007 até março/2008, Estágio profissional na área de contabilidade e finanças na Câmara Municipal de Paredes;

Abril/2008 até janeiro/2018, Técnica Superior (Economia), regime de contrato de trabalho a termo certo, na Divisão de Contabilidade e Finanças da Câmara Municipal de Paredes;

Janeiro/2018 até julho/2023, Técnica Superior, pertencente ao mapa de pessoal do Município, a exercer funções na Divisão de Aprovisionamento e Património da Câmara Municipal de Paredes;

Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Unidade de Financiamentos Comunitários no Município de Paredes.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Catarina Natália Vasconcelos Almeida Pires Couto Viana

2012-2013: Mestrado em Psicologia - Área de especialização em Intervenção Psicológica, Educação e Desenvolvimento Humano, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

1988-1993: Licenciatura em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, na área científica optativa de Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança

Desde 2016 Chefe de Divisão de Promoção Social e Saúde na Câmara Municipal de Matosinhos.

2000-2016 Técnica superior (de psicologia) – Coordenadora de projetos de desenvolvimento social da Câmara Municipal de Matosinhos - Divisão de Promoção Social e Saúde, mantendo também funções na ADEIMA - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos.

Participação no trabalho de terreno (recolha de dados) do projeto de investigação “A Reforma Educativa e os Meios de Ensino - Aprendizagem

Assistente de investigação do Centro de Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto

Especialista em: Psicologia da Educação, Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações, Psicologia Vocacional e do Desenvolvimento da Carreira e Psicologia Comunitária, reconhecida pela Ordem dos Psicólogos Portugueses,

Membro Efetivo da Ordem dos Psicólogos, com a Cédula Profissional nº 4975.

Certificada para utilização do Sistema TSF – Testes para Seleção e Formação e do Sistema APP – Análise do Perfil Pessoal, pela Thomas Internacional.

Certificada como formadora pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Creditada como psicóloga pela Direção Regional de Educação do Norte, a atual Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para execução de relatórios comprovativos de precocidade excecional de crianças para antecipação da 1ª matrícula.

Célia Pinheiro de Castro

Licenciatura Economia da Empresa, na Universidade Lusfada, CRL;

Titular do curso de pós-graduação em Contabilidade Pública, na Universidade Lusfada Vila Nova de Famalicão.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Atualmente exerce o cargo de Diretora de Departamento de Finanças do município de Paços de Ferreira.

Exerceu funções de Chefe de Divisão de Contabilidade, Património e Tesouraria, em regime de substituição na CMPF, desde 12-03-2014. Naquela qualidade, por despacho do Sr. Presidente da CMPF, exerceu funções de direção daqueles serviços e, nesse âmbito, assegurou o seu funcionamento, dirigindo o respetivo pessoal, assegurou a execução do orçamento, execução dos planos e deliberações ou decisões aprovadas pelos órgãos competentes, preparou todas as informações e relatórios solicitados, bem como outras competências que lhe foram delegadas e subdelegadas.

Na qualidade de Técnica Superior de 1.ª classe, exerceu durante um período transitório de 01-11-2013 até 11-03-2014, as mesmas funções mencionadas no item anterior.

Ainda na qualidade de Técnica Superior de 1.ª classe de 27-06-2006 a 01-11-2013 exerceu funções na área financeira da CMPF.

Na qualidade de Técnica Superior de 2.ª classe de 27-12-2002 a 27-06-2006, exerceu funções na área da contabilidade na CMPF, responsável pela implementação do POCAL.

Fez estágio profissional na CMPF, na área de contabilidade.

Exerceu funções como formadora durante vários anos, na área de contabilidade, finanças, administração e gestão de empresas e matemática.

Participou em várias conferências e frequentou diversas ações de formação nos domínios da gestão pública, gestão financeira das Autarquias Locais, gestão autárquica, auditoria interna, contabilidade pública, financiamento das autarquias, Orçamento do Estado, contabilidade custos, SNC-AP, consolidação de contas, auditoria financeira, entre outras.

Cristiana Maria Dias Justo de Moraes Caldas

Licenciatura em Arquitetura, pela CEUL - Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, Formação profissional: Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, com classificação final de 17 valores, concluído em 2020.

Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, com classificação final de 5 valores (escala de 0 a 5), concluído em 2006.

Curso de Técnico Superior de Higiene e Segurança do Trabalho com classificação de 17 valores, concluído em 2005, renovado em 2010.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Frequência de diversas ações de formação, seminários, colóquios, cursos, entre outros, no âmbito da sua atividade profissional, designadamente nas áreas das questões fiscais da Administração Local; dos Processos de Contratação; das Aplicações Informáticas de Gestão Integradas; do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; da Contratação Pública; do Código do Procedimento Administrativo; do Balcão do Empreendedor e a Plataforma SIR na Perspetiva do: RJACSR, SIR, Alojamento Local e Instalações Desportivas; dos Métodos e Processos de Fiscalização Sucessiva Eficiente no âmbito do RJACSR, SIR e Instalações Desportivas: Dificuldades e Soluções; dos Novo Regime de Acesso aos Documentos Administrativos; dos Procedimentos na Gestão Urbanística; da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas; da Liderança e Gestão de Equipas; do Protocolo Institucional; do Marketing Territorial, do Regime Jurídico Florestal; da Ética e Deontologia Profissionais, promovidos por entidades diversas tais como Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP); ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave; Fundação FEFAL, CESPU, ADRAVE, Município de Vila Nova de Famalicão.

Experiência profissional: iniciou a sua atividade profissional em 2002, através do estágio profissional para a Ordem dos Arquitetos na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, de novembro de 2002 a novembro de 2003.

Concluído o estágio profissional, exerce funções como Técnico Superior - Arquiteta, no período de novembro de 2003 a novembro de 2007, na Divisão de Habitação do Departamento de Urbanismo e Habitação e no período de 2007 a 2014, no Gabinete de Apoio ao Presidente e de Diretor do Departamento de Urbanismo, na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; em fevereiro de 2014 é nomeada Chefe de Divisão de Gestão e Fiscalização Urbanística, na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

É atualmente chefe da divisão de gestão urbanística.

Colaboração com a Autoridade Tributária nas segundas avaliações de imóveis - técnica suplente representante da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Representante da Câmara Municipal nas reuniões de regularização das atividades económicas, nomeadamente das instalações pecuárias; das indústrias e das pedreiras, de acordo com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com redação atualizada.

Cristina Maria Magalhães Andrade Espassandim

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa; Pós-Graduada em Direito Administrativo e Administração Pública, pelo ISTE especialista em Gestão



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Pública pela Universidade do Minho — Braga, Mestre em Economia e Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade de Economia do Porto (FEP).

Foi Técnica Superior Jurista dos SMAS de Matosinhos (94/04) detendo experiência profissional em Procedimento Administrativo; Contratação Pública; Empreitadas de Obras Públicas; Regime Jurídico do Pessoal da Função Pública; Responsabilidade Civil; Expropriações e toda a Legislação relativa a Autarquias Locais, nomeadamente a LAL bem como na área de Higiene e Segurança no Trabalho. Foi nomeada Chefe da Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras, em regime de substituição, a partir de 1 de junho de 2004 e em comissão de serviço no mesmo cargo a 3 de janeiro de 2005. Em 26 de agosto de 2005, foi nomeada Diretora do Departamento de Recursos Humanos, cargo que ainda exerce. Atualmente exerce o cargo de Diretora-Delegada dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia.

Entre outros, detém, formação profissional na área do Código do Procedimento Administrativo; O Tribunal de Contas; Regime Jurídico da Reclassificação Profissional; O Contencioso Administrativo; Legislação do Ambiente; É formadora na área dos Recursos Humanos detendo o CAP.

Daniel Gonçalves Oliveira

Habilitações Académicas - licenciatura em Ciências Sociais.

Em 19/06/2001 - Contrato a termo como Fiscal Municipal de 2.^a Classe no município de Guimarães;

Em 07/01/2002 - Contrato Administrativo de Provimento como estagiário da carreira de Agente Municipal no município de Guimarães;

Em 18/01/2003 - Nomeado Agente Municipal de 2.^a classe no município de Guimarães;

Em 08/05/2006 - Nomeado Agente Municipal de 1.^a classe no município de Guimarães;

Em 01/03/2015 - Mobilidade interna intercarreiras como Técnico Superior no município de Guimarães,

Em 23/01/2017 - Contrato em Funções Públicas por tempo indeterminado na carreira e categoria de Técnico Superior no município de Guimarães;

É atualmente Chefe da Divisão Operacional de Polícia Municipal do município de Guimarães;

Formação Profissional - participou em várias ações de formação, relacionadas com área funcional da Polícia Municipal.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Diana Rosa Amaral Gomes

Habilitações Académicas: Licenciatura em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, anos 1989/1995. Habilitações Profissionais: 2001 — Pós-graduação em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano — pelas Faculdades de Arquitetura e de Engenharia da Universidade do Porto. 2021 — Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) AMP 1.ª Edição — Curso 2 Ação 1.1, ministrado pela Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais — Fundação FEFAL. Experiência Profissional: Carreira/categoria — Câmara Municipal de Vila do Conde 1998/11/03 — data atual — Carreira de Técnico Superior, contrato a termos indeterminado. 1997/07/01 — 1998/11/02 — Técnico superior Estagiário, contrato a termo indeterminado. 1995/09/13 — 1997/06/30 — Técnica superior (área de Arquitetura) na Câmara Municipal de Vila do Conde, integrada no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, contrato a termo certo. Exercício de cargos de direção e de coordenação de serviços na Câmara Municipal de Vila do Conde: atualmente exerce o cargo de Diretora do Departamento de Gestão do Território do município de Vila do Conde. Em 2023/03/15 — Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, despacho de manutenção da comissão de serviço. 2017/08/03 — 2023/03/14 — Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, comissão de serviço. 2012/07/01 — 2017/08/02 — Coordenação do serviço de Administração Urbanística. 2005/07/01 — 2010/12/31 — Chefe da Divisão de Loteamentos e Obras Particulares. 2002/03/11 — 2005/06/30 — Coordenação do trabalho da Divisão de Loteamentos e Obras Particulares.

Elisabete Marina Valente Barbosa Ferreira

Data de Nascimento: 20 de maio de 1971.

Formação Académica: 1994 — Técnica Oficial de Contas; 2001 — Licenciatura em Contabilidade, pela Universidade Lusíada; 2002 — Curso de Especialização em POCIP, Especialização em Pocal e Especialização em CIBE, pela Universidade Lusíada de V. N. Famalicão; 2009 — Mestre em Economia — ramo de Economia da Empresa, pela Universidade Lusíada de Lisboa; Atividades Profissionais: De 20 de fevereiro de 1995 a 11 de agosto de 1998, carreira de 3.º oficial, na Câmara Municipal de Paredes; De 12 de agosto de 1998 a 31 de janeiro de 2002, Técnica de 2.ª Classe em Contabilidade e Administração, na Câmara Municipal de Paredes; De 1 de fevereiro de 2002 a 3 de outubro de 2002, Técnica de 1.ª Classe em Contabilidade e Administração, na Câmara Municipal de Paredes; De 4 de outubro de 2002 a 23 de março de 2006, Técnica Superior de 2.ª Classe em Contabilidade e Administração, na Câmara Municipal de Paredes; De 1 de julho de 2005 a 31 de agosto de 2005, Chefe de Divisão de Contabilidade e Finanças em regime de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

substituição, na Câmara Municipal de Paredes; Desde 2009, Coordenadora da Divisão de Contabilidade e Finanças, na Câmara Municipal de Paredes; De 24 de março de 2006 a 30 de junho de 2017, Técnica Superior de 1.ª Classe em Contabilidade e Administração, na Câmara Municipal de Paredes; De 1 de julho de 2017 a 13 de agosto de 2017, Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Unidade de Gestão de Contabilidade, em regime de substituição na Câmara Municipal de Paredes. Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Contabilidade do município de Paredes.

Elisabete Mónica da Vinha Oliveira

Chefe da Divisão de Gestão Operacional e Logística, em comissão de serviço com efeitos a partir de 1 de julho de 2019.

Integra o mapa de pessoal da Câmara Municipal da Maia desde 2003, onde ingressou na carreira administrativa, na categoria de Técnica de Secretariado. Em 2008 ingressou na carreira de Técnico Superior, integrando a Divisão dos Serviços de Conservação e Manutenção. Possui Licenciatura em Engenharia Civil pela Universidade Fernando Pessoa e o Curso de Estudos e Formação de Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), ministrado pela Fundação CEFA. O seu percurso profissional está associado ao exercício de funções na área da manutenção desde o seu ingresso na Câmara Municipal da Maia, tendo participado em várias ações de formação, colóquios e seminários.

Felismina Alexandra Silva

Habilitações Literárias: Licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Formação Profissional: Participação em múltiplas formações relevantes, como a formação em Técnica de Apoio à Vítima e uma especialização em apoios às populações em cenários de exceção. Experiência Profissional: Desde junho de 2023, integra o Município de Vila do Conde como Coordenadora do Serviço de Atendimento Acompanhamento Social Integrado, após a transferência de competências da administração central para as autarquias em matéria de Ação Social. Mais recentemente, assume o cargo de Chefe dos Serviços do Atendimento e Acompanhamento Social. Neste papel, é responsável pela coordenação e supervisão do Serviço de Atendimento Acompanhamento Social, pela coordenação do Núcleo Local de Inserção, assegurando a análise e o encaminhamento de emergências sociais, além de gerir a interlocução entre diversas instituições, técnicos e cidadãos. É membro ativo do Núcleo Executivo da Rede Social Municipal, onde tem a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento e implementação de projetos estratégicos. Trabalha com diversas equipas internas, contribuindo para o desenvolvimento de iniciativas que promovem a interação e o desenvolvimento da comunidade. Além disso, desempenhou o papel



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

de júri em concursos de admissão de técnicos superiores para o município, contribuindo para a seleção de profissionais qualificados e alinhados com as necessidades da administração pública. Entre setembro de 2016 e maio de 2023, foi Técnica Superior no Instituto de Solidariedade e Segurança Social, onde coordenou o Serviço Local de Ação Social de Vila do Conde. Nesta função, liderou o processo de transferência de competências do Serviço de Atendimento Acompanhamento Social para a IPSS Santa Casa da Misericórdia. Foi responsável pela supervisão técnica em diversas áreas, incluindo o Regime Maior Acompanhado, Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, Fundos de Garantia Devido a Menores, pela implementação da medida Estatuto Cuidador Informal e pela gestão orçamental. Também coordenou o Núcleo Local de Inserção, promovendo diagnósticos sociais e integrando recursos da Rede Social para fomentar a inclusão. Desde dezembro de 2001, o seu percurso no Instituto de Solidariedade e Segurança Social levou-a a assumir diversas responsabilidades no Serviço de Atendimento Acompanhamento Social, destacando-se em 2005 como interlocutora para a informatização do sistema de informação da Segurança Social e participação na equipa de recenseamento da população sem-abrigo em Vila do Conde. No início de sua carreira, entre julho e novembro de 2001, trabalhou no Instituto da Droga e Toxicodpendência, onde realizava avaliações sociais de indivíduos e encaminhamentos para serviços de saúde. Entre março de 2000 e junho de 2001, atuou como Técnica Superior de Serviço Social Estagiária num protocolo entre o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia, e a Câmara Municipal de Vila do Conde, focado na política social do Rendimento Mínimo Garantido.

Fernando Amadeu Ribeiro Gomes

Mestre em Planeamento Urbano e Regional, licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR -NORTE), onde assegurou múltiplas funções, apoio à programação e implementação de instrumentos comunitários de desenvolvimento regional em diversos ciclos de programação, processos de planeamento estratégico e iniciativas de reflexão sobre políticas públicas de desenvolvimento regional, bem como, o acompanhamento de projetos apoiados por iniciativas de gestão direta pela Comissão Europeia no domínio da cooperação territorial europeia, com particular destaque para os Programas URBACT e INTERREG EUROPE; Desempenhou funções de formador e consultor no apoio técnico à conceção e acompanhamento de projetos junto de um leque diversificado de entidades institucionais; Exerceu também funções de docência no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET), tendo lecionado a unidade curricular de Geografia Turística Internacional na licenciatura "Gestão de Empresas do Turismo".



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Atualmente exerce as funções de Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação no município da Maia.

Fernando Paulo Pinto Leite Montenegro Salvador

Data de Nascimento: 12 de fevereiro de 1975.

Formação Académica:

2000 - Licenciatura em Ciências Históricas (ramo científico), na Universidade Portucalense.

Atividades Profissionais:

De 28 de janeiro de 2001 a 30 de junho de 2017, Técnica Superior em Ciências Históricas, na Câmara Municipal de Paredes;

De 1 de julho de 2017 a 21 de agosto de 2017, Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Unidade de Dinamização e Gestão Cultural, em regime de substituição na Câmara Municipal de Paredes;

De 22 de agosto de 2017 a 8 de janeiro de 2025, Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Unidade de Dinamização e Gestão Cultural, na Câmara Municipal de Paredes;

Dirigente Intermédio de 2.º Grau da Divisão de Planeamento e Organização de Eventos na Câmara Municipal de Paredes.

Francisco Jorge Freitas

Data de Nascimento: 8 de setembro de 1968.

Habilitações Académicas: licenciado em Sociologia, pela Universidade do Porto, em 1995, e com pós-graduação em Desenvolvimento e Inserção Social, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 2004. Formação Profissional: Frequentou diversas ações de formação e seminários, designadamente o Curso de Gestão Pública na Administração Local, ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, pela Fundação para os Estudos de Formação Autárquica (CEFA), em 2013.

Experiência profissional: em 1995, como técnico superior de sociologia, em projeto de luta contra a pobreza promovido pelo Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Vitória, no centro histórico do Porto. Entre setembro de 1997 e dezembro de 1999, assumiu funções como técnico superior de sociologia em projeto de luta contra a pobreza, promovido pelo Centro Distrital de Braga da Segurança Social e pela Santa Casa da Misericórdia, em Vila Nova de Famalicão. Posteriormente, entre 2000 e 2010, exerceu funções como técnico superior de sociologia nos serviços de Ação Social do Município de Vila Nova de Famalicão. De fevereiro de 2010 a janeiro



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

de 2014, assume funções de Chefe da Divisão Municipal de Ação Social, em regime de substituição, no Município de Vila Nova de Famalicão; e desde janeiro de 2014 Chefe de Serviço do Empreendedorismo no Município de Vila Nova de Famalicão.

Gisela Cristina Afonso Martins

Data de nascimento - 19 de outubro de 1978.

Habilitações: Licenciatura pré-Bolonha em Engenharia Ambiental e dos Recursos Naturais, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), entre 1998 e 2003;

Categoria: Técnico Superior desde 01.03.2011.

Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão do Ambiente no município de Valongo.

Experiência profissional na área do cargo a prover: Exercício de funções na área da engenharia do ambiente em contexto autárquico desde 2008; coordenação e desenvolvimento do projeto "Territórios Sustentáveis da CESOP-Local; coordenação do Programa ECOXXI, ao nível municipal; membro integrante da equipa de trabalho do projeto MetroClima, da AMP, para elaboração das estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas para os municípios da Área Metropolitana do Porto; Interlocutora do Eixo Atlântico, relativamente à temática da sustentabilidade. Membro da Ordem dos Engenheiros com cédula profissional n.º 78145.

Formação profissional relevante: Pós Graduação/Técnica superior em Higiene e Segurança no Trabalho, pelo Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, 2007; Formação no âmbito do Projeto "territórios Sustentáveis" da CESOP-Local, Universidade Católica Portuguesa, 2017; Programa ECOXXI; Associação Bandeira Azul da Europa, 2016, 2017, 2018; Elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas; AMP/Geoatributo, 2018; Adaptação às Alterações Climáticas; Lipor, 2016; Gestão de Resíduos; Lipor, 2016; Ecologia Florestal; Talentus, 2012; Gestão para a Qualidade, Liderança e Gestão de Equipas; IGAP, 2015; Regime Jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto das Entidades Intermunicipais; IGAP, 2015; Marketing Público e Comunicação Institucional; IGAP, 2015; SIADAP- da missão à construção de objetivos; IGAP, 2015; Identificação e controlo eficiente de plantas invasoras; CRE - Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto, 2014; NGO Resources - human, personal, financial - Training course for resources development; Programa Erasmus +, Kandersteg, Suíça, 2018; IQ: Intercultural Quality" - Seminar on developmental model of intercultural sensitiveness and how it can be put into youth work practice"; Programa Erasmus+, Hungria, 2015; Formação de formadores; Instituto de Artes e Ciências do Porto, 2004.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Isac António Monteiro Reina Moreira

Data de nascimento: 3 de abril de 1962.

Habilitações académicas: Licenciatura em Engenharia Civil — Direção, Gestão e Execução de Obra e Bacharelato em Engenharia Civil no Instituto Superior de Engenharia do Porto. Habilitações profissionais: Engenheiro Técnico Civil, Inscrito Ordem dos Engenheiros Técnicos. Experiência profissional: Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Serviços Ambientais no município da Póvoa de Varzim. Coordenador da Divisão de Serviços Ambientais (janeiro 2021 a dezembro 2021) na Câmara Municipal da Póvoa de Varzim; Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Póvoa de Varzim (abril 2016 a dezembro 2020); Técnico Superior — Exploração do sistema público de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais Câmara Municipal da Póvoa de Varzim (janeiro 2014 — março 2016); Chefe de Divisão de Saneamento Básico Câmara Municipal da Póvoa de Varzim (dezembro 1994 — janeiro 2014); Eng.º Técnico área de Engenharia Civil Câmara Municipal da Póvoa de Varzim (setembro 1990 — dezembro 1994); Trabalhador independente na direção e fiscalização de obras na Sociedade de Construções Arnorte — Braga (julho 1984 a julho 1985); Trabalhador independente em gabinete de projetos de engenharia civil (julho 1984 a julho de 1989). Formação profissional: Curso de Gestão Pública na Administração Local; Formação em “Programa Avançado de Gestão de Serviços de Águas”; “Programa avançado para Decisores de Topo — Redução de Perdas, Gestão de mudança e sustentabilidade em Sistemas de Abastecimento de Água”; Seminário CEFA Decreto -Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto — Aspetos práticos da sua aplicação/perspetiva operacional; Formação no Novo Regime de Contratação Pública; Seminário CEFA de Alta Direção em Administração Local; Curso de condução de Reuniões/Gestão de Conflitos; Curso “Falar em Público”, Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) promovido pela Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais.

Jacinta Maria Oliveira Monteiro Soares Baptista

Licenciada em Comunicação Social, vertente Jornalismo Internacional, pela Escola Superior de Jornalismo, tendo iniciado o seu percurso profissional como jornalista sendo detentora de Carteira Profissional n.º 4502, entretanto suspensa por incompatibilidade de funções. Foi também account em empresa de comunicação onde exerceu funções de assessoria de imprensa para diversas Autarquias do Norte do País e desenvolveu campanhas de comunicação autárquica, empresarial e de marketing político. De maio de 1999 a setembro de 2002 foi Assessora da Câmara Municipal de Matosinhos para as áreas da Comunicação, Imagem e Relações Públicas, exercendo funções no Gabinete de Relações Públicas da Câmara.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

De novembro de 2000 a 5 de setembro de 2005, exerceu funções no âmbito da formação académica - Comunicação Social e Relações-Públicas no Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos. Em 05 novembro 2001 ingressou no quadro de pessoal na carreira Técnica Superior de Comunicação Social. Em 5 de setembro de 2005 foi nomeada Chefe de Divisão do Gabinete de Comunicação e Imagem. Em 01 de dezembro de 2013 foi nomeada Chefe da Divisão do Gabinete de Comunicação e Relações-Públicas tendo a seu cargo, desde então, toda a área da Comunicação e Imagem bem como a Gestão do protocolo da Autarquia e organização de eventos. A formação que tem desenvolvido ao longo dos anos centra-se nas áreas de atuação do cargo que desempenha: Protocolo Oficial e Protocolo Autárquico, Comunicação Autárquica, Gestão de Redes Sociais, Gestão de Reclamações, Liderança e Gestão de Equipas. Tem feito também formação na área da Igualdade de Género, fazendo parte da Equipa de Apoio à Conselheira Local para a Igualdade de Matosinhos desde fevereiro de 2019.

Joana Espírito Santo Calvet Ferreira

Chefe da Divisão de Planeamento Territorial, em comissão de serviço por três anos, com efeitos a partir de 1 de julho de 2025. Nasceu em 1978, no Porto, e integra no mapa de pessoal da Câmara Municipal da Maia desde 2003, onde ingressou na carreira de Arquiteta Estagiária. Tem Licenciatura em Arquitetura pela Escola Superior Artística do Porto, desde 2003. Da Formação Profissional Complementar Relevante, consta: Curso de Gestão de Mobilidade - FEUP; Sistemas de Informação Geográfica - Quantum GIS (opensource) - CEFA; Curso de Especialização em Contabilidade Analítica como Instrumento de Gestão das Autarquias Locais - CEFA; Curso de Auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade - CENFIM; Curso de Sensibilização à Norma Ambiental NP EN ISO 14001:2004 - CENFIM; Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL); Curso "Programa Executivo Leadership for Happiness". Da experiência profissional mais relevante na Câmara Municipal da Maia destacam-se as funções de Técnica Superior de Arquitetura desde 2003 até julho 2018, no Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico (GEPE) e posteriormente no Departamento de Ambiente e Planeamento Urbanístico (DAPT), no Departamento de Ambiente, Planeamento e Gestão Urbana (DAPGU), no Departamento de Sustentabilidade Territorial (DST), mais propriamente na Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projetos (DPTUP), na Divisão de Planeamento Territorial e Projetos (DPTP) e na Divisão de Planeamento Territorial (DPT) e, desde julho de 2018 a julho de 2019, com funções de dirigente na Divisão de Planeamento Territorial, por nomeação. Atualmente exerce funções como Chefe da Divisão de Planeamento Territorial, em comissão de serviço desde julho de 2019. O seu percurso profissional está associado ao exercício de funções predominantemente na área do ordenamento do território e planeamento urbanístico



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

desde o seu ingresso na Câmara Municipal incluindo a elaboração, acompanhamento, execução e monitorização de planos de instrumentos de planeamento, bem como, implementação de processos participativos de planeamento e projetos. Participou em vários colóquios e seminários, enquanto oradora e assumiu a representação institucional em diversos domínios relacionados com o planeamento urbano.

João Carlos Borges de Araújo Fernandes Basto

Habilitações literárias: Licenciatura em Engenharia Civil.

Membro inscrito na Ordem dos Engenheiros, Cédula Profissional n.º 022872. Formação profissional: Curso de Gestão Pública na Administração Local; Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais e Urbanismo; Especialização em Engenharia e Planeamento Municipal; Pós-Graduação — Especialização em Engenharia Humana. Frequência de diversas ações de formação. Experiência profissional: Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Intervenção Territorial no município de Felgueiras. De 2019/06/02 até 2023/04/30 — Chefe da Divisão de Ambiente — Entidade Câmara Municipal de Felgueiras — Funções Gestão dos serviços de veterinária, serviços de jardim, do aterro de resíduos não perigosos de Sendim, resíduos urbanos, serviço de metrologia municipal, cemitério municipal, feiras e mercados. De 2018/06/02 a 2019/06/01 — Chefe da Divisão de Serviços Urbanos — Entidade Câmara Municipal de Felgueiras — Funções Gestão de diversos serviços nomeadamente abastecimento público de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos bem como os serviços de veterinária municipal; De 2017/03/21 a 2018/06/01 — Chefe da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos — Entidade Câmara Municipal de Felgueiras — Funções Gestão de diversos serviços nomeadamente abastecimento público de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, gestão dos espaços verdes, feiras e mercados além dos serviços de metrologia Municipal. Neste período releva referir a implementação do Centro de Recolha Oficial de canídeos até esta época inexistente no Concelho. De 2013/12/05 a 2018/05/31 — Técnico Superior — Entidade Câmara Municipal de Felgueiras — Funções Projeto e elaboração de pareceres em especial na área dos serviços urbanos. Sublinha-se nesta fase a receção das ETARs desativadas pela entidade em alta e elaboração dos respetivos planos de mitigação de impactes ambientais. Deste processo, no recinto de uma das ETARs rececionada, resultou a autoria do projeto base e especialidades (exceto eletricidade e ITED) do Centro de Recolha Oficial de Canídeos e Felídeos. De dez. 2011 — até Dez. 2013 — EMAFEL EM, Empresa Pública Municipal de Ambiente — Controlo financeiro da empresa respondendo à administração e mediando diretamente com TOC e ROC; Gestão do Aterro Municipal de Felgueiras sito em



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Sendim e dedicado a Resíduos Industriais não perigosos (acumulando a Direção Técnica em 2012); Gestão dos serviços gerais de limpeza de todos os Equipamentos Municipais de Felgueiras; Gestão do Ecocentro de Felgueiras e Loja Sol (loja solidária, dedicada essencialmente a reutilização de roupa, brinquedos e livros); No período em questão sublinha-se a renovação da licença de exploração (2013 a 2023) do aterro. De jun. 1998 — até Dez. 2011 — Técnico Superior e Chefia intermédia de 2.º grau — Entidade Câmara Municipal de Felgueiras — A partir de 13 de setembro de 2000 inicia relação jurídica por tempo indeterminado, mas em regime de contrato a termo certo já exercia funções desde junho de 1998: Sete anos, sete meses e onze dias em Chefia Intermédia de 2.º Grau (Chefia da Divisão de Saneamento Básico da Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Felgueiras; Ainda que interinamente, exerceu funções de chefia da Divisão de Serviços Urbanos (entretanto extinta) e da Divisão de Apoio Operativo. (esta última em acumulação com a Divisão de Saneamento Básico entre 1998 e 2000); Entre outras funções foi responsável pelo funcionamento operativo de sistemas públicos de abastecimento de água que na época, além de Felgueiras, abrangia Freguesias limítrofes de Amarante (Freixo de Cima), Lousada (Sto Estevão) e Vizela (Sto Adrião), recolha de RSU, drenagem de águas residuais domésticas e pluviais bem assim como Feiras Mercados e Cemitérios sob a jurisdição do Município de Felgueiras; Foi também responsável pelo funcionamento operacional do parque de viaturas e oficina bem como serviços de eletricidade internos tal como responsável pelo funcionamento administrativo e operacional de aquisição de bens e serviços e respetiva gestão de stock e armazém de materiais conexos com as áreas de atividade atribuídas; No âmbito das atribuições já referidas teve oportunidade de promover a alteração de uma viatura pesada, não incluída na concessão dos serviços de RSU, adaptando-a a plataforma elevatória para o serviço de eletricidade (carente de sistemas de elevação) e teve a possibilidade de ser responsável (projeto e processo de licenciamento) pela adaptação de outra viatura pesada antes dedicada aos RSUs para chassis com Plataforma Plana por total inadequação da viatura utilizada pelos serviços de Vias para a rega asfáltica. Volvidos vinte anos as duas viaturas ainda circulam, uma especialmente dedicada à cisterna de asfalto e outra no serviço de eletricidade; ampliou os serviços internos de manutenção automóvel e mecânica de máquinas e veículos especiais promovendo a racionalização de meios, registo e monitorização de consumos. Nomeadamente monitorização automática de consumos de gasóleo; foi responsável pela de ampliação da rede pública de água e saneamento do Concelho (na altura captação, produção distribuição recolha, tratamento e rejeição em meio hídrico) a todas as freguesias conforme visão do Município entre 1997 e 2004. Nesse âmbito elaborou os primeiros planos de Controlo de qualidade e preparou os sistemas para concessão da rede em Alta; Participação em alterações de regulamento e estrutura



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

tarifária; Elaboração de projetos, lançamento de concursos e acompanhamento de obras (cerca de 300 km de conduta de água, diversas obras conexas como CRVs, CPCs e reservatórios). De 1989 a 1999 — Profissional Liberal — a partir de 1989 exerceu atividade por conta própria ao, tendo desenvolvido diversos projetos (446 registos de encomenda). De mar. 1979 — até 1988 — Desenhador — Atividade como Desenhador Técnico, trabalhando em vários projetos.

Joaquim Acácio Belo Faustino

Integra o mapa de pessoal da Câmara Municipal da Maia desde 21 de abril de 1997, onde ingressou, por concurso externo, na carreira administrativa, na categoria de Terceiro-Oficial. Em 2000 foi designado gestor do projeto de implementação do Serviço de Polícia Municipal. Em março de 2001 ingressou na carreira de Técnico Superior, naquele serviço, sendo responsável pela sua atividade desde o início de funcionamento, em 2002. Em 2005 foi formalmente nomeado no cargo de dirigente intermédio de 2.º grau, designado por Subcomandante Administrativo, equiparado a Chefe de Divisão. Em janeiro de 2011 passou a exercer o cargo de Chefe da Divisão de Recrutamento, Gestão e Formação dos Recursos Humanos. Desempenhou funções como Chefe da Divisão de Recursos Humanos desde setembro de 2015 até 31 de março de 2019. Desde 2019 exerce o cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral da Câmara Municipal da Maia.

Licenciado em Administração Autárquica pela Universidade Portucalense, desde o início de 1998, adquiriu posteriormente diversas especializações e pós -graduações, designadamente: Especialização em Gestão de Recursos Humanos, correspondente à componente curricular do mesmo Mestrado, pela Universidade do Minho; Pós -graduação em Direito do Trabalho, pela Universidade Lusíada; Pós -graduação em Gestão e Planeamento da Formação, pelo Centro Comenius; Especialização em Gestão por Objetivos na Administração Local, pela Fundação CEFA; Especialização em Regime Jurídico do Pessoal da Administração Local, pela Fundação CEFA; Curso de Gestão Pública na Administração Local, pela Fundação CEFA; Curso Executivo de Gestão Estratégica do Capital Humano, pela Católica Business School. Adquiriu créditos no mestrado em Administração Pública, na Universidade do Minho, nomeadamente em Administração de Recursos Humanos na Administração Pública, frequentou o MBA em Gestão e Administração de Empresas, na Universidade Lusíada, e a Licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, com créditos em Direito Administrativo e Direito Fiscal, entre outras.

Possui, ainda, cerca de mil e quinhentas horas de formação profissional em diversos domínios, grande parte na área da gestão de organizações e, em



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

particular, da gestão de recursos humanos, adquiridas em ações de formação de curta duração, conferências, seminários, simpósios e workshops. Tem orientado diversos estágios curriculares e profissionais e ministrou formação em áreas de fiscalização, licenciamento municipal, avaliação do desempenho e gestão de recursos humanos. É detentor de CAP. Integrou júris de recrutamento e seleção na administração pública, efetuou recrutamentos no setor privado e integrou o Júri da Sessão Pública de Demonstração de Competências para avaliação dos projetos finais da Licenciatura em Economia da Universidade Católica do Porto, do ano 2013/2014. Foi, ainda, autor e co -autor de regulamentos municipais, bem como de outros normativos de caráter associativo e empresarial. Tem integrado os órgãos sociais de organismos associativos, bem como diversos grupos de trabalho. É membro do Conselho Coordenador da Avaliação. Integrou o grupo de trabalho de implementação no Município da Maia do Modelo Integrado de Gestão (MIG).

Jorge António Vieira Gomes

Data de Nascimento: 28 de agosto de 1980.

Formação Académica:

2005 - Licenciatura em Ciências do Desporto e de Educação Física da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto;

Atividades Profissionais: 2001-2002, Estágio na área de musculação e cardiofitness em Centro de estágio no Ginásio Fashion ; 2001-2003, monitor de musculação e cardiofitness no ginásio Quinta do Paraíso; 2002-2003, monitor de atividades desportivas no Projeto Urban2, no Município do Porto; 2003, preparador físico na equipa de futsal da Casa do Benfica - Paredes; 2004, Assistente de Recinto Desportivo no Euro 2004; 2004-2018, monitor de musculação e cardiofitness no ginásio Play Health Club; 2005 até 2008, Professor de Educação Física de Atividade Enriquecimento Curricular no Município de Paredes; 2008 até janeiro/2011, Professor de Educação Física em regime de contrato de trabalho a termo certo no Município de Paredes; Fevereiro/2011 até data, Técnico Superior de Educação Física e Desporto do Município de Paredes; Janeiro/2022 a maio/2022. Atualmente é Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Gestão de Piscinas Municipais e da Escola de Natação no Município de Paredes.

José António Moreira Melo

Habilitações académicas e Formação Complementar mais relevante:

1995 - Licenciatura em Administração Autárquica;

2005 - Seminário de alta direção em administração local, administrado pela Fundação CEFA;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

2005/2006 - Ação de formação sobre "Implementação dos sistemas de gestão de qualidade segundo o referencial normativo ISO 9001:2000 na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, pela EURISKO;

2011 - Curso de gestão pública na Administração Local (GEPAL), administrado pela Fundação CEFA;

Experiência profissional mais relevante:

1999 - Ingresso na Câmara Municipal do Porto;

2001/2002 - Chefe de Grupo responsável pela reestruturação dos serviços da direção municipal de planeamento e gestão urbanística, da Câmara Municipal do Porto;

2002/2010 - Chefe de divisão municipal de serviços gerais na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;

2010 - Técnico superior na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia no período compreendido entre 4-01-2010 a 21-02-2010;

2010/2013 - Chefe de divisão municipal de serviços gerais na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;

2013/2014 - Chefe de divisão municipal administrativa e serviços gerais na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;

2014 - Técnico superior na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

É atualmente Diretor do Departamento de Serviços Gerais do município de Matosinhos.

José Cândido Barbosa Castelo Grande

Habilitações literárias: Licenciatura em Engenharia Civil

Formação profissional: Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, etc., formação, diversificada nas áreas de em causa, designadamente na área de engenharia civil, planeamento, edificações, informação geográfica, etc.

Experiência profissional: entre 1 de janeiro de 1988 e 31 de dezembro de 1988 estagiou na Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN);

Em 1989 efetua contrato de aquisição de serviços com a CCRN e nos anos 1990 e 1991 celebra contrato de trabalho a termos certo, com o mesmo organismo;

Em 1992 celebra contrato administrativo de provimento e em 13 de maio de 1993, por urgente conveniência de serviço, é nomeado Técnico Superior de 2.^a classe, no



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

organismo anteriormente citado. Em 1997 é nomeado Técnico Superior de 1.^a classe e em 2001 progride para a categoria de Técnico Superior Principal;

Entre 2001 e 2003 desempenhou funções na Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território — Norte (atualmente designada de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte); A 4 de maio de 2005 ingressa na Câmara Municipal de Gondomar, desempenhando funções de Chefe de Divisão de Planeamento, Estudos e Projetos, sendo a respetiva comissão de serviço renovada em 2008 e em 2011;

Ainda em 2011 é designado, em regime de substituição, Diretor do Departamento Municipal de Planeamento e Património da Câmara Municipal de Gondomar e em 2013 é nomeado, em comissão de serviço, Diretor do Departamento supracitado;

Em março de 2014 é designado, em regime de substituição, Diretor do Departamento Municipal de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento do Município de Gondomar, desenvolvendo atividades inerentes à direção e coordenação deste Departamento, tendo iniciado a respetiva comissão de serviço, a 22/05/2015; A 14 de março de 2018, com a nova reestruturação dos serviços, foi designado, em regime de substituição, no cargo de Diretor do Departamento Municipal de Planeamento Estratégico e Equipamento, A 10 de março de 2020 é designado em regime de comissão de serviço Diretor do Departamento Municipal de Planeamento Estratégico e Equipamento do município de Gondomar. Atualmente exerce o cargo, em regime de comissão de serviço, de Diretor do Departamento de Gestão de Frota do município de Gondomar.

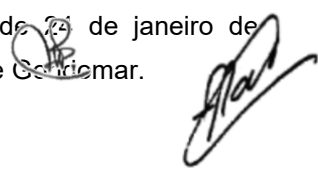
José Diogo Moreira Ferreira da Silva

Habilitações académicas: Conclusão da parte escolar do Mestrado em Engenharia Municipal — Especialização em Estradas; Licenciatura em Engenharia das Construções Cíveis; Bacharelato em Engenharia Civil. Percurso Profissional/cargos: Março de 1986 — Engenheiro Técnico no quadro de pessoal do Município de Gondomar; Em 20 de março de 2001 — Técnico Superior de 1.^a classe na área de Engenharia Civil, por reclassificação profissional (DL n.º 218/2000 de 9/9), exercendo sempre funções no Departamento de Obras Municipais, com principal incidência em projetos e direções de obras, nomeadamente de Regadios tradicionais, de Estradas, de pontões, obras em geral de construção civil por administração direta, fazendo também fiscalização de obras, orçamentos, colaboração no Plano Municipal de Segurança Rodoviária, etc.; De dezembro de 2011 a dezembro de 2012 — Chefe de Divisão de Promoção de Obras, em regime de substituição, no Departamento de Obras Municipais; De dezembro de 2012 a 07/03/2014 — Dirigente Intermédio de 3.º grau do Núcleo Municipal de Promoção de Obras, (reestruturação de serviços); De março de 2014 a 06/06/2019 — Chefe



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

de Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de obras; De 07/06/2019 a 23/01/2023 — Chefe de Divisão de Gestão de Obras; Desde 23 de janeiro de 2023 — Chefe de Divisão de Gestão de Obras no município de ~~Gestor~~  Gestor.

José Eugénio de Barros Duarte

Habilitações Académicas: Em 1983: Licenciatura em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Habilitações Profissionais: Frequentou cursos e ações de formação, versando, principalmente, matérias nas áreas de planeamento e gestão do território, legislação urbanística em geral, implementação de sistemas informáticos, sistemas de informação geográfica, cartografia digital, sistemas de transportes, economia, gestão, direção e liderança e alta direção na administração local. Experiência profissional: Em setembro de 1983: Iniciou funções no Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, tendo elaborado diversos estudos na área do planeamento urbanístico; De agosto de 1984 a dezembro de 1985: cumpriu o Serviço Militar Obrigatório na Escola Prática de Engenharia, onde, após o marcurso de oficial miliciano, ministrou formação. Passou à disponibilidade com o posto de Alferes; Em janeiro de 1986: iniciou funções na equipa técnica da elaboração do Plano Diretor Municipal, sob a orientação dos arquitetos Manuel Fernandes de Sá e Nuno Portas; Em junho de 1987: Coordenador da Comissão de Elaboração do PDM; Em outubro de 1988: Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, cargo que desempenhou durante 10 anos; De 1990 a 1994 foi, conjuntamente com o Professor José Mendes, coordenador da equipa técnica que elaborou os Planos Diretores Municipais de Vila Verde, Vieira do Minho e Murça; De outubro de 1998 a agosto de 2002: Diretor do Departamento de Urbanismo e Habitação na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Em outubro de 2002 a março de 2008: Diretor do Departamento Municipal de Gestão Urbanística e Fiscalização na Câmara Municipal do Porto; De março de 2008 a abril de 2010: Diretor Municipal da Via Pública na Câmara Municipal do Porto; Desde Abril de 2010: Diretor Municipal de Urbanismo na Câmara Municipal do Porto; Desde janeiro 2022: Atualmente exerce o cargo de Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano na Câmara Municipal do Porto.

José Henriques Soares

Data de Nascimento: 6 de junho de 1964.

Formação Académica: 1999 — Bacharelato em Administração Pública, Regional e Local, no Instituto Superior Politécnico GAYA; 2000 — Licenciatura em Administração Regional e Autárquica, na Universidade Independente; Frequentou ainda: 2002 — Frequentou a parte escolar do Mestrado em Tecnologias do



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Ambiente, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Atividades Profissionais: De 16 de março de 1989 a 1 de fevereiro de 2001, Fiscal Municipal no Município de Paredes; De 2 de fevereiro de 2001 a 14 de outubro de 2004, Técnico Superior no Município de Paredes; De 15 de outubro de 2004 a 20 de novembro de 2005, Técnico Superior no Município de Paços de Ferreira; De 21 de novembro de 2005 a 8 de outubro de 2009, Chefe de Gabinete do Gabinete de Apoio à Presidência, no Município de Paredes; De 9 de outubro de 2009 a 10 de fevereiro de 2014, Técnico Superior no Município de Paços de Ferreira; De 11 de fevereiro de 2014 a 30 de junho de 2018, Presidente do Conselho de Administração de Empresa Municipal – Gespaços — Gestão de Equipamento Municipais, E. M., S. A. De 1 de julho de 2018 a 6 de janeiro de 2019, Técnico Superior no Município de Paços de Ferreira; De 7 de janeiro de 2019 a 13 de junho de 2019, Atualmente é Chefe de Divisão na Divisão de Conservação e Administração Direta no Município de Paredes.

Júlia Zélia Freitas Ribeiro

Habilitações literárias: Licenciatura em Administração Pública, Regional e Local; Formação profissional: Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, etc., relacionados com a área funcional do cargo a prover, dos quais se destacam: Sessão de formação "A implementação da medida 5.33 do Memorando da Troika e o seu impacto nos municípios" (AMA); Participação na Conferência "Aplicação do Licenciamento Zero nos Municípios Piloto" (Quadros e Metas); Participação no seminário "Licenciamento Zero com Intolerância máxima: o Novo Regime Legal e suas Implicações na Gestão Urbanística" (IGAP); Ação de formação "4.1 Contratação Pública" (Primus); Seminário "Transferência de Novas Competências para as Câmaras Municipais" (ATAM); Curso de formação "Regime de férias, faltas e licenças" (CEFA); Seminário "Código do Imposto de Selo"; Curso de formação "A contabilidade patrimonial das autarquias Locais (POCAL)" (IGAP); Curso "Novo Regime da Tutela Administrativa" (CEFA); Curso "O Código do Procedimento Administrativo" (CMGondomar) Experiência profissional Em março de 1984 — Iniciou funções no quadro de pessoal do Município de Gondomar, como Escriutária -Datilógrafa de 2.ª Classe, no serviço do Notariado Privativo e Património Municipal do Município de Gondomar; Em 1994 foi nomeada Oficial Administrativa, tendo progredido sempre na carreira administrativa, sendo que exerceu funções nos seguintes locais: Gabinete de Imprensa e Relações Públicas, funções de Secretariado no Departamento do Ambiente do Município de Gondomar e na Secção do Património, onde procedia à organização do cadastro dos bens móveis e imóveis do Município de Gondomar; Em dezembro de 1999 foi nomeada Chefe de Secção, tendo sido designada para coordenar a Secção de Taxas, Licenças e Atividades Diversas, efetuando serviço de liquidação de taxas, impostos



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

e demais rendimentos do Município, bem como licenciamentos diversos do Município de Gondomar a partir de março de 2000; Em março de 2003 foi nomeada Chefe de Repartição, chefiando o Setor de Taxas, Licenças e Atividades Diversas, acumulando, também a Fiscalização Municipal (setembro de 2004) do Município de Gondomar; Em setembro de 2005, através de reclassificação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 412 -A/98 de 31/12, conjugado com o Decreto -Lei n.º 404 -A/98 de 18/12, transitou para a categoria de técnica superior de Administração de 1.ª Classe, coordenando o Setor de Taxas, Licenças e Atividades Diversas, Fiscalização Municipal e Execuções Fiscais do Município de Gondomar; Entre setembro de 2008 e novembro de 2009 — Nomeada, Adjunta de Vereador, em regime de comissão de serviço, exercendo funções no Gabinete de Apoio à Presidência do Município de Gondomar; A 05 de novembro de 2009 — Nomeada Chefe de Divisão Administrativa, em regime de substituição, coordenando e dirigindo a Secretaria Central, os Serviços de Taxas, Licenças e Atividades Diversas, a Fiscalização Municipal e Execuções Fiscais do Município de Gondomar, tendo iniciado a comissão de serviço, após procedimento concursal, a 17 de dezembro de 2010; Em 30 de dezembro de 2011, foi nomeada em regime de substituição, como Diretora de Departamento de Administração e Recursos Humanos, dirigindo e coordenando a Divisão de Atendimento Municipal, do Gabinete do Expediente e Arquivo, do Gabinete de atendimento de Rio Tinto, do Serviço de Taxas, Licenças e Atividades Diversas, do Serviço de Execuções Fiscais e do Processo do SIADAP do Município. Em dezembro de 2012 o Município procedeu a uma nova reestruturação dos serviços, tendo a unidade orgânica em causa sido extinta. Em 29/12/2012 foi nomeada, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Atendimento Municipal e Modernização Administrativa. Atualmente exerce o cargo de Diretora de Departamento de Atendimento Municipal e Inovação do município de Gondomar.

Lília Cristina Matos Pinto Prendas

Licenciada em Serviço Social, pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto, em 1991.

No período de 1991 a 1992 exerceu funções de Técnica Superior de Serviço Social pela Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto e de Assistente Social pela Câmara Municipal do Porto. De 1992 a 1994 desempenhou funções de Técnica Superior de Serviço Social pela Câmara Municipal de Matosinhos - ADEIMA. No dia 2 de maio de 1995 ingressou no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Matosinhos, tendo desempenhado as funções de Técnica Superior de Serviço Social até 2 de fevereiro de 2003. Desempenhou funções de Chefe de Projetos na ADEIMA, na implementação de Projetos de Desenvolvimento



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Comunitário, e como membro do Núcleo Executivo da Comissão Local de Acompanhamento de Matosinhos ao nível do programa nacional Rendimento Mínimo Garantido. Participou no Projeto Observatório Social, em parceria com o Centro Regional de Segurança Social, no Concelho de Matosinhos. Participou em equipas técnicas que elaboraram candidaturas a iniciativas nacionais e comunitárias como: Programa «Saúde e Integração Social», subprograma INTEGRAR; Inserção económica e social dos grupos mais desfavorecidos; Medida 1 - Apoio ao desenvolvimento social (FSE); Projetos EUROPEUS DE AÇÃO CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL, (1995 e 1996); Programa Emprego, Eixos INTEGRA, HORIZON E NOW, (1997). Exerceu o cargo de dirigente intermédio de 2.º grau, da Divisão de Ação Social e Saúde de 3 de fevereiro de 2003 a 2 de abril de 2008, da Divisão de Promoção Social e Saúde, de 3 de abril de 2008 a 20 de dezembro de 2015. Desde 2015 é diretora do Departamento de Intervenção Social do município de Matosinhos.

Luís Alexandre Pereira dos Santos Moutinho

Habilitações académicas: Licenciatura em Marketing e Publicidade (2003) pelo Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, Porto. Habilitações profissionais: Pós-Graduação em Proteção Civil: Planeamento e Intervenção (2018) pelo Instituto CRIAP -Psicologia e Formação Avançada, Porto. Curso Avançado sobre Licenças e Atividades Económicas: “Licenciamento Zero” e Diretiva de Serviços” (2012) pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Experiência profissional: Pertence ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Porto desde maio de 2000. De 2000 a 2008 exerceu funções na então existente Divisão Municipal de Trânsito, ficando responsável pela coordenação do grupo de trabalho técnico e de fiscalização e pela apreciação técnica, estética e legal dos processos de licenciamento de publicidade. De 2009 a 2010, exerceu funções na então existente Direção Municipal da Via Pública estando ligado às questões do Sistema de Gestão, dinamizador no âmbito do SAMA/SIMPLEX e apoio técnico a nível de assessoria de Direção. De outubro de 2010 a novembro de 2012, integrou a equipa multidisciplinar do Balcão do Empreendedor, no Departamento dos Portais, Serviços Integrados e Multicanal da Agência para a Modernização Administrativa, onde desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Gestão de conteúdos nos portais nacionais de prestação de serviços públicos: Portal do Cidadão, Portal da Empresa e Balcão do Empreendedor. Dinamização de sessões de formação, a nível nacional, destinadas às entidades da administração central e local, no âmbito da Diretiva de Serviços, Iniciativa legislativa “Licenciamento Zero” e do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI). Acompanhamento e gestão de relacionamento dos municípios



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

envolvidos no projeto-piloto da desmaterialização das formalidades da competência dos municípios abrangidas pela Diretiva de Serviços (DS). Coordenador Nacional do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI), resultante da Diretiva de Serviços, onde assumiu a representação internacional nos grupos de trabalho da União Europeia (UE). De dezembro de 2012 a maio de 2014, desempenhou funções na então existente Direção Municipal de Gestão da Via Pública, ligado às questões do Sistema de Gestão da Qualidade e apoio técnico a nível de assessoria de Direção. De maio de 2014 a abril de 2015, desempenhou funções na Efangol — Engenharia de Fachadas em Luanda, Angola, na Direção de Armazém. Em novembro de 2015 iniciou funções no Departamento Municipal de Proteção Civil. Atualmente exerce o cargo de Diretor do Departamento de Proteção Civil do município do Porto.

Outras atividades/cargos: Enquanto coordenador nacional do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI) — Portugal foi distinguido pela Comissão Europeia por boas práticas como coordenador nacional (2012).

Madalena Cristina Santos Casaca

Data de Nascimento: 24 de janeiro de 1983

Formação Académica:

2005 - Licenciatura em Desporto variante Condição Física e Saúde, na Escola Superior de Rio Maior;

Atividades Profissionais:

Setembro/2004 até julho/2005, Professora de aulas de aeróbica e Step, Professora de ginástica infantil no Projeto "Mais Desporto Mais Saúde do Município de Rio Maior; Setembro/2004 até julho/2001, Professora de Natação de bebés, crianças e adultos, Professora Hidroginástica, Professora Ginástica Infantil, Professora Aeróbica, no Município de Castelo de Paiva; Setembro/2005 até julho/2007, Professora de ginástica Sénior, Professora de Natação Sénior, treinadora de Boccia Sénior no Centro Social de Santa Maria de Sardoura; Setembro/2005 até julho/2007, Professora de ginástica Sénior, Professora de atividade física, Professora de Natação Sénior, Professora de Natação de criança, treinadora de Boccia Sénior no Centro Social do Couto Mineiro Pejão; Setembro/2005 até julho/2007, Professora de ginástica Sénior, Professora de atividade física (deficientes mentais), Professora de Natação Sénior, na Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva; Julho/2007 até agosto/2007, Professora de atividade Ocupacionais, Penafiel ativa EM - Município de Penafiel; Setembro/2007 até fevereiro/2011, Professora de Natação de bebés, crianças, adultos, Sénior, Professora Hidroginástica, treinadora de Boccia Sénior do Município de Paredes; Fevereiro/2011 até data, Técnica Superior de Educação Física e Desporto do Município de Paredes; Janeiro/2022 a maio/2022, Dirigente Intermédio de 3.º Grau



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

na Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, em regime de substituição no Município de Paredes. Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos do município de Paredes.

Manuel Domingos Areal e Sousa

Data de nascimento: 11 de dezembro de 1967.

Habilitações académicas e formação complementar:

2010, Pós-Graduação em Administração Pública - Equivalência do CADAP - Curso de Alta Direção em Administração Pública, pelo INA, I. P.;

1993, licenciatura em Economia, especialização em Economia Aplicada e Gestão de Empresas, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Experiência profissional:

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Centro do Centro de Emprego de Santo Tirso da Delegação Regional do Norte.

Exerceu funções de técnico superior na Divisão de Gestão de Fundos Europeus na Câmara Municipal de Santo Tirso;

De 2 de maio de 2016 a 28 de fevereiro de 2023, exerceu funções de Técnico Superior e Coordenador do Gabinete Famalicão Made IN (Gabinete apoio a empresas e empreendedores), na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão;

De 22 de fevereiro de 2016 a 01 de maio de 2016, exerceu funções de Técnico Superior Consultor na Delegação Regional Norte do IEFP, I. P.;

De 1 de julho de 2015 a 21 de fevereiro de 2016 exerceu o cargo de Diretor do Centro de Emprego de Vila Nova de Famalicão do IEFP, I. P.;

De 19 de novembro de 2012 a 30 de junho de 2015 exerceu o cargo de Diretor do Centro de Emprego do Baixo Ave do IEFP, I. P.;

De 29 de maio de 2010 a 18 de novembro de 2012, exerceu o cargo de Diretor do Centro de Emprego de Vila Nova de Famalicão do IEFP, I. P.;

De 1 de julho de 2007 a 28 de maio de 2010, exerceu funções de Técnico Superior na Unidade de Gestão e de Desenvolvimento do Emprego no Centro de Emprego de Santo Tirso do IEFP, I. P.;

De 1 a 30 de junho de 2007 exerceu funções de Técnico Superior na Delegação Regional Norte do IEFP, I. P.;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

De 9 de agosto de 2001 e 31 de maio de 2007, exerceu o cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Planeamento Operacional e Controlo de Gestão na Delegação Regional Norte do IEFP, I. P.;

De 17 de agosto de 2001 e 22 de julho de 2004, exerceu o cargo de presidente da Comissão de Fiscalização do CINCORK.;

De 23 de agosto de 1999 e 8 de agosto de 2001, exerceu o cargo de Chefe de Divisão da Divisão de Informática e Controlo de Gestão na Delegação Regional Norte do IEFP, I. P.;

Em 5 de setembro de 1994 ingressou no IEFP, tendo exercido, desde essa data e até 22 de agosto de 1999, funções de Técnico Superior na Direção de Serviços de Análise e Acompanhamento de Programas, I. P., e na Divisão de Análise e Formação Externa do Programa Pessoa, QCA II, na Delegação Regional Norte do IEFP, I. P.;

De dez-93 a dez-94, exerceu a função de Formador de Contabilidade e Tutor Técnico num PFE, Curso: "Contabilidade e Fiscalidade";

Em 1992 e 1993, realizou estágio de 1 ano, na Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso e Estágio de 6 meses, na 1.ª Repartição de Finanças de Santo Tirso.

Funções complementares:

Formador certificado pelo IEFP, I. P. (CAP/CCP), desde 2008, tendo desempenhado a função de Formador e Monitor em várias ações de formação interna, promovidas pelo IEFP, I. P.;

Participação em vários grupos de trabalho sobre emprego e formação, empreendedorismo e inclusão social;

Júri de concursos para cargos dirigentes do IEFP, IP e da Administração Local;

Orientador de estágios curriculares e estágios profissionais no âmbito do PEPAC e PEPAL;

Participação, como membro de grupos de trabalho, em vários projetos europeus (Empreendmakers, URBACT, ...);

Participação, em representação do IEFP, IP, em Planos de ação territorial para o emprego e inclusão social (CIM do Ave e AMP), em CLAS e Conselhos Municipais de Educação e em Conselhos Gerais de Agrupamentos Escolares dos concelhos de Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão;

Representante do IEFP, I. P., no Conselho Superior de Estatística do INE - Região Norte;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Financeiro da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Bartolomeu de Fontiscos, Santo Tirso, desde 2010;

Dirigente do Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português, desde 1994.

Manuel Fernando Vaz Ribeiro

Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Penafiel.

Licenciatura em Administração Autárquica - Universidade Portucalense

Master Business Administration" (MBA) Executivo em Gestão Autárquica com Especialização em Empreendedorismo e Comunicação Autárquica

Mestrando em Gestão de Recursos Humanos - Universidade do Minho

Técnico Superior de Higiene e Segurança (Nível V) - ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração.

Experiência Profissional:

Câmara Municipal de Penafiel

Escriturário Datilógrafo de 2.ª Classe - 26 de maio de 1981

3.º Oficial interino - 13-02-1984

Operador - 22-11-1984

Operador de Sistemas de 2.ª Classe - 20-02-1992

Operador de Sistemas de 1.ª Classe - 10-05-1993

Chefe de Repartição de Recursos Humanos - 19-09-1997

Chefe da Divisão dos Assuntos Administrativos - 09-07-1999

Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos e da Modernização Administrativa - 09-03-2001

Chefe da Divisão de Recursos Humanos - 01-01-2013

Diretor de Departamento de Recursos Humanos - 03-03-2025

Formador - Certificado de Aptidão Profissional n.º EDF 12117/99 DN

Margarida Maria Ferreira Cardoso

Habilitações Académicas: licenciada, com formação superior adequada ao desempenho de funções de direção intermédia em administração pública, com especialização e experiência na área da educação e gestão educativa.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Formação Profissional: frequentou ações de formação e aperfeiçoamento profissional em matérias relacionadas com administração pública, gestão educativa e políticas educativas locais, em conformidade com as exigências legais e técnicas para o exercício de funções de liderança em serviços de educação municipal.

Experiência profissional: iniciou funções na Câmara Municipal de Paredes como técnica superior integrada em serviços de educação, participando em processos administrativos e de coordenação de programas educativos. Entre 2021 e 2023, desempenhou funções de Chefe da Divisão de Educação em regime de comissão de serviço, exercendo competências de coordenação, supervisão e articulação com estabelecimentos de ensino e órgãos municipais. Foi renovada a comissão de serviço em 21 de setembro de 2023, com efeitos a 8 de setembro de 2023, pelo período de três anos, ao abrigo da legislação aplicável à administração local. Posteriormente, foi novamente nomeada Chefe da Divisão de Educação.

Maria Antónia Dias da Silva

Data de Nascimento: 30 de maio de 1962;

Formação Académica:

1985-Licenciatura em Ciências Históricas, na Universidade Livre do Porto;

1994-Mestrado em Arqueologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Atividades Profissionais:

Dezembro 1986 a setembro de 2003, Docente no Departamento de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique;

1995/2001, formadora no âmbito do Programa de Formação Contínua de Professores, promovida pela Universidade Portucalense, nas áreas de Investigação e Ensino da História, Património e Preservação;

1999 membro fundador do Gabinete de Arqueologia e Património (G.A.P.) da Câmara Municipal de Paredes em articulação com a Universidade Portucalense Infante D. Henrique;

1999/2001 membro da equipa que elaborou, estruturou e organizou o Curso de Formação Profissional "Conservação e Restauro de Cerâmica e Azulejo, parceria com IEFP e Universidade Portucalense Infante D. Henrique;

Março de 2005 a novembro de 2008, Técnica Superior 2.ª classe (Arqueologia) na Câmara Municipal de Paredes;

Dezembro de 2008 a 13 de agosto de 2019, Técnica Superior 1.ª classe (Arqueologia), na Câmara Municipal de Paredes;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14 de agosto de 2019 a 28 de maio de 2020, Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Unidade de Património Cultural, Biblioteca e Arquivo, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Paredes;

29 de maio de 2020 a 8 de janeiro de 2025, Dirigente Intermédio de 3.º Grau na Unidade de Património Cultural, Biblioteca e Arquivo, na Câmara Municipal de Paredes;

Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Cultura na Câmara Municipal de Paredes.

Maria Catarina Nunes de Paiva Magalhães

Data de nascimento: 6 de janeiro de 1976.

Habilitações: Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas — Variante Francês/Inglês, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Especialização em Ciências Documentais — Variante Bibliotecas e Documentação,

pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique Categoria: Técnica Superior

desde 5 de setembro de 2003 Experiência profissional na área do cargo a prover:

Técnica do serviço de Animação Cultural/ Divisão de Cultura/Câmara Municipal de Valongo, entre setembro de 2003 e novembro de 2009 (serviço no qual já tinha feito um estágio de meio ano e estado dois anos a contrato). Responsável pelo Fórum Cultural de Ermesinde/Divisão de Cultura/Câmara Municipal de Valongo, entre

novembro de 2002 e novembro de 2009. Técnica do serviço de Animação/Ação

Cultural/Divisão de Cultura/Câmara Municipal de Valongo, desde dezembro de

2009, destacando -se as seguintes funções: Coordenadora do serviço de Animação

Cultural, entre janeiro de 2011 e março de 2012; Substituição da Chefe da Divisão

de Cultura, entre maio e outubro de 2013 (por motivo de licença de maternidade);

Elemento da equipa de dinamização cultural da Biblioteca Municipal de Valongo,

entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015; Substituição do Chefe da Divisão de

Cultura, entre 14 de julho e 24 de agosto de 2017 (por motivo de férias); Elemento

da Comissão Organizadora das Comemorações dos 180 Anos do Concelho de

Valongo, entre novembro de 2016 e novembro de 2017. Chefe da Divisão de

Cultura da Câmara Municipal de Valongo, desde 28 de março de 2018 até à

presente data. Formação profissional relevante: 15/04/2003 a 08/07/2003 — Gestão

e Dinamização de Espaços Culturais e Ambiente/60 horas; 2004 — Curso de

Formação Pedagógica Inicial de Formadores/102 horas; 23/02/2005 a 28/04/2006

— Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo o referencial

normativo ISO 9001:2000 na Câmara Municipal de Valongo | 68 horas; 12/09/2005 a

15/03/2007 — Elaboração de Planos de Emergência Internos nos Edifícios sob

Gestão da Câmara Municipal de Valongo/700 horas; 2013 — Formação Profissional

de Gestão de Projetos — MS Projet/21 horas; 04/04/2014 a 09/05/2014 —



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Marketing Público e Comunicação Institucional/28 horas; 27/05/2014 a 29/05/2014 — Gestão para a Qualidade, Liderança e Gestão de Equipas/21 horas; 17/07/2014 a 25/07/2014 — Gestão Financeira para Pessoas não Financeiras/35 horas; 28/07/2014 a 30/07/2014 — Gestão de Recursos Humanos/21 horas; 17/11/2014 a 25/11/2014 — SIADAP — Da Missão à Construção de Objetivos/28 horas; 12/06/2018 a 13/06/2018 — Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados — Regulamento UE 2016/679/14 horas; 21/05/2018 — Team Building/8 horas. Outros elementos relevantes: Em junho de 2003, participou na Ação de Formação “História da Banda Desenhada: contributos para a seleção documental nas bibliotecas”. Entre 2004 e 2011, orientou vários estágios realizados na Divisão de Cultura/Câmara Municipal de Valongo, em áreas ligadas a Animação Sociocultural, Património, Serviços Educativos, Marketing e Publicidade, etc. Em novembro de 2004, participou no curso “Arte Contemporânea Brasileira: (N) Os Anos 50 da Bienal de S. Paulo”. Entre setembro de 2011 e agosto de 2013, foi a interlocutora da Divisão de Cultura no projeto “Fazer Ondas: a Introdução da Igualdade de Género na Câmara Municipal de Valongo”. Em outubro de 2014, frequentou a formação sobre Protocolo Autárquico. Em outubro de 2015, frequentou o Curso de Locução e Dobragem Profissional. Em novembro de 2015, participou no III Seminário Internacional “Cultura, Lusofonia e Direito de Autor na Era Digital”. Em outubro de 2017, participou no I Congresso de Brinquedo Português, em Vila Verde. Em novembro de 2018, participou no I Seminário de Intercâmbio de Experiências no Âmbito da Cultura Eixo Atlântico, em Santa Maria da Feira. Em dezembro de 2018, participou no encontro “Em Concreto (2) — O Património Cultural Imaterial no Terreno — Expectativas, Experiências, Perspetivas”.

Carmo Pereira Marques Martins

Experiência Profissional no Município de Guimarães:

25/05/1988 - Ingressou no quadro desta Câmara Municipal na categoria de Adjunto de Tesoureiro;

23/11/1992 - Nomeada na categoria de Técnica Auxiliar de Turismo de 2.ª classe;

02/12/1994 - Promovida na categoria de Técnica Profissional de Turismo de 1.ª classe;

28/05/1999 - Promovida na categoria de Técnica Profissional de Turismo Principal;

15/01/2003 - Reclassificada para a categoria de Técnica de 2.ª Classe;

07/01/2008 - Reclassificada para a categoria de Técnica Superior Estagiária;

10/03/2008 - Nomeada na categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

21/09/2010 a 31/12/2013 - Chefe da Divisão Modernização Administrativa e Qualidade;

01/01/2014 - Chefe da Divisão da Modernização Administrativa e Qualidade regime de substituição;

01/07/2014 - Chefe da Divisão da Modernização Administrativa e Qualidade, em regime de comissão de serviço;

Desde 01/01/2018 - Chefe da Divisão de Apoio e Atendimento ao Municípe.

Funções de especial relevância:

Balcão Virtual de Atendimento ("Esclareça on-line") - Responsável pela proposta de criação e pela coordenação da implementação de uma nova vertente de atendimento telefónico e on-line, que o Município de Guimarães disponibiliza desde 18 de janeiro de 2010;

SIMPLEX Autárquico, coordenação técnica da equipa de trabalho envolvida no programa, desde julho de 2008;

Balcão único de atendimento - Responsável pela proposta de criação e pela coordenação da implementação deste novo modelo de atendimento disponibilizado pelo Município de Guimarães desde julho de 2009;

Certificação para a qualidade: desde 2006, responsável técnica pela implementação de um SGQ no Município de Guimarães, de acordo com os requisitos da NP EN ISO 9001:2000, implementação esta que veio a ser reconhecida como uma boa prática no âmbito da modernização administrativa tendo sido premiada com uma menção honrosa pelo júri do Concurso nacional de boas práticas na administração local (2007), cuja candidatura foi elaborada por esta técnica.

Formação Profissional = participou em várias ações de formação, relacionadas com área funcional para a qual é provida.

Rosário Correia Machado

Licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Pós-Graduação em Gestão de Centros Urbanos.

Pós-Graduação em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território.

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), pela Fundação FEFAL.

2006 a 2021-diretora da Rota do Românico e do Centro de Estudos do Românico e Território.

Atualmente exerce o cargo de Diretora das Rotas do Românico.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Entre 2013 a 2021-integra a Direção Executiva da TRANSROMANICAItinerário Cultural do Conselho da Europa.

2021 a 2025-Câmara Municipal de Amarante, Diretora de Departamento de Cultura, Focal Point de Amarante Cidade Criativa da Música da UNESCO.

Membro do ICOMOS, 2014, perita avaliadora de proposta a Património Mundial da Humanidade pela UNESCO dos “Caminhos de Santiago no Norte de Espanha | extensão dos “Caminhos de Santiago de Compostela” (Espanha).

Membro do Conselho Científico e da Comissão Executiva do Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal | Brasil e membro do Conselho Científico da Ribeira Sacra a Património Mundial UNESCO, Espanha.

Maria Francisca Pinto Mora Pinto de Magalhães

Data de nascimento: 15 de novembro de 1970.

Habilitações académicas: Licenciatura em Arquitetura, pela Universidade do Porto, em 1995; Mestrado em “Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano”, pelas Faculdades de Arquitetura e Engenharia da Universidade do Porto, em 2009. Formação profissional: Frequência de diversas ações de formação, seminários e outros, no âmbito da sua atividade profissional, abrangendo as diferentes áreas de ação, designadamente: Código de Procedimento Administrativo, Lei das Finanças Locais — POCAL, Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho — SIADAP, Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, bem como, Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, pela Fundação para os Estudos de Formação Autárquica (CEFA), em 2013/2014. Experiência profissional: Entre 1993 e 1994 — Estágio curricular, Porto. Entre 1995 e 1996 — Arquiteta em profissão liberal, Porto. Entre dezembro de 1996 e março de 2010 — Técnica Superior da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Entre 2005 e 2013 — Vogal do Conselho Regional de Disciplina do Norte da Ordem dos Arquitetos Portugueses, Porto. Entre 2005 e 2010 — Delegada do Conselho Regional de Delegados da Ordem dos Arquitetos Portugueses. Entre março de 2010 e novembro de 2013 — Exercício das funções de Chefe da Divisão Municipal de Planeamento Urbanístico, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; desde novembro de 2013 — Diretora do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro

Licenciatura em Direito, concluída em 1989.

Experiência Profissional:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Em 01.10.91 - Contrato Administrativo de Provimento como estagiária da carreira técnica superior - Jurista no município de Guimarães

Em 04.03.1993 - técnica superior Jurista de 2.ª Classe no município de Guimarães

Em 06.01.1997 - técnica superior Jurista de 1.ª Classe no município de Guimarães

Em 04.01.2001 - técnica superior Principal no município de Guimarães

Em 04.02.2005 - técnica superior Jurista Assessora no município de Guimarães

Em 18.03.2008 - Chefe da Divisão de Contencioso, em regime de comissão de serviço, no município de Guimarães

Em 04.01.2011, - Diretora do Departamento de Recursos Humanos, em regime de substituição, no município de Guimarães

De 01 de Fevereiro de 1995 a 31 de julho de 1999 - jurista na Direção dos Serviços de Justiça de Macau (DSJ); nesses mesmos serviços exerceu as funções de chefe da Divisão de Recursos Humanos, em regime de substituição, de 20/05/1996 a 9/12/1997.

De 11 de Maio de 2001 a 23 de outubro 2002 - jurista na Direção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)

É atualmente Diretora do Departamento Jurídico no município de Guimarães.

Formação Profissional = participou em várias ações de formação, relacionadas com as áreas funcionais para a qual é provida, num total de mais de 400 horas.

Maria Isabel Gonçalves de Araújo de Aguiar Pereira

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito, Universidade Lusíada. Formação profissional: Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL) — Ministrado pela Fundação FEFAL. Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, etc., formação diversificada nas áreas em causa, nomeadamente, Código de Procedimento Administrativo, Regime de Férias, Faltas e Licenças, Gestão de Recursos Humanos, Remunerações e Suplementos Remuneratórios, Balanço Social, Procedimentos de Recolha e tratamento de dados, Processamento de Abonos e Remunerações Complementares, Formação Pedagógica Inicial de Formadores, Técnicas de Chefia e Liderança; Avaliação de Desempenho (SIADAP, Reengenharia de Processos, Proteção de Dados, Implementação de metodologia KAIZEN LEAN, entre outras. Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos no município de Gondomar.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Maria Isabel Macedo Vieira

Habilitações académicas: Licenciatura em Gestão de Empresas ministrado pelo Instituto Superior da Maia — ISMAI concluído em 1996 com 12 valores; Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Humanos, ministrado pelo — ISMAI com a APGRH; concluído em 1998 com 15 valores; Especialização em Gestão de Estabelecimentos e Serviços de Saúde ministrado pelo ISMAI, concluído em 2006 com 18 valores. Especialização em Gestão Autárquica correspondente ao 1.º ano de mestrado concluído com 15 valores no IPCA — Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas com o n.º 53411.

Formação profissional: 2018/2019 — Formação da Agência da Modernização Administrativa 35h; 2017 — Código da Contratação Pública, 15h — MVNF; Cursos de formação — Espaços Cidadão — Modernização Administrativa — 76h; Novo Regulamento da União Europeia de Proteção de Dados — 7h; 2015 — Workshop “Coaching Pessoal” — 12.º Fórum de Formação e Opções Profissionais; 2014 — II Encontro Nacional de Formadores — IGNITE Ferramentas Digitais para Formadores; 2013 O Futuro da Economia Passa Pela Continuidade das Empresas Familiares, Sistemas de Incentivos do QREN.; 2010 — Ambiente, Segurança Higiene e Saúde no trabalho 25h, AEP; 2008 — O Novo Regime da Contratação Pública” — 24h, Primus; 2007 — Jornadas sobre Formação para a Administração Local no âmbito do Programa Foral” 7h — Município de Oliveira de Azeméis; “O Regime de Mobilidade Especial” — 6.5h — IGAP; “Plano de Formação” — 7h — Global Estratégias; 2006 — MS POWERPOINT XP — 30h — Iconefile, academia multimédia; SIADAP — Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho na Administração Pública — 30H ATAM; 2006 — Formação de Formadores — IEFP; 2004 — Gestão de Recursos Humanos — 60h — Fundação da Juventude; Gestão de comportamentos/Conflitos — 50h — Fundação da Juventude; Frequência de outras ações de âmbito diversificado, seminários e colóquios entre outros. Experiência profissional: Iniciou a sua atividade profissional em novembro de 1999 até outubro de 2000, como técnico superior na área de recursos humanos na Browning Viana — Fábrica de Armas e Artigos de Desporto, S. A.; Exerce funções como técnico superior de economia e gestão no período de 2000 a 2015 — com as funções de implementação, coordenação, elaboração de candidaturas a fundos públicos, acreditação da formação, interlocutora entre a Secretaria de Estado da Administração Pública e a Autarquia no que concerne à formação, gestão das políticas ativas de emprego, análise de protocolos, orientadora de estágios da Universidade do Minho e Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, oradora em seminários do ensino superior, coordenadora da gestão de edifícios do MPV.; 2016 — Técnica superior no município de Vila Nova de Famalicão desempenhando funções na área da formação e qualidade na variante dos recursos



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

humanos; 2017 a 2021/02/14 — Técnica Superior com funções de coordenação no Município da Póvoa de Varzim, conforme despacho da vereação de 2017 -11 -20 no âmbito da Secção de Licenciamentos de Obras Particulares; coordenação no âmbito da implementação do Serviço de Atendimento Integrado, conforme Despacho n.º 24/GR/2018 de 2018/02/16; coordenadora do Arquivo Intermediário, conforme despacho da presidência n.º 74/GR/2018 de 2018 -07 -03; 2021/02/15 — Técnica superior no município de Vila Nova de Famalicão, em regime de mobilidade entre serviços; A partir de 2021 Chefe da Divisão de Desenvolvimento Territorial na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Maria João Baptista de Pinho

Data de Nascimento: 11 de maio de 1977.

Formação Académica:

2001 — Licenciatura em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social do Porto;

Formação Profissional:

2022/setembro — Curso de formação Profissional de Transferências de Competências para as Autarquias Locais — Aplicação AAS/RSI(Inserção); 2022/março — Curso de formação Profissional de Transferências de Competências para as Autarquias Locais — Modelo de Intervenção(Atendimento/Acompanhamento Social); 2022/janeiro — Formação Modernização e Capacitação da AL — Curso Diagnostico Social; 2019/abril — Liderança em Trabalho de Equipa; 2018/fevereiro — Formação de Profissionais na área de Violência Doméstica — Intervenção com vítimas particularmente vulneráveis; Atividades Profissionais: Atualmente é Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Unidade de Habitação, Rede e Desenvolvimento Social no Município de Paredes; 2005/fevereiro a 2022/junho, Técnica Superior Serviço Social, no Município de Paredes; 2001/dezembro a 2004/dezembro, Técnica Superior Serviço Social, Associação Para o Desenvolvimento Integral da Sobreira; 2000/setembro a 2000/maio, Estagiária de Serviço Social, no Hospital de Santo António —Porto; 1999/setembro a 2000/maio, Estagiária de Serviço Social, no Centro de Saúde de Paredes.

Maria José Mendes Costa Ferreira Santos

Habilitações Literárias: Licenciatura em História — variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, concluída em 1998 com média final de 15 valores; Mestrado em Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, concluído em 2004 com a classificação final de Muito Bom; Pós - Graduação em Gestão Estratégica do Património na Administração Pública e



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Autárquica, pelo IPPAR — Instituto Português do Património Arquitetónico e ISPGAYA — Instituto Superior Politécnico, concluída em 2005 com a classificação final de Muito Bom; Curso de Doutoramento em Arqueologia (120 ECTS), pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, concluído em 2014 com média final de 16 valores. Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Cultura e Turismo no município de Penafiel.

Maria Manuela Castro Gonçalves Lima

Habilitações Académicas: 1990 - Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Habilitações Profissionais: 2021 - Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) AMP 1.ª Edição - Curso 2 Ação 1.1, ministrado pela Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais - Fundação FEFAL.

Experiência Profissional:

1990 - Início de funções na Câmara Municipal de Vila do Conde, em regime de contrato por um período de um ano como técnica superior jurista; 1991 - Celebração de contrato administrativo de provimento, como técnica superior estagiária com a Câmara Municipal de Vila do Conde, na sequência de concurso externo geral de ingresso (jurista) com classificação de 16 valores e de estágio efetuado com classificação de 18 valores; 1992 - Posse como técnica superior de 2.ª classe (jurista) na Câmara Municipal de Vila do Conde, com classificação de 17 valores; 1995 - Posse como técnica superior de 1.ª classe (jurista) na Câmara Municipal de Vila do Conde, na sequência de Concurso Interno Geral de Acesso, com classificação de 17 valores; 1998 - Posse como técnica superior de principal (jurista) na Câmara Municipal de Vila do Conde, na sequência de Concurso Interno Geral de Acesso, com classificação de 17 valores; 2001 - Posse como técnica superior de assessora (jurista) na Câmara Municipal de Vila do Conde, na sequência de Concurso Interno Geral de Acesso, com classificação de 18 valores; 2005 - Posse como técnica superior de assessora principal (jurista) na Câmara Municipal de Vila do Conde, na sequência de Concurso Interno Geral de Acesso, com classificação de 18 valores; Em 2017 passa a exercer, em comissão de serviço, o cargo de direção intermédia de 2.º grau - chefe de divisão de gestão de recursos humanos na Câmara Municipal de Vila do Conde. Atualmente exerce o cargo de Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do município de Vila do Conde.

Informações Adicionais:

Representante do Município de Vila do Conde nos Conselhos Gerais de Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho de Vila do Conde, desde 2009.

Orientadora de estágio das Licenciaturas: Administração Pública, Recursos Humanos da ESEIG e Ciências da Educação;



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Membro do Júri da PAT-Prova de aptidão Tecnológica da Escola Secundária José Régio;

Presidente e vogal efetivo de diversos procedimentos concursais Municipais em Vila do Conde publicitados entre 1994 a 2016.

Marisa Gisela Soares das Neves

Nasceu em 1984, em Penafiel. Concluiu a licenciatura em Direito, menção de Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2008. É Mestranda em Ciências Jurídico -Publicísticas na Universidade Lusófona do Porto, desde 2019. Em 2012 celebra contrato de trabalho em funções públicas com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, na carreira de Técnica Superior, jurista, integrando no mapa de pessoal da entidade até à presente data. Exerceu as funções inerentes à carreira Técnica Superior na área jurídica, elaborando pareceres e informações jurídicas nas mais diversas áreas de atuação da entidade pública, e regulamentos internos. Integrou a equipa do PDCT — Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Tâmega, no âmbito do Portugal 2020, com particular enfoque no apoio jurídico à contratação pública inerente à execução do PIICIE — Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Tâmega e Sousa. Integrou diversos grupos de trabalho, de que se destacam o Grupo de trabalho para a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados nos Municípios da CIM -TS; Implementação da Central de Compras da CIM -TS; Economia Circular no Tâmega e Sousa. Elaborou o Plano Estratégico de Compras Públicas da CIM -TS para o ano de 2019. Organizou o ciclo de quatro conferências na área jurídica no ano de 2019 «Quid Juris, Tâmega e Sousa?». Foi ainda responsável por acompanhar o contencioso da entidade, e exerceu funções de Secretariado aos órgãos da CIM. Integrou diversos júris de procedimentos concursais, bem como, júris de recrutamento de pessoal. Frequentou diversas ações de formação, conferências e seminários, nas mais diversas áreas jurídicas, ministradas pela Ordem dos Advogados Portugueses, Universidade do Minho, AEDREL, CEDIPRE, entre muitas outras entidades, com destaque para o Curso de Especialização em Compras Públicas, ministrado pelo IGAP. É detentora do CAP. É Advogada, com inscrição voluntariamente suspensa na Ordem dos Advogados Portugueses desde 2013.

Marta da Conceição Alves Pereira Tavares Miranda

Formação académica:

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mestre em História e Património pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pós-graduada em Ciências Documentais — Biblioteca e Documentação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Experiência profissional:

Atualmente exerce o cargo de Diretora do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto do município de Vila do Conde. Foi Chefe de Divisão de Cultura, Turismo e Comunicação da Câmara Municipal de Vila do Conde entre 2017 e 2023. Desempenhou funções na carreira e categoria de técnica superior na área de Biblioteca e Documentação no período compreendido entre março de 1988 e 2 de agosto de 2017 na Câmara Municipal de Vila do Conde (Biblioteca Municipal e Casa Antero de Quental). Foi docente do Ensino Superior, na Licenciatura de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação no IPP. Lecionou em diversos cursos de formação (formação de docentes e Técnicos Profissionais). Informações complementares Fez várias ações de formação profissional, de que se destaca o Curso de Gestão Pública na Administração Local ministrada pela Fundação FEFAL. Participou em várias ações de formação, seminários, colóquio e congressos nos domínios da ciência da Informação e documentação, turismo, gestão cultural, história local e nacional e literatura. É autora de várias comunicações no domínio da Ciência da Informação, Gestão de Bibliotecas, Gestão de Bibliotecas Escolares, História Local e Literatura. É autora de vários títulos e artigos publicados em volume e/ou integrando publicações conjuntas, sobre temáticas da História local e Ciência da Informação e da Documentação. Tem integrado vários júris de avaliação de candidatos a procedimentos concursais.

Marta Daniela Silva Gosta

Data de nascimento: 28/09/1976

Habilitações Literárias:

2007 - Mestrado em Psicologia Escolar (Muito Bom), Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho; 1994-1999 - Licenciatura em Psicologia (14 valores) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade do Porto
Experiência Profissional: Desde outubro de 2022 - Chefe da Divisão de Juventude no Município de Valongo. Desde novembro de 2008 até outubro de 2021: Técnica Superior Psicologia, Município de Valongo. De junho de 2007 até outubro 2008 - Coordenadora de projetos, Federação de Associações Juvenis do Distrito do Porto. De maio de 2005 até setembro de 2006 - Coordenadora de Projeto, Rede Portuguesa de Jovens para a igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. De outubro de 2002 até outubro de 2004 - Psicóloga (tempo parcial), CENFIM Trofa. De novembro de 1999 a setembro de 2002 - Psicóloga, Escola Superior De Biotecnologia - Universidade Católica Portuguesa. Formação Profissional: Abril de 2023 (35 horas) - Visita de estudo a organizações checas envolvidas em voluntariado; Outubro de 2022 (35 horas) - Visita de estudo: inclusão de jovens NEET - a experiência portuguesa dezembro de 2011 a janeiro de 2013 (90 horas) - CLEARing Participation - Active Citizenship for Sustainable Democracy



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

(Cidadania ativa para democracia sustentável); Novembro de 200g a julho de 2010 (220 horas) - Curso de Mediação de Conflitos com Especialização em Mediação Familiar maio e junho de 2009 (40 horas) - "Cidadania e igualdade de Género" novembro e dezembro de 2008 (40 horas) - Curso de formação "Gestão de projetos" de maio a julho de 2003 (90 horas) - Formação "Certificação de formadores/es em igualdade de oportunidades.

Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães

Licenciado em Direito e Filosofia, respetivamente na Universidade de Coimbra e na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica.

Curso de formação especializada - Curso de Alta Direção para a Administração Pública (CADAP).

Mestrado em Administração Pública - Gestão Pública, componente curricular.

Currículo profissional:

Leciona Geografia ao 8.º e 9.º ano no ano letivo de 1988-1989;

Leciona Direito do Trabalho, Direito Comercial e Direito Fiscal em 1990, no curso de formação de Técnicos Comerciais, promovido pela Associação Comercial de Braga;

Leciona a disciplina de Introdução ao Direito na Escola Profissional de Braga, nos anos letivos de 1990-1991, 1991-1992 e 1993-1994;

Inicia funções na Câmara Municipal de Braga em 1990, como técnico superior jurista, em regime de contrato a termo certo;

Ingressa, em 1993, no quadro da Câmara Municipal de Braga como técnico superior jurista de 2.ª classe;

Promovido a técnico superior de 1.ª classe em 1994, após lhe ter sido atribuída menção de mérito excecional, pela Assembleia Municipal de Braga, realizada em 29 de abril de 1994, e a assessor em julho de 2002, por aplicação do direito de promoção na carreira;

Nomeado chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso em outubro de 1995;

Nomeado diretor de departamento dos serviços centrais em janeiro de 1996;

Nomeado diretor municipal de gestão administrativa em dezembro de 2002, funções exercidas até dezembro de 2012.

Desde 2021 exerce o cargo de Diretor Municipal de Serviços Partilhados do município de Matosinhos.

Formação profissional:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Participação em diversos cursos e seminários, nomeadamente relativos a direito contraordenacional, fundamentação do ato administrativo, direito do urbanismo - obras particulares e loteamentos urbanos, inventário e património das autarquias locais, património, gestão e disposição de bens imobiliários.

Responsável, entre outros projetos, pela implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais na CM Braga, pela conceção do modelo das parcerias público-privadas no Município de Braga, pela criação (em equipa) das várias empresas públicas municipais, pela gestão de equipas responsáveis por redigir e fazer aprovar regulamentos municipais, implementação do SIADAP na CM Braga, norma de controlo interno e instruções para consolidação das contas na Câmara Municipal de Braga, reestruturação dos serviços municipais de Braga, pela elaboração, em equipa, do Plano Diretor Municipal de Braga.

Atribuição da classificação de serviço de "Excelente" nos anos de 2005 a 2012.

Em 29/04/94, foi-lhe atribuída, pela Assembleia Municipal de Braga, a menção de mérito excecional, como «reconhecimento de toda a sua competência, dedicação, profissionalismo, inteligência e saber demonstrados no âmbito das suas funções, no âmbito da Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso».

Outras atividades:

Entre 1991 e 1996, exerce as funções de vogal e vice-presidente do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol;

Entre 1996 e 2001, exerce as funções de vice-presidente e presidente da mesa da assembleia geral do S. C. de Braga;

Presidente da assembleia geral do S. C. de Braga - Futebol SAD desde 2001;

Representante do município de Braga nos tribunais tributários;

Membro fundador de vários grupos musicais, destacando-se os Mão Morta, bem como compositor;

Criador, produtor e apresentador de programa radiofónico;

Produtor e organizador de vários espetáculos de música (rock e jazz).

Nuno Alfredo Castro

Formação Académica: Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada/Porto e Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Experiência Profissional: integra o mapa de pessoal do Município de Vila do Conde, no Grupo Pessoal de Técnico Superior, com a categoria de Técnico Superior. Desde 2/12/1994 - Diretor de Departamento de Administração Geral e Financeira da Câmara Municipal de Vila do Conde. Em 19/10/99, nomeado Oficial Público da



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Câmara Municipal de Vila do Conde, para a celebração de todos os contratos em que não seja obrigatória escritura pública. Em 5/01/95, nomeado Responsável pelo Serviço de Execuções Fiscais da Câmara Municipal de Vila do Conde. De 06/11/87 a 01/12/94, nomeado em Comissão de Serviço Diretor do Departamento de Gestão, Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de S. João da Madeira. De 01/07/90 a 05/11/92, nomeado Chefe de Divisão Administração e Financeira em regime de Comissão de Serviço, da Câmara Municipal de Miranda do Douro, por requisição ao Ministério da Agricultura. Em 05/07/88, ingressou no Quadro da Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, do Ministério da Agricultura, como Técnico Superior de 2.ª classe, desempenhando funções na Direção de Serviços de Administração, assessorando todos os setores. Atualmente ocupa o cargo de Diretor da Direção Municipal de Gestão Autárquica do município de Vila do Conde.

Nuno Jorge Ribeiro Carneiro Pereira

É Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto de Engenharia do Porto e detém Pós-graduação em Construção e Reconstruções Sustentáveis na Universidade do Minho; Em termos de experiência profissional exerceu as seguintes funções: Chefe da Divisão Municipal de Saúde Pública e Bem-Estar Animal; De outubro 2018 a janeiro 2022 chefe do Gabinete de Saúde Pública e Bem-Estar Animal De Abril de 2013 a outubro 2018 responsável pelo serviço Municipal de Inspeções de Elevadores no Departamento Municipal de Fiscalização.

Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão Municipal de Saúde Pública e Bem-Estar Animal do município do Porto.

Paula Carina Carvalho e Silva

Habilitações literárias:

Mestrado em Administração Pública, Área de Especialização em Gestão Pública e Políticas Públicas. Licenciatura em Solicitadoria.

Formação profissional:

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL); Creditação de Mediador de Conflitos; Curso Intensivo Código do Procedimento Administrativo. Creditação de Formador pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Frequências de Ações de Formação nas diversas áreas de legislação laboral, sistema de normalização contabilística, SIADAP, processos de recrutamento na administração local, liderança, motivação de Equipas, comunicação organizacional, qualidade e aspetos comportamentais, entre outras.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Experiência profissional:

Atualmente exerce o cargo de Chefe do Serviço de Recursos Humanos do município de Felgueiras. Entre 2018-2023: Dirigente Intermédio de 3.º grau - C.º de Serviços de Recursos Humanos Município de Felgueiras. 2018 - Técnico Superior no Município de Felgueiras. 2017-2018 - Mediadora de Conflitos. 2014-2023 - Dirigente Sindical com funções no Departamento Jurídico STAAE-ZN/FNE/UGT. 2013-2018 - Formadora - área de Direito do Trabalho, Liderança e Motivação de Equipas. 2012-2014 - Solicitadora. 2010-2014 - Assistente Técnica no Município de Felgueiras.

Monitora de Estágios de formação Profissional em Contexto de Trabalho e Estágios Curriculares na área de Recursos Humanos.

Gestão Organizacional do Centro de Formação do STAAE-ZN/FNE e Departamento Jurídico STAAEZN/FNE.

Paula Cristina Costa Santos

Data de nascimento: 01/07/1976.

Formação Académica:

Licenciada em Psicologia pelo Instituto Superior da Maia.

Atividade/experiência Profissional:

Desempenha funções no município de Paços de Ferreira, como técnica superior há cerca de 20 anos.

Chefe de Divisão da Educação desde dezembro de 2024. Efetua a gestão dos recursos humanos afetos à divisão da educação; garante a elaboração dos documentos de índole estratégica para instrução de candidaturas a financiamento público, aquisição de bens e serviços essenciais ao normal funcionamento das escolas, em função das competências assumidas pelo município em matéria de educação. Chefe de divisão em regime de substituição do serviço da Educação desde dezembro de 2024. Efetua a gestão dos recursos humanos afetos à divisão da educação; garante a elaboração dos documentos de índole estratégica para instrução de candidaturas a financiamento público, aquisição de bens e serviços essenciais ao normal funcionamento das escolas, em função das competências assumidas pelo município em matéria de educação; garante a organização e implementação das ações previstas no Plano Municipal para a Educação, assegura a coordenação local da Equipa Municipal de Promoção do Sucesso Educativo e implementação do projeto Rede Municipal de Creches.

Formação Complementar Mais Relevante:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Formação Avançada para Dirigentes da Administração Pública pela Porto Business School;

Curso Treino Intensivo de Lideranças pela InovLiderCentro de Inovação e Liderança, Curso Gestão de Processo e Circuitos LEAN pela Índice ICT Management, além de diversas formações adquiridas em ações, seminários e workshops na área da educação.

Paula Cristina Pereira Marques

Data de nascimento: 27.06.1966.

Habilitações: Licenciatura em Engenharia Civil, no Instituto Superior de Engenharia do Porto. Categoria: Técnica superior.

Experiência profissional: Desde dezembro de 1999 — Técnica superior; Março de 2006 a fevereiro de 2007 - Nomeada em regime de substituição para o cargo de Chefe de Divisão de Vias e Arruamentos da Câmara Municipal de Valongo; Fevereiro de 2007 a agosto de 2008 - Nomeada em regime de substituição para o cargo de Chefe de Divisão de Vias, Arruamentos e Trânsito da Câmara Municipal de Valongo; De agosto de 2008 a 14/01/2013 - Designada para o cargo de Chefe de Divisão de Vias, Arruamentos e Trânsito da Câmara Municipal de Valongo, em comissão de serviço; De 15/01/2013 a 1/12/2013 Chefe da Divisão de Obras Municipais, em regime de substituição; Atualmente exerce o cargo de Diretora do Departamento de Obras, Projetos e Mobilidade no município de Valongo. Formação profissional: Direção e Fiscalização de Obras; Planeamento e Ordenamento em Ambiente; Projeto “Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade na Câmara Municipal de Valongo segundo o referencial normativo ISO9001:2000”; Conclusão do curso de gestão pública na administração local (GEPAL); Especialização em Gestão por objetivos na Administração Local; Curso de formação continua — Segurança viária em ambiente urbano e peri—urbano; Formação da Aplicação das Normas Técnicas para a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada, promovido pela AMP; Novo Código dos Contratos Públicos; Regime jurídico das empreitadas; Expropriações por Utilidade Pública; O Novo Siadap — Lei 66-B/2007; O Novo Siadap e a construção do QUAR na Administração Local; Siadap - Aspectos práticos de aplicação.

Paulo Alexandre de Oliveira Bastos

Habilitações académicas: Licenciatura em Engenharia Civil, na Universidade de Aveiro, em 2002; Curso de Especialização em Engenharia Municipal, na Universidade do Minho em 2008; Qualificações profissionais: Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros — Cédula Profissional n.º 44828, com especialização em vias de comunicação. Formação profissional: frequência de diversas ações de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

formação, seminários e outros, no âmbito da sua atividade profissional, abrangendo as diferentes áreas de ação, designadamente: Modernização e Capacitação da Administração Local — Curso GEPAL; Novo Código dos Contratos Públicos; Contrato de Empreitada de Obra Pública — Regime dos Erros e Omissões; Usos trabalhos a mais e a menos; Curso de Ética e Deontologia Profissional; Desenho Técnico Assistido por Computador — Autocad; Gestão de Projetos; Código de Procedimento Administrativo; Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho — SIADAP; Contratação Pública.

Experiência profissional: Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Mobilidade, Vias e Segurança Rodoviária no município de Vila Nova de Famalicão. De 18 de agosto de 2003 até 04 de maio 2020, Desde 18 de agosto de 2003, técnico superior no Município de Vila Nova de Famalicão, na divisão de vias e trânsito, elaborando informações e pareceres de carácter técnico sobre processos e viabilidades de construção na área das vias de comunicação; concebendo e realizando projetos de obras, preparando, organizando e superintendendo a sua construção manutenção e reparação; concebendo projetos de estrutura e fundações, escavação e contenção periférica e redes interiores de águas pluviais; Concebendo e analisando projetos de arruamentos, drenagem de águas pluviais e de águas domésticas e abastecimento de águas relativos a vias de comunicação, pontes e viadutos; preparação do programa e coordenação das operações à medida que os trabalhos prosseguem; Preparação, organização e realização a superintendência dos trabalhos de manutenção e reparação de construções existentes; fiscalização e realização da direção técnica de obras; realização de vistorias técnicas; colaboração e participação em equipas multidisciplinares para elaboração de projetos de obras de complexa ou elevada importância técnica ou económica; conceção e realização de planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, máquinas e outros equipamentos necessários; preparação dos elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos; acompanhamento, gestão e manutenção da sinalética do concelho, na sinalização horizontal e semafórica. Atualmente

Paulo Manuel Mendes Gomes

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 1996.

Exerceu funções de Secretário-Geral da União Empresarial do Vale do Minho, no período de setembro de 1997 a 31 dezembro de 1999. Exerceu funções de Vice-Presidente da União Empresarial do Vale do Minho, no período de janeiro de 2000 a



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

31 de agosto de 2003. Exerceu funções de Técnico Superior de Economia no Gabinete de Estudos Estratégicos da Câmara Municipal de Matosinhos, no período compreendido entre 01 de setembro de 2003 e 03 de abril de 2008. Foi designado dirigente intermédio 2.º grau na Divisão do Serviço de Candidaturas e Estudos Económicos e Financeiros, entre 07 de abril de 2008 e 31 de dezembro de 2010, na Câmara Municipal de Matosinhos. Entre 01 janeiro 2011 a 30 abril de 2014, exerceu funções de dirigente intermédio de 1.º grau, Diretor de Departamento do Gabinete de Candidaturas e Estudos de Viabilidade da Câmara Municipal de Matosinhos. Exerceu funções de dirigente intermédio 2.º grau, em regime de substituição, no Gabinete de Candidaturas, de 01 de maio 2014 a 11 de maio 2015. Foi designado Diretor de Departamento, em regime de substituição, do Departamento de Projetos Especiais, de 12 de maio 2015 a 20 dezembro de 2015.

É atualmente Diretor Municipal de Projetos Especiais e Investimento do município de Matosinhos.

Pedro Miguel Carvalho Araújo Pereira Horta

Habilitações Académicas: 1990 - Licenciatura em direito na Universidade Portucalense

Habilitações Profissionais: 2021 - Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) AMP 1.ª Edição - Curso 2 Ação 1.1, ministrado pela Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais - Fundação FEFAL.

Experiência Profissional:

1990 a 1992 - Estágio de advocacia no escritório do advogado Hélder Martins Leitão.

1992 a 1993 - Exercício de funções de jurista, em regime de contrato de avença, na Câmara Municipal de Vila do Conde.

1993 a 1994 - Técnico superior estagiário na referida autarquia.

1994 - Técnico superior de 2.ª classe (jurista) do quadro da Câmara Municipal, onde, até à data, exerce funções.

1992 a 1994 - Exercício de funções na secretaria-geral, onde, por breve período, exerceu funções de coordenação e chefia. No mesmo período, foi ainda responsável pela autuação de contraordenações.

1995 a 1998 - Exercício de funções de coordenação do então denominado "setor de compras", sendo responsável pelos procedimentos inerentes à aquisição de bens e serviços.

1999 a 2002 - Exercício de funções no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, na prestação de pareceres jurídicos em matéria de urbanismo e assumiu o atendimento geral aos munícipes neste domínio. No mesmo período, foi responsável pela coordenação do setor de telecomunicações da edilidade.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

2002 até 2017 - Exercício de funções no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, onde atualmente é responsável pela coordenação jurídica da gestão urbanística e planeamento e pelo setor de fiscalização de obras particulares.

2017 até 2023 - Chefe de Divisão de Segurança, Fiscalização e Saúde Pública, acumulando, ainda, com o prestador de serviços jurídicos externo, a coordenação da tramitação dos processos judiciais e sua articulação com os diversos serviços externos, no que tange: à recolha de antecedentes; obtenção de pareceres, rol de testemunhas e pagamento de custas.

Em 2021 passou a acumular as competências inerentes à referida Divisão com a coordenação do Gabinete de Apoio à Presidência, integrando ainda o Gabinete de Apoio às Freguesias.

Atualmente exerce o cargo de Diretor do Departamento Jurídico do município de Vila do Conde.

Pedro Miguel Martins da Silva Almeida

Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho pelo Instituto Superior de Línguas e Administração; Formação complementar: Pós-Graduação em Gestão Autárquica pelo Instituto Superior de Línguas e Administração e Associação dos Técnicos Administrativos Municipais; Experiência profissional: Atualmente exerce o cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos no município de Matosinhos. Exerceu funções de Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos na Câmara Municipal de Espinho; Exerceu funções de Diretor do Departamento de Gestão Administrativa na Câmara Municipal de Espinho; Exerceu funções de Chefe da Divisão de Administração Geral na Câmara Municipal de Espinho; Exerceu funções de Técnico Superior (Gestão de Recursos Humanos) na Câmara Municipal de Matosinhos. Pertencente ao mapa de pessoal desta autarquia; de 09/12/2002 a 07/05/2006 — Exerceu funções de Técnico Superior de 2.ª Classe — Área de Recursos Humanos Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia; de 02/04/2001 a 08/12/2002 — Exerceu funções de Assistente Administrativo no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia. Formação profissional — ao longo do seu percurso profissional frequentou diversas ações de formação e seminários do qual se destacam os seguintes: A Gestão de Recursos Humanos e o Orçamento de Estado; Regime de Vínculos, de Carreiras e Remunerações, Estatuto Disciplinar, Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas; SIADAP — (Lei n.º 66 -B/2007, de 28/12); SIADAP nas Autarquias Locais: Competências e Desafios do CCA; A tramitação do procedimento concursal na Administração Pública; O Novo SIADAP e a Construção do QUAR na Administração Local; Formação Pedagógica de Formadores à Distância; Regime de Emprego na Administração Pública; Os Novos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações; SIADAP — Definição de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Objetivos e Entrevista de Avaliação de Desempenho; Auditorias da Qualidade e Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho.

Pedro Miguel Nogueira Pires de Sousa

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito.

Formação profissional:

Frequência de ações formativas, em vários formatos, no âmbito do Direito do Consumo.

Experiência profissional:

Jurista do TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa desde maio de 1997.

Diretor do TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa desde junho de 2011.

Estágio de Advocacia concluído em 1995.

Participou como formador e conferencista em várias atividades no âmbito do Direito do Consumo.

Quintino Ferreira Pinto

Habilitações académicas: Licenciatura em Direito, Ramo de Ciências Jurídicas, da Universidade Portucalense, Porto, concluída em 1987 Formação profissional: Frequência de diversas ações de formação, seminários, colóquios, cursos, entre outros, no âmbito da sua atividade profissional, designadamente nas áreas do RJGT, RJUE, Contratação Pública, Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, Regime Disciplinar, Código do Trabalho em Funções Públicas, Finanças Públicas, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Administrativo, Código do Procedimento Administrativo, CPTA promovidos por entidades diversas tais como CEFA, DGOT, CCDRN, Associação Fórum Mercados Públicos, ADRAVE, FDUP, Escola de Direito da UM, IGAP, Quadros & Metas, Municípios de Amarante, Guimarães, Porto e Vila Nova de Famalicão. Frequência do curso GEPAL, organizado pelo CEFA, com aproveitamento (17 valores); Frequência de curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, com aproveitamento (classificação de Relevante). Experiência profissional: Iniciou a sua atividade profissional em 1989, após estágio, como Advogado, Comarca de Gaia. Entre 1989 e 1994 exerceu funções docentes em vários estabelecimentos de ensino públicos (Escolas Secundárias Rodrigues de Freitas, Carolina Michaelis, Caldas das Taipas, Fafe e Póvoa de Lanhoso). Entre 1989 a 1993 foi igualmente jornalista do



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

quadro no diário “O Comércio do Porto”. Entre 1996 a 2001, foi Adjunto da Presidência na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Exerceu funções como Técnico Superior Jurista no período de 2001 a 2011 e a partir de 2011, em regime de substituição e depois em comissão de serviço, foi nomeado Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Entre 1 de setembro de 2018 e 31 de agosto de 2020, foi Administrador da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, integrada no Instituto Politécnico do Porto. Desde 01 de setembro de 2020 exercia funções como Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Participação cívica: Deputado na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão (1993/1997), Assembleia (1993/1997 e 2001/2005) e Junta de Freguesia de Joane (1997/1999), Vice - Presidente da Direção na Associação Teatro Construção (1999/2003), Presidente da Mesa da Assembleia--Geral na Associação Teatro Construção (no período 2003/2005 e desde 2017 até ao presente), Conselheiro Municipal para a Igualdade em Vila Nova de Famalicão (desde 2017) e coautor na obra “Descomplicar o Orçamento de Estado 2015” (edições Vida Económica).

Romeu Orlando Pereira Rodrigues

Bacharel em Gestão de Recursos Humanos pela Escola Superior de Estudos Industriais e Gestão, do Instituto Politécnico do Porto, no ano de 2005, e licenciado em Gestão de Recursos Humanos pela Escola Superior de Estudos Industriais e Gestão, do Instituto Politécnico do Porto, no ano de 2007.

Desempenhou funções de Agente Municipal da Polícia Municipal de Matosinhos de 2003 a 2008 e de Técnico Superior de Gestão de Recursos Humanos no Departamento de Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Matosinhos desde 10 de dezembro de 2008 até 29 de outubro de 2019.

É, desde 2019, chefe de Divisão de Recrutamento e Gestão de Carreiras do município de Matosinhos.

Participou em diversos cursos de formação, seminários, colóquios, etc., destacando -se, entre outros, os seguintes:

“Curso de Formação de Agentes da Polícia Municipal” (CEFA — 2003); “O Exercício de Funções Públicas — O Novo Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações na Administração Pública” (IGAP — 2009) “Formação Inicial de Formadores” — (Instituto de Informática do Porto — 2009); “Especialização do Regime Jurídico de Pessoal das Autarquias Locais” (CEFA -2011); “Estatuto de Pessoal Dirigente” (CEFA -2012); “Mobilidade, Requalificação e Extinção da Relação jurídica de emprego público na Administração Pública” (CEFA — 2013); “A



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Lei Geral do trabalho em Funções Públicas” (IGAP — 2014); “A Tramitação do Procedimento Concursal de Pessoal na Administração Pública” (IGAP — 2015); “Alterações à LGTFP — Lei n.º 25/2017/ Recrutamento na Administração Local” (Quadros e Metas — 2017); “O descongelamento de carreiras — LOE 2018” (IGAP — 2018); “Procedimentos concursais” (CMM — 2019)

Rui Manuel Antunes Baptista

Habilitações Literárias: Licenciatura em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto.

Habilitações Profissionais: 2019 — Conclui a Unidade de Formação Contínua em Gestão da Mobilidade, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Experiência Profissional: 1991-1993 — Elabora projetos de arquitetura e estudos urbanísticos, em regime de contrato de avença, na Câmara Municipal de Vila do Conde (CMVC). 1993-2004 — Na referida autarquia, é responsável pela gestão urbanística das freguesias situadas a norte do Rio Ave e a nascente da EN 13, mantendo, paralelamente, a atividade relacionada com a elaboração de projetos de arquitetura e de estudos urbanísticos — no período inicial como técnico superior estagiário (arquiteto) e, a partir de 2003, como técnico superior principal. 2004-2017 — É responsável pela gestão urbanística da cidade de Vila do Conde, mantendo, ainda que de forma mais pontual, a atividade relacionada com a elaboração de projetos de arquitetura e de estudos urbanísticos. 2017-2018 — Coordena os Serviços de Administração Urbanística da CMVC. 2018-2022 — Integra a equipa de Planeamento e Estudos Urbanísticos da CMVC. 2022-Até à presente data — Coordena a equipa de Planeamento e Estudos

Urbanísticos responsável pela 1.ª Revisão do PDM de Vila do Conde, assumindo também, no âmbito deste procedimento, a competência de gestor do contrato de prestação de serviços e consultadoria adjudicado a empresa externa. É membro representante do Município nas Comissões Consultivas dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais da Póvoa de Varzim, de Vila Nova de Famalicão, da Trofa e da Maia. É membro representante do Município na Comissão Consultiva da elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-NORTE). Promove e elabora (com a colaboração dos responsáveis pela gestão urbanística do litoral do Concelho) a alteração ao PDM (com prazo de um ano) que decorre da aprovação do POC-CE pela RCM n.º 111/2021, de 11 de agosto, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 155. No âmbito desta alteração ao PDM é gestor do processo na PCGT — Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial, sendo também responsável pela gestão do processo no SSAIGT — Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Desde 01 de outubro de 2024 exerce o cargo de chefe da Divisão de Planeamento e Estudos Urbanísticos no município de Vila do Conde.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Rui Manuel Guimarães Ferreira Baptista

Data de nascimento: 23 de maio de 1979.

Habilitações Académicas: Licenciatura em Educação Física, pela Escola Superior de Educação Jean Piaget; Qualificações profissionais: Frequência de diversas ações de formação, seminários e outros, no âmbito da atividade profissional, abrangendo as diferentes áreas de ação designadamente: Ação de Formação Código Regulamentar de Urbanização e Edificação, Espaço Público e Atividades Privadas, Seminário Diálogos em Jurídico, Seminário Lei Geral de Trabalho em Funções Jurídicas, Seminário Novo Código de Procedimento Administrativo, Seminário, Ação de Formação O Novo Código de Procedimento Administrativo, o Balcão Único de Atendimento e Formas de Relacionamento com o Cidadão, Ação de Formação Código Regulamentar Sobre Concessão de Apoios, Ação de Formação Código Regulamentar de Taxas Municipais, Ação de Formação Código Regulamentar sobre os Bens e Equipamentos do Domínio Municipal, Ação de Formação Responsabilidade Civil das Autarquias Locais + Contraordenação nas Autarquias Locais, Ação de Sensibilização Sistema DE Gestão da Qualidade, Ação de Sensibilização Boccia no Desporto Escolar, Curso de Treinador UEFA B, Ciclos de Conferências Escolas Saudáveis, Famílias Saudáveis, Colóquio Futebol — Uma Paixão que nos Move, Ação de Formação Motricidade Infantil, Curso de Especialização Treino de Futebol, Fórum Treinador Futebol/Futsal, Seminário de Intercâmbio de Experiências no Âmbito do Desporto, Seminário O Planeamento da Época Desportiva no Futebol Infante -Juvenil e no Futebol Sénior, Formação Saúde e Socorrismo, Ação de Formação Primeiros Socorros — Suporte Básico de Vida; Ação de Formação O Ensino da Hidroginástica, Ação de Formação Técnicas Alternadas — Identificação do Erro e Propostas de Exercícios, Fórum da Educação para a Saúde, Palestra Educar em Família, Seminário de Prevenção Primária — Crescer a Brincar, Curso de Treinador de Futebol, Ação de Formação Gestão de uma Piscina Uma Aposta na Qualidade, Ação de Formação Patinagem Sincronizada Aplicada à Escola, Curso de Formação Indoorcycling Tomahawc, Ação de Formação Badminton na Escola, Jornadas Internacionais de Desporto — A Gestão dos Serviços Desportivos Municipais, Curso de Gestão de Marketing em Organizações Desportivas, Ação de Formação Expressão Físico -Motora — Conteúdos Programáticos do 1.º CEB e Atividades Rítmicas e Expressivas, Formação Profissional Regime Jurídico de Pessoal, Jornadas Técnicas de Andebol da AAVR/UTAD; Clinic de Andebol, Jornadas A Escola e o Desporto, Semana de Formação para o Desporto Juvenil, Ação de Formação Os Jogos Tradicionais no Contexto da Reorganização Curricular, Ação de Formação A Escalada como Atividade Curricular. Experiência profissional: 2004/2005 — Estágio Curricular na



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Escola EB 2,3 em Alfândega da Fé; 2005/2006 — Professor nas Atividades Extra Curriculares na Empresa Municipal de Guimarães — Tempo Livre 2006 /2008 — Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão Coordenador Pedagógico dos Complexos Desportivos Municipais de Vila Nova de Famalicão; Entre 2007 e 2010 — Responsável técnico do Gabinete de Desporto, Coordenador do Projeto Municipal para o 1.º CEB de Expressão e Educação Físico -Motora; 2009/2010 Responsável Técnico do gabinete de Desporto e da Cultura; Entre 2010 e 2012 — Diretor das Piscinas Municipais de Ribeirão; 2012/2013 — Diretor das Piscinas Municipais de Oliveira de S. Mateus; Entre 2014 e 2017 — Exercício das Funções de Chefe da Divisão Municipal de Desporto, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Atualmente exerce funções de Chefe da Divisão de Desporto e Saúde na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Sandra Manuela Oliveira da Silva

Habilitações académicas:

Curso de Formação Especializada Democracia, Direitos Humanos e Participação de Crianças e Jovens, Portugal (2021); Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género, Portugal (2017); Licenciatura Educação Social (1997- 2001).

Formação profissional: I Encontro Internacional de Casas da Juventude - Portugal (2007); TC - Participação Ativa dos jovens e Cidadania - Noruega (2007); TC - Passo a passo para liderar - Organizando Projetos de Qualidade (2008); TC - Coach & Empower Change - Irlanda (2016); Workshop Liderança Saudável - Portugal (2017); Mobility of Youth Workers - Toll for Development of Youth Mobility - República Checa (2017); Plano Estratégico para a Juventude no Poder Local - Seminário Nacional Participa -Portugal (2017); Plano Estratégico para a Juventude no Poder Local - Portugal (2018); Seminário - Programa Nacional de Capacitação de Municípios - Portugal (2020); Workshop "Voluntariado Virtual" - Portugal (2020) Webinar "ODS e Youth Goals" - Portugal (2020); Webinar "Informação Jovem" - Portugal (2020); Diálogo Jovem Erasmus+ YouthUpPorto - Portugal (2021); Formação Profissional de Plano Editorial e de Conteúdos das Marcas, - Portugal (2021); Formação Avançada "Ferramentas de Desenvolvimento Pessoal: Pensar, Argumentar, Comunicar" - 5.º Edição, Portugal; Ação de Formação "A Igualdade de Género na Administração Pública", Portugal (2022) Building Resilient Communities Conference 2022 - Portugal (2022); Seminário Final do Projeto "Associativismo Juvenil: Escola para a Igualdade", Portugal (2022); SIADAP - Definir Objetivos e Indicadores, Portugal (2023); Conceitos e Princípios da Participação Pública, Portugal (2023);

Experiência profissional:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Integração da equipa organizadora da feira de artesanato e gastronomia de Vila Nova de Famalicão (2005 e 2006); Implementação, Gestão e Coordenação da Casa da Juventude no Município de Vila Nova de Famalicão (2007, 2011, 2015); Coordenação na implementação do Banco Local de Voluntariado de V. N. de Famalicão (2008); Elaboração e implementação do Plano de Gestão para a Certificação de Qualidade dos serviços municipais da juventude, no Município de Vila Nova de Famalicão (2018);

Elaboração de Roteiros de âmbito turístico, para os jovens estudantes deslocados na cidade de Braga, nomeadamente Roteiro Gastronómico, Roteiro Cultural, Roteiro Desportivo e de Lazer e Roteiro Panorâmico (2020); Participação como palestrante na "European Week of Regions and Cities", on-line sob a temática "Pandemic and Mental Health" (2020); Chefe de Unidade da Juventude, no Município de Braga (2021 a 2023); Elemento da Comissão de Acompanhamento da Estratégia da Juventude do Porto 4.0 (2020 e 2021); Coordenação da reestruturação do Banco de Voluntariado de Braga, atual Braga Voluntária (2020 até à atualidade); Coordenação dos Projetos Internacionais - Erasmus+, Europa para os Cidadãos. (2019 - 2023); Delegada portuguesa na 4.º e 5.º Conferência Europeia "Europe Goes Local" (2022 e 2023); Palestrante no "Municipalities4Democracy" (2022), sobre "YouthParticipation" e Webinar - The (He)art of Participation (2023); Co-cordenação dos Encontros Nacionais de Conselhos Municipais da Juventude (2021 e 2023); Representante municipal em eventos e estruturas internacionais, no Município de Vila Nova de Famalicão e Braga. Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Juventude, Turismo e Modernização Administrativa do município de Vila Nova de Famalicão.

Sandra Marisa Ferreira de Barros

Data de nascimento: 17/12/1975.

Formação Académica Pós-graduação em "Gestão de Pessoas", pela Porto Business School (outubro 2021-julho 2022) — 260 horas; Licenciatura pré-Bolonha em Serviço Social — Instituto Superior de Serviço Social do Porto (1993-1998). Experiência Profissional; Fevereiro 2025-atualidade — Chefe de Divisão da Saúde e Integração Comunitária na Câmara Municipal de Paços de Ferreira; Março 2022-janeiro 2025 (3 anos) — Técnico Superior na Divisão da Educação da Câmara Municipal de Paços de Ferreira; Abril 2007-fevereiro 2022 (15 anos) — Técnica gestora de processos de Promoção e Proteção na CPCJ de Paços de Ferreira; Abril de 2007-abril de 2013 (6 anos) — Presidente da CPCJ de Paços de Ferreira; junho de 2000-fevereiro 2022 (21 anos 9 meses) — Assistente Social na divisão de Ação Social e Educação da Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Formação Complementar Relevante: Formação Avançada Para Dirigentes da Administração



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Pública, pela Porto Business School (09/10/2024-09/11/2024); Enquadramento do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens e CPCJ; Aprofundamento da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo Num Estudo de Caso; Processos de Promoção e Proteção no Sistema de Gestão das CPCJ; Avaliação e Intervenção nos Sistema de Proteção, pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (05/2018-12/2018); Formação de Agentes Qualificados/as que atuem no domínio da violência doméstica e/ou da prevenção da vitimização ou revitimização desta — 30 horas, pela UMAR — União de Mulheres Alternativa e Resposta (06/2018-07/2018); Especialização em Igualdade de Género, pela Forminho — Consultoria de Gestão e Formação (11/2017-12/2017); Curso de Especialização em “Mediação e Gestão de Conflitos”, pela Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (2004).

Atualmente exerce o cargo de Chefe da Divisão de Saúde e Integração Comunitária do município de Paços de Ferreira.

Sónia Cristina Paiva

Habilitações Académicas: detentora de formação académica superior, com conhecimentos nas áreas da gestão, administração pública e procedimentos administrativos.

Formação Profissional: frequentou ações de formação e seminários na área de gestão, aprovisionamento e gestão do património municipal, designadamente no âmbito da administração local, nos termos aplicáveis à legislação em vigor.

Experiência profissional: exerce funções na Câmara Municipal de Paredes, tendo assumido o cargo de Chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património, em comissão de serviço renovada por despacho de 22 de fevereiro de 2023, com efeitos a 15 de fevereiro de 2023, pelo período de três anos, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Ao longo do seu percurso na administração pública local, tem desempenhado funções de coordenação e gestão nas áreas do aprovisionamento, contratação pública, património e atividades administrativas, com responsabilidade na instrução e acompanhamento de procedimentos de contratação pública, gestão de recursos materiais e articulação com os diferentes serviços municipais, assegurando o cumprimento do regime jurídico aplicável.

Susana do Céu de Sousa Moreira Leão

Data de Nascimento: 23 de novembro de 1973.

Habilitações Académicas: licenciada em Educação Física e Desporto, pela instituição superior competente, concluindo formação adequada ao exercício de funções de direção intermédia na área do desporto.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Formação Profissional: frequentou ações de formação e aperfeiçoamento profissional em gestão desportiva, organização de atividades físicas e técnicas de liderança de serviços municipais, em conformidade com as exigências legais e técnicas para o desempenho de funções de dirigente intermédia na administração pública local.

Experiência profissional:

Iniciou funções na administração pública como técnica superior em 18 de setembro de 1998, desempenhando atividades técnicas na área do desporto.

Exerceu funções de dirigente intermédia de 3.º grau desde 1 de fevereiro de 2016, desempenhando responsabilidades de coordenação de serviços desportivos municipais.

Entre 28 de março de 2018 e 8 de agosto de 2019, assumiu funções como Chefe da Divisão de Desporto, em regime de substituição, na Câmara Municipal de Valongo.

Desde 8 de agosto de 2019 exerce o cargo de Chefe da Divisão de Desporto, com competências na gestão de equipamentos desportivos municipais, coordenação de programas de atividade física e desporto, e supervisão de eventos e projetos desportivos.

Susana Maria Sousa Gonçalves

Licenciada em Saúde Ambiental - Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto - ESTSP em 2001.

Exerceu funções de Técnica Superior de Saúde Ambiental na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e na Câmara Municipal de Matosinhos cargo que exerceu desde 2003 até 31/05/2010. Em 01/06/2010 - Foi nomeada Chefe de Divisão dos Serviços Municipais de Proteção Civil, em regime de substituição.

É, atualmente, Diretora do Departamento de Proteção Civil do município de Matosinhos. Participou em diversos cursos de formação, seminários, colóquios, etc., destacando-se, entre outros, os seguintes: 2010 - RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança - "II Congresso Internacional e VI Encontro Nacional de Riscos"; Câmara Municipal de Santa Maria da Feira - "A Qualidade nas IPSS e Proteção Civil - Um Caminho Comum";

2009 - CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica - "O Novo Regime Jurídico da -Segurança Contra Incêndios em Edifícios"; Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto - "Curso de Intervenção Psicossocial em Situações de Crise e Catástrofes"; 2008 - VFCONSULTING - "Formação Regulamento Segurança Contra Incêndios"; 2007 - Global Estratégias - "Planos de Contingência em Cenário de Pandemia".



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Susana Paula Ribeiro Soares

Chefe de Divisão de Recursos Humanos, em comissão de serviço por três anos com efeitos a partir de 01 de julho de 2025.

Nasceu em 1975, em Matosinhos, e desempenha funções na área dos Recursos Humanos, nesta Câmara Municipal da Maia desde 2001. Exerce, desde 2019, funções de Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal da Maia. Licenciada em Gestão de Recursos Humanos, pelo ISMAI - Instituto Superior da Maia, desde 2010 e Mestre em Gestão de Recursos Humanos, pelo ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia, desde 2012. Curso de Especialização em Regime Jurídico das Autarquias Locais (nível 5) pelo CERGPAL. Possui, ainda, cerca de 900 horas de formação profissional em diversos domínios, adquiridas em ações de formação, conferências, seminários, simpósios e workshops. Orientadora de estágios curriculares e profissionais. Participa em vários grupos de trabalho municipais. Membro da Equipa para a Igualdade na Vida Local, desde março de 2021. Foi, ainda, membro de júri de diversos procedimentos concursais públicos, do município e de outras entidades públicas.

Tânia Cristina da Silva Oliveira

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, pelo ISLA, com a classificação final de 14 valores.

Iniciou funções no Município em abril de 1997, como técnica estagiária de Recursos Humanos;

Em junho de 1998 assumiu funções de coordenação da Secção de Saneamento Básico e Licenciamento de Obras e em março de 2001 passou a coordenar a Loja do Ambiente e Delegação em Aver-o-Mar, do Município da Póvoa de Varzim;

Foi nomeada Chefe de Divisão Administrativa, em regime de substituição, em janeiro de 2003, pelo período de 6 meses, do Município da Póvoa de Varzim;

Em fevereiro de 2012 exerceu funções na Divisão de Desenvolvimento Local, no apoio ao empresário, do Município da Póvoa de Varzim.

Em abril de 2015 assume a coordenação da Secção de Gestão de Recursos Humanos do Município da Póvoa de Varzim;

É atualmente chefe da divisão de recursos humanos do município da Póvoa de Varzim.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Torcato Fernando Carvalho Ferreira

Data de nascimento: 15/10/1974.

Habilitações: Pós-Graduação e Gestão da Formação na Administração Local; Licenciatura em Administração Autárquica; Bacharelato em Administração Autárquica. Categoria: Técnico Superior desde 1999 na Câmara Municipal de Amarante. Experiência profissional: Técnico Superior de Administração Autárquica desde 08/03/1999; Chefe de Divisão de Dinamização Local na Câmara Municipal de Amarante desde 21/02/2006 até 11/10/2006, em regime de substituição; Chefe de Divisão de Dinamização Local na Câmara Municipal de Amarante desde 12/10/2006 até 31/12/2010; Chefe da Divisão de Educação e Dinamização Social (em regime de substituição), Chefe da Divisão de Juventude e Desporto (em regime de substituição) e Chefe da Divisão de Cultura Turismo e Património Cultural (em regime de substituição), na Câmara Municipal de Amarante, no período compreendido entre o dia 01/01/2011 e o dia 31/03/2011; Chefe da Divisão de Educação e Dinamização Social na Câmara Municipal de Amarante desde 01/04/2011 até 31/03/2014; Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Coesão Social (em regime de substituição), desde 01/04/2014 até 31/08/2014; Atualmente exerce o cargo de Diretor do Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social no município de Valongo. Membro do Núcleo Executivo da Rede Social de Amarante; Presidente e/ou vogal de Júri de diversos concursos de recrutamento de pessoal; Representante do Município na Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Amarante; Gestor da Qualidade; no âmbito da certificação de qualidade da Divisão de Educação e Dinamização Social pela APCER. Formação profissional: Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL); Formação — Contratação Pública e Finanças Locais; Formação — Auditorias de Qualidade; Formação — Noções Básicas de Qualidade; Formação — Empresas Familiares — Desafios e Oportunidades; Formação — Mediação enquanto método de prevenção e gestão de conflitos e intervenção sistémica centrada na família; Formação — Prevenção e intervenção na Violência de Género; Formação — O Sistema de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens; Formação — Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho.

Verónica de Brito Castro

Data de Nascimento: 15 de novembro de 1973.

Naturalidade: Rio de Janeiro, Brasil

Formação Académica: Bacharelato em Administração Autárquica, no Instituto Superior Politécnico Portucalense; Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, no Instituto Superior da Maia; Bacharelato em Solicitadoria, no Instituto Politécnico



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

do Porto; Finalista em Solicitadoria, para conclusão da licenciatura, no ano letivo de 2007 -2008.

Experiência Profissional: Em 01 de Abril de 1996, nomeada Terceiro Oficial Administrativo; Em 15 de Fevereiro de 1999, nomeada Técnica de Contabilidades e Administração Estagiária; Em 03 de Abril de 2000, nomeada Técnica de Contabilidade e Administração de 2.ª Classe; Em 13 de Fevereiro de 2001, aceitação da nomeação para Chefe de Repartição; Em 14 de Junho de 2002, nomeada para a carreira de Técnica Superior (Gestão de Recursos Humanos); Em 15 de Maio de 2006, nomeada Coordenadora da Divisão Administrativa; Em 21 de Junho de 2007, Chefe da Divisão Administrativa.

Atividades Profissionais: De 01 de Abril de 1996 até 12 de Fevereiro de 2001, desempenhou funções na Secção de Gestão de Recursos Humanos, tratando de todo o expediente relacionado com recrutamento e seleção, processamento de vencimentos e todos os assuntos relacionados e com a gestão de recursos humanos; Desde 13 de Fevereiro de 2001, que presta apoio ao Órgão Executivo do Município e ao Notário Privativo e Oficial Público, em todas as funções notariais, assim como na elaboração de todo o tipo de contratos, designadamente de Empreitada, Fornecimento e Prestação de Serviços. Desde a nomeação como Chefe de Divisão, que desempenha funções de coordenação, controlo, organização dos serviços que pertencem à Divisão Administrativa.

Vítor Fernando da Silva Martins

Data de nascimento: 17 de abril de 1973.

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito, Ramo de Ciências Jurídico-Civis, pela CEUL - Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, CRL., Porto, concluída em 1997.

Formação Profissional:

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação CEFA, com classificação final de 16 valores, concluído em 2013.

Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, com classificação final de Relevante, concluído em 2016.

Curso de Formação Contínua em Registos e Notariado, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, com classificação final de Muito Bom, concluído em 2009.



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Curso de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação de Serviços, ministrado pela Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão, com classificação final de 17 valores, concluído em 2007.

Curso de Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, com classificação final de Bom, concluído em 2003.

Experiência profissional: Iniciou a sua atividade profissional em 1998 como Advogado Estagiário. Concluído o estágio, de fevereiro a junho de 2000 exerce funções como Advogado, na Comarca de Vila Nova de Famalicão.

Exerce funções como Técnico Superior Jurista no período de junho de 2000 a fevereiro de 2010 no Município de Vila Nova de Famalicão; em março de 2010 é nomeado Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em regime de substituição, tendo exercido as funções até julho de 2011; no período de julho de 2004 a junho de 2012 desempenhou também as funções de Notário Privativo do Município de Vila Nova de Famalicão; em agosto de 2011 é nomeado Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação no Município de Vila Nova de Famalicão, cargo que ocupa atualmente.

Vogal da Junta de Freguesia de Vilarinho das Cambas (1998/2001, 2001/2005, 2005/2009, 2009/2013, 2013/2017), Membro da Mesa da Assembleia Geral da ACB - Associação Cultural, Beneficente dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão desde dezembro de 2012.

Zeferino Joaquim da Silva Araújo Pinheiro

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Universidade Internacional de Lisboa

Curso de Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, com início em outubro de 2000 e concluído em julho de 2001, fornecido pelo Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, sediado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Curso de Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais, obtido pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, concluído no dia 09 de julho de 2003, com a classificação de 14 valores.

Formação profissional

- Estágio de Advocacia: janeiro de 1995 a novembro de 1996;
- Curso de Informática na ótica do utilizador (windows95 e winword/7);



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

- Curso de Formação de Formadores – Nível I, com a duração de 96 horas, que decorreu entre os dias 10/11 e 22/12/1997, na Associação Comercial e Industrial de V.N. de Famalicão;

- Curso de Direito Processual Administrativo, com início no dia 29 de outubro de 1999, realizado na Associação Jurídica de Braga.

Experiência profissional

- Advocacia desde dezembro 1996 a outubro 1998;

- Técnico Superior Jurista, desde outubro de 1998, no Departamento dos Assuntos Jurídicos e do Contencioso, da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão;

- Monitor em 6 Cursos de Associativismo, que decorreram nos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000, respetivamente, num total de 205 horas, todos organizados pela Coordenação Concelhia de V.N. de Famalicão, sobre legislação associativa;

- Monitor em vários cursos de iniciação à informática, organizados pela Coordenação Concelhia de Vila Nova de Famalicão;

- Técnico Superior Jurista, desde 21 de maio de 2002, no Departamento de Urbanismo e Habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão;

- Formador em 2 Cursos de Auxiliar de Ação Educativa, num total de 65 horas, organizados pelo Instituto de Educação e Formação Profissional, em parceria com a Associação Engenho, sediada em Arnos Santa Maria, concelho de Vila Nova de Famalicão

- Formador no âmbito do Programa de Inserção e Emprego, no módulo de “Gestão Empresarial”, no ano de 2003/2004, com a duração de 30 horas, organizado pelo IEFP.

- Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, desde 28 de junho de 2004.